



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCV – Nº 814 – MAI/JUN/JUL/AGO DE 2009



**A NOVA ORDEM MUNDIAL, O CONFLITO
DE 4ª GERAÇÃO E AS FORÇAS DE
OPERAÇÕES ESPECIAIS DO BRASIL**

Alvaro de Souza Pinheiro

A CRISE DO ESTADO

Oliveiros S. Ferreira

**EQUIPANDO A FROTA: COMO O
BRASIL ADQUIRIU SUAS
AERONAVES DE COMBATE**

Euro Campos Duncan Rodrigues

EDITORIAL

Lei Moral e Grandeza Nacional

O respeito a um código tácito de valores morais e éticos é um dos alicerces da grandeza das nações. Riqueza, desenvolvimento e poder político, isoladamente, não lhes conferem coesão, bem-estar e autorrespeito, tampouco lhes sustentam em desafios extremos. O código é a lei moral (consuetudinária), amálgama da união dos cidadãos entre si e entre a nação e sua liderança. O triunfo das forças de cidadãos-soldados gregos sobre as de mercenários e escravos da poderosa Pérsia, na Antiguidade, é um exemplo emblemático.

O mundo é um tabuleiro de xadrez, um teatro de constante disputa entre nações. Como no jogo, uma boa estratégia abre oportunidades para a vitória, mas não é o suficiente. Assim foi também na Guerra Fria. A URSS mascarou, com a ideologia comunista, o propósito expansionista herdado da Rússia Imperial, em uma inteligente estratégia de projeção de poder, capaz de ocultar o real objetivo do Estado soviético. Um equívoco fatal, porém, foi descartar a liberdade de seu código de valores, condenando-se ao atraso, exceto nos campos militar e científico-tecnológico.

Nações com vocação de grandeza cultuam pátria, liberdade, história, dever, justiça, vida, família e disciplina, entre outros valores, como sínteses de princípios morais e éticos inspiradores de nobres ideais. Ao criar referenciais de excelência, enaltecendo seus feitos históricos e heróis, uma nação estimula a busca da perfeição, o que torna seu povo ativo, disciplinado, empreendedor e unido, ou seja, a base de sua grandeza. A liberdade, que permeia e sustenta o código, é o diferencial cuja ausência fez ruir tantos impérios. Ao suprimi-la, a URSS distorceu valores fundamentais e, assim, a lei moral. O Partido Comunista estava acima de nação, da vida e da família e tinha a justiça como serva. História e tradições foram deturpadas pela ideologia, disciplina e dever eram impostos por ameaças. Em síntese, um Estado déspota de nações escravas.

No entanto, liberdade não é passe livre para o cidadão fazer o que quer, restringindo direitos de outros. Cidadania também é disciplina e respeito ao próximo. Mesmo nas democracias, a liberdade para progredir, individual e coletivamente, é cerceada quando as instituições não

290687/320823
4.1

impõem o império da justiça, e as lideranças utilizam poder, riqueza e cargos para se apoderar de bens pertencentes à sociedade por direito. A nação perde a esperança, a coesão, a confiança em seus dirigentes e o respeito internacional.

O Brasil desponta outra vez como potência emergente, com projeção político-econômica mundial, indicadores positivos de desenvolvimento, crescimento da classe média, melhor distribuição de renda e participação destacada no comércio internacional. Mas isso não basta. O país padece de grave enfermidade moral na sociedade e em sua liderança, com prejuízo da coesão nacional necessária para enfrentar os desafios que virão, exatamente por sua inserção no cenário dos conflitos – o tabuleiro de xadrez.

A liderança é patrimonialista, amplamente corrompida nos Poderes da República e em outros setores da vida nacional e se apodera dos bens públicos como se fossem sua propriedade. Apoia-se em sua impunidade e na omissão de uma sociedade sem esperança na Justiça, ela própria assumindo a falta de ética e valores. Sociedade carente de exemplos, que perdeu os referenciais e, anestesiada, contenta-se com a satisfação das necessidades básicas e a falsa noção de liberdade, que usa sem responsabilidade e disciplina, tornando-a um bem ilusório. Agoniza a lei moral, condição de grandeza.

A cura desse mal não virá dos desacreditados partidos políticos, nem do processo eleitoral incapaz de aperfeiçoar a democracia por si só, como alguns se iludem. A mídia é um setor importante para limitar a capacidade da liderança de praticar abusos, se for capaz de resistir às ameaças de mordaca política, financeira e ideológica e permanecer livre, imparcial, vigilante e corajosa.

No entanto, um choque de valores terá de vir da sociedade, ser aplicado nela própria, assimilado pelas famílias e por um sistema educacional moral e profissionalmente recuperado, capaz de gerar cidadãos íntegros, cientes de que liberdade sem disciplina esgarça o sistema social; e onde professores sejam verdadeiros mestres e não “tios ou companheiros” – *status* irreais que deformam a convivência saudável em temerária intimidade. Gerações e lideranças bem formadas, não deformadas, vão revigorar a lei moral e, então, a grandeza nacional.

Luiz Eduardo Rocha Paiva

O autor é General de Brigada. Foi Comandante da
Escola de Estado-Maior do Exército

SUMÁRIO

GUERRA ASSIMÉTRICA: ADAPTAÇÃO PARA O ÊXITO MILITAR	4
<i>Comando de Operações Terrestres – COTER</i>	
A NOVA ORDEM MUNDIAL, O CONFLITO DE 4ª GERAÇÃO E AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DO BRASIL	12
<i>Alvaro de Souza Pinheiro</i>	
BRASIL – ANGOLA: UMA RELAÇÃO ANTIGA, PROFUNDA, ATUAL E COM FUTURO	20
<i>João Baptista de Matos</i>	
O ATLÂNTICO SUL E A AMAZÔNIA AZUL	29
<i>Roberto Carvalho de Medeiros</i>	
A CRISE DO ESTADO	38
<i>Oliveiros S. Ferreira</i>	
ISRAEL E A GUERRA ASSIMÉTRICA	49
<i>Heitor De Paola</i>	
A ÁGUA (QUE NINGUÉM VÊ) NA GUERRA	51
<i>Ana Echevengúá</i>	
A CRISE SILENCIOSA	54
<i>Sandra Cavalcanti</i>	
ORIENTE MÉDIO: UM VERDADEIRO IMBRÓGLIO GEOPOLÍTICO	56
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
O DILEMA DE MÁLACA E O BRASIL	58
<i>Roberto Carvalho de Medeiros</i>	
ORIENTE MÉDIO: FALCÕES E POMBOS EM PERSPECTIVA	61
<i>Átila Sinke Guimarães</i>	
INSEGURANÇA IRANIANA: ORIGEM E PERSPECTIVAS	68
<i>Francine Rossone Silva</i>	
EQUIPANDO A FROTA:	81
COMO O BRASIL ADQUIRIU SUAS AERONAVES DE COMBATE	
<i>Euro Campos Duncan Rodrigues</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	90
<i>Janeiro a Dezembro de 2008</i>	

Guerra assimétrica: adaptação para o êxito militar*

Introdução

Vivemos uma época de intenso intercâmbio econômico e cultural global, em que são improváveis as grandes guerras generalizadas, industriais de massa, de violência indiscriminada, ao estilo da Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Em contrapartida, vivemos também uma época de conflitos localizados e limitados, internacionais ou internos, nem sempre contidos no(s) país(es) onde ocorrem, envolvendo forças estatais e/ou não estatais, motivados por questões étnicas, tribais, religiosas ou apenas criminosas (criminalidade nacional e transnacional), por “integrismos” nacionalistas e por contenciosos territoriais em geral herdados de maus arranjos coloniais.

Vivemos ainda uma época de intervenções sob mandato internacional ou unilateral, por motivos humanitários ou de segurança internacional (perturbação da ordem internacional, criminalidade transnacional etc.), em geral “turbinados” por outros, sobretudo econômicos, que no passado justificavam sozinhos as intervenções, mas que hoje são insuficientes para legitimá-las perante a opinião mundial e até mesmo dos países intervenientes, ao menos se democráticos. Grande número de fatores estruturais internos, como pobreza, fome, carência de justiça social, contribuem para aumentar a desordem social e ampliam o universo de motivações para essas interven-

ções. Este artigo dispõe-se a analisar os conflitos assimétricos, aqui considerados uma “guerra de quarta geração”. Para tanto, a título de ambientação, serão tecidas algumas considerações sobre as gerações da guerra, o “Estado débil” e o “Estado falido”.

As gerações da guerra

As quatro gerações começaram com a Paz de Westphalia, em 1648, ao findar a Guerra dos Trinta Anos. Com esse tratado, o Estado estabeleceu um monopólio de guerra. Anteriormente, muitas entidades diferentes haviam combatido em guerras: famílias, tribos, religiões, cidades e empresas, usando diversos meios, não somente exércitos e marinhas. Dois desses meios, por exemplo, como a extorsão e o assassinato, estão de novo na moda.

Atualmente, entidades militares acham difícil imaginar combater uma guerra contra Forças Armadas que não sejam similares a elas próprias.

O fato de estarem baseados no tempo, não significa que os conceitos abordados acima deixaram de se fazer presentes na atualidade. A exemplo, podemos observar características de uma guerra de segunda geração, apresentada abaixo, em um conflito moderno.

A Primeira Geração

A Primeira Geração da guerra moderna – guerra de linha e coluna –, na qual as batalhas

* Artigo enviado pelo Comando de Operações Terrestres – COTER.

eram formais e o campo de batalha era ordenado, vigorou aproximadamente entre 1648 e 1860. A relevância da Primeira Geração surge do fato que o campo de batalha ordenado criou uma cultura militar de ordem. A maioria das características que distingue o militar do civil (uniformes, continências, graus hierárquicos etc.) são produtos da Primeira Geração, com a intenção de reforçar a cultura da ordem.

Já em meados do século XIX, o ordenado campo de batalha começou a se desordenar. Exércitos concentrados, soldados motivados para a guerra (já que o objetivo do soldado do século XVIII era desertar), mosquetes raiados e, mais tarde, armas de retrocarga e metralhadoras tornaram as táticas antigas de linha e coluna primeiramente obsoletas e, logo, suicidas.

O problema desde então tem sido uma crescente contradição entre a cultura militar e o aumento da desordem no campo de batalha. A cultura da ordem, que outrora foi coerente com o ambiente no qual operava, tem ficado cada vez mais incoerente com o mesmo.

A Segunda Geração

Assim, a Guerra de Segunda Geração foi uma resposta ao desalinhamento observado no campo militar nos últimos decênios do século XIX.

Desenvolvida pelo Exército francês, durante e depois da Primeira Guerra Mundial, a guerra de Segunda Geração procurou uma solução no fogo concentrado, cuja maior parte era de Artilharia. O objetivo era o atrito, e a doutrina resumida pelos franceses era: “A Artilharia conquista, a Infantaria ocupa.”

O poder de fogo era cuidadosamente sincronizado (por meio de planos e ordens detalhadas e específicas) para a Infantaria, carros de combate e Artilharia, em uma “batalha

conduzida”, na qual o comandante atuava, com efeito, como o regente de uma grande orquestra.

A guerra de Segunda Geração atingiu seu objetivo, pois chegou trazendo um grande alívio para os soldados (ou ao menos para os seus oficiais), uma vez que preservava a cultura da ordem no campo de batalha.

O enfoque era interno, em regras, processos e procedimentos, e a obediência mais importante do que a iniciativa.

De fato, a iniciativa não era bem-vinda, pois colocava a sincronização em perigo, ou seja, a disciplina era vertical, hierarquizada, imposta.

A guerra de Segunda Geração significava “pôr aço no alvo”.

A Terceira Geração

Essa guerra, também um produto da Primeira Guerra Mundial, foi desenvolvida pelo Exército alemão e ficou conhecida como *blitzkrieg* ou guerra de manobra. A guerra de Terceira Geração foi baseada não no poder de fogo e no atrito, mas na velocidade, na surpresa e no deslocamento mental e físico. Taticamente, durante o ataque, o militar da Terceira Geração procura adentrar nas áreas de retaguarda do inimigo, causando-lhe o colapso da retaguarda para frente. Em vez de “aproximar e destruir”, o lema é “passar e causar o colapso”.

Na defesa, o objetivo é atrair o inimigo para então cortar-lhe a retirada. A guerra deixa de ser um concurso de empurrar, onde as forças tentam segurar ou avançar uma linha; transforma-se em não linear. Não são apenas as táticas que mudam, mas também a cultura militar. O combatente dessa nova forma de guerrear foca exteriormente, na situação, no inimigo e no resultado exigido pela situação, e não interiormente, no processo ou na metodologia.

Durante os jogos de guerra do século XIX, oficiais subalternos alemães rotineiramente

recebiam problemas que somente podiam ser resolvidos desobedecendo às ordens. Estas especificavam o resultado a ser conseguido, mas nunca o método – *Auftragstaktik*. A iniciativa era mais importante do que a obediência (toleravam-se os erros, contanto que originados de demasiada iniciativa, em vez de pouca). Tudo dependia da autodisciplina e não da disciplina imposta. O *Kaiserheer* (Exército do Kaiser) e a *Wehrmacht* (Forças Armadas alemãs) faziam belos desfiles, mas na realidade haviam rompido com a cultura da ordem.

A Quarta Geração

Características, tais como a descentralização e a iniciativa, são passadas adiante, da Terceira Geração para a Quarta, mas em outros aspectos. Ela marca a mudança mais radical desde a Paz de Westphalia. Nessa geração de guerra, o Estado perde o monopólio sobre a guerra propriamente dita.

Em todo o mundo, militares encontram-se combatendo oponentes não estatais, tais como a Al-Qaeda, o Hamas, o Hezbollah e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, entre outros, e em quase em toda parte o Estado está sendo derrotado.

A Guerra de Quarta Geração é também marcada por uma volta a um mundo de culturas, não meramente de países em conflito. Em guerras dessa natureza uma invasão de imigrantes pode ser tão perigosa quanto a invasão do exército inimigo. No seu fundamento encontra-se uma crise universal de legitimidade do Estado, e essa crise pode significar, em muitos países, a evolução da Guerra de Quarta Geração em seus territórios.

Destacam-se, também, os reflexos da globalização, a facilidade das comunicações e o conhecimento como matéria-prima, moldando as atividades econômicas e financeiras, nas

quais a propriedade de uma empresa pode estar distribuída em todo o mundo, com pouco interesse nas necessidades políticas da nação origem. Adiciona-se a isto um elevado incremento na criação de novos Estados todos frágeis e débeis, facilitando o aparecimento de atores não estatais. Agrega-se, por fim, o mercado financeiro internacional, colocando-os como atores poderosos e não controlados.

“Estado débil” e “Estado falido”

A Guerra de Quarta Geração (guerra assimétrica) é diferente ou não? Alguns dizem que nada mudou. Outros reconhecem sua natureza assimétrica. Outros, ainda, acreditam que há uma diferença radical.

Depois do final da Guerra Fria e o desmantelamento do sistema bipolar, novos atores apareceram no cenário internacional. São organizações que ocupam o vácuo de poder que o Estado não pôde cobrir. As máfias locais, os senhores da guerra, movimentos separatistas, as organizações terroristas e o crime organizado buscaram desenvolver sua influência à margem do Estado. Estes grupos, mais ou menos organizados e coordenados, tratam de diluir-se e confundir-se no meio da população civil local, chegando, em alguns casos, a controlar o próprio Estado.

Tradicionalmente, preocupava os dirigentes dos países a acumulação de poder nas mãos de outros. Desde a queda do Muro de Berlim, esses mesmos governos começaram a se preocupar mais com a ausência de poder do que com a sua acumulação nas mãos de outros. Nasceram os termos “Estado débil” e “Estado falido”.

“Estado débil” é aquele em que o governo central tem pouco controle prático sobre o seu território. “Estado falido” é o “Estado débil” que não exerce um governo efetivo den-

tro de suas fronteiras. Uma das características de um “Estado falido” é o desmoronamento das instituições de Estado, especialmente Forças Armadas, Forças de Segurança Pública e Poder Judiciário.

Um Estado “exitoso” mantém o monopólio do uso legítimo da força dentro do seu território. Contudo, alguns regimes carecem de autoridade para tomar decisões ou de capacidade para garantir um mínimo necessário de segurança e serviços sociais, como educação, saúde e justiça. O Estado não funciona, mas também não deixa de existir, as funções que devia exercer se privatizam e outros atores passam a desempenhá-las.

Potencialmente, um “Estado falido” ou “débil” é capaz de desestabilizar uma região inteira. Nele florescem fanatismos religiosos, tribais ou étnicos, e serve de refúgio a organizações terroristas e criminosos. A multiplicação de forças não estatais, à margem da lei, os diferentes interesses enfrentados, a ingerência de outros Estados, tratando de ampliar sua área de influência, e o colapso dos serviços de Estado culminam, sem lugar a dúvidas, em um conflito assimétrico.

Os atuais possíveis cenários de atuação das Forças Armadas são muito diferentes dos habituais até a década passada, quando a participação em operações de paz constituía uma hipótese pouco provável em relação à realidade da Guerra Fria.

Resumindo: novos cenários; novos adversários; novas tecnologias; exércitos mergulhados em profundos processos de adaptação (situação habitual a todos os exércitos). A mudança é substancial na natureza dos conflitos e deve, portanto, ser também nas Forças Armadas.

Em um provável cenário na América do Sul, enfrenta-se a possibilidade do surgi-

mento de novas potências regionais, que podem recorrer a uma preocupante combinação de capacidades convencionais: armas de destruição em massa, agressiva manipulação de informação pública e ameaça de *um devastador conflito assimétrico* (modo diferente de fazer a guerra).

Não é mais suficiente a vontade nacional para se ganhar uma guerra, é necessário que os chefes militares apresentem aos políticos e à sociedade uma correta estimativa das possibilidades estratégicas de sua Força. Eles são os responsáveis por avaliar a possibilidade de êxito ao aplicar a força, após estimar os meios necessários e a forma de empregá-los. Se o político deseja um final para o qual os meios que proporciona às Forças Armadas, por intermédio do controle do orçamento, são insuficientes, o chefe militar é o responsável por advertir ao governo de sua incongruência, ou então compartilhar da culpa pelo resultado desastroso (derrota).

Talvez o erro mais grave que esse chefe possa cometer na atual conjuntura é supor, sem uma grande reflexão, que as guerras do futuro serão como as do passado. Há necessidade de usar a inteligência criativa para vislumbrar os futuros conflitos e a coragem moral de assessorar os políticos sobre a necessidade do preparo da Força em condições de assegurar segurança ao Estado brasileiro.

Adaptação para o êxito militar

“Evidencia-se a necessidade de dispor de capacidade para dar respostas rápidas e convincentes aos problemas que possam exigir ou recomendar a ação militar brasileira, ao menos no seu teatro geoestratégico fundamental. O atendimento desse quesito depende de vir a ser o Brasil dotado da estatura

estratégica que lhe deve corresponder. Para que isso ocorra – embora não venha ocorrendo –, além do preparo destinado à missão militar clássica, nela incluída a capacidade de dissuadir aventuras hostis mediante indicação de riscos bastante significativos para quem pretenda praticá-las, deve-se considerar também o preparo para o enfrentamento das ameaças irregulares, inclusive a do terrorismo, a que o Brasil se expõe na proporção do crescimento de seus interesses e atividades, eventualmente geradores de contrariedades”. (CEPE / EGN, 29 de maio de 2007).

“Os EUA procuram caracterizar o tráfico de drogas do continente como “a ameaça” – esta é minha percepção –, provavelmente uma prioridade, escolhida para substituir o comunismo como a nova ameaça continental. Agressões ao meio ambiente e o risco de proliferação de armas de destruição em massa são as outras. Poder-se-ia acrescentar o perigo da imigração ilegal como ameaça para o nível de emprego e a estabilidade social no país.

Por outro lado, as ameaças, tal como são interpretadas segundo ótica latino-americana, estão muito mais relacionadas à fragilidade de nascentes democracias, que decorre de: baixos indicadores sociais, desempenho econômico irregular, carências educacionais, crescentes índices de criminalidade em áreas urbanas super-habitadas, dívida externa, terrorismo, subversão, corrupção e imigração para áreas inexploradas, onde a ocupação descontrolada pode resultar em instabilidade socioeconômica e deterioração ambiental”. (General de Divisão Gleuber Vieira).

Guerra assimétrica

Não é somente a guerra do fraco contra o forte: é a introdução de um elemento de

ruptura, tecnológico, estratégico ou tático, um elemento que muda a ideia preconcebida; é a utilização de um ponto fraco do adversário. Não existe, pois, conflito armado assimétrico somente pela desigualdade entre os adversários, senão quando os adversários adotam formas de combate diferentes em sua concepção e desenvolvimento.

Em termos operacionais, então, a assimetria (entendida como desbalanceamento) “deriva-se de uma força empregando novas capacidades, que o oponente não percebe, nem compreende, nem espera: capacidades convencionais que sobrepujam as do adversário ou que representem novos métodos de ataque e defesa”.

É a guerra da infantaria realmente leve, que pode se mover para mais longe e mais rapidamente por terra que o inimigo; que tenha um repertório tático completo (não apenas manter o contato e solicitar apoio de fogo); que possa lutar com suas próprias armas (em vez de depender de armas de apoio) e que se mantenha com o mínimo de apoio logístico.

A convicção moral e a eficiência militar convencional, sozinhas, não nos permitirão compreender e combater a ameaça que ataca a sociedade e suas estruturas operacionais. Portanto, é essencial uma definição diferente de nível de adestramento e unidades, com pessoal treinado e equipado para adaptação a novas tarefas operacionais inopinadas.

Derrotar essas novas ameaças exige a adequação de nossos sistemas decisórios para operações e a reorganização de nossas estruturas para as necessidades da Inteligência (obtenção e consolidação). Requer equipes híbridas de pensadores, cientistas e profissionais militares escolhidos, trabalhando juntos sob pressão. Depende de combinar a atuação das diversas agências de inteligência, com acesso ao ambien-

te operacional, considerando tais fatos como assunto de interesse nacional.

"A Guerra de Quarta Geração (4GW) exige muito mais inteligência, análise e maior capacidade de disseminação para servir a um sistema de comando altamente flexível. Ela engloba elementos de gerações de guerra anteriores; tal fato exige que nossas forças estejam preparadas para lidar com mais esse aspecto. Neste sentido, é fundamental que os líderes procedam a uma análise apurada da guerra que estão prestes a entrar. Essa complexa mistura de gerações de guerras e a sobreposição de suas arenas políticas, econômicas, sociais, militares e de meios de massa dificultam, mais do que nunca, a determinação do tipo de guerra na qual estamos entrando". (Cel T. X. Hammes, USMC, *The Evolution of War: The Fourth Generation*).

Reflexões sobre o emprego da Força Terrestre na Guerra Assimétrica

1) Não existe inimigo "emassado", contra o qual possamos aplicar todo o poder de combate que a Força Terrestre (FTer) pode dispor. A FTer não poderá ser empregada para romper um inexistente desdobramento inimigo, destruir ou neutralizar forças inimigas dispersas ou dominar um terreno-chave sem objetivos materializados em um determinado espaço geográfico.

2) O emprego do fogo em massa ou a ação contundente, rápida e profunda das formações blindadas perdem protagonismo.

3) A atuação da FTer será fundamental na luta contra um inimigo que empregue o procedimento do tipo guerrilha; contudo, contra a subversão e o terrorismo, seu papel haverá de ser de apoio às atividades das Forças de Segurança Pública.

4) Devemos considerar a possibilidade de que a FTer, além de ter as capacidades milita-

res clássicas, deve adquirir outras, mais "civis", que a permita adaptar-se à conjuntura da Guerra de Quarta Geração ou Assimétrica.

5) Na conjuntura da Guerra de Quarta Geração ou Assimétrica, trata-se de resolver situações sociais e culturais complexas, em um ambiente hostil, as quais requerem uma preparação e métodos de execução diferentes dos que tradicionalmente têm sido empregados.

6) Combate e Manobra

- Isolar o inimigo eletrônica e fisicamente;
- Realizar patrulhas, infiltrações, emboscadas, cercos etc;
- Máximo protagonismo de armas inteligentes de precisão.

7) Defesa Aérea

A utilização pelos terroristas de aeronaves (e mísseis) que explodem contra um objetivo de alto valor psicológico nos leva à necessidade de estabelecer normas para Defesa Aérea que estabeleçam as formas de localização, acompanhamento, controle e, se for o caso, derubada dessas armas.

8) Apoio de Fogo

No combate assimétrico, as ações de fogo haverão de ser: de precisão, seletivas, e, fundamentalmente, efetuadas de plataformas aéreas, tripuladas ou não, utilizando projetis guiados.

9) Inteligência de Combate

Potencializar todos os órgãos de informações, tanto civis como militares, com maior protagonismo da contrainteligência, inteligência cultural e atividades de obtenção por meio de fontes humanas e de sinais.

10) Comunicações

- Com três componentes: Informações Públicas, Operações Psicológicas e Comando e Controle;
- Guerra Eletrônica;
- Segurança das Comunicações;
- Dissimulação.

11) Mobilidade, contramobilidade e proteção

As atividades associadas à mobilidade, contramobilidade e proteção têm escassas possibilidades de emprego no conflito assimétrico. Assim, as ações se concentram fundamentalmente no flanqueamento de obstáculos, constituídos por massas de minas em pontos de passagem obrigatórios e em zonas semeadas por armadilhas explosivas, e no desbloqueio de ruas, pontes, túneis etc.

O trabalho da FTER não será normalmente em apoio a sua própria manobra, senão em benefício da população civil mediante a construção e reconstrução da infraestrutura danificada ou destruída pela ação do inimigo.

Conclusão

O Exército deverá antecipar os prováveis conflitos do milênio, por meio de análise de trabalhos publicados e de estudos prospectivos. Em função desses prováveis conflitos – tipologia e características –, serão estabelecidas e desenvolvidas as doutrinas e as tecnologias pertinentes.

A preparação para a defesa da soberania deve receber a mais alta prioridade, mesmo que, dentro das hipóteses consideradas, seja estimada como remota, pois a eficiência alcançada é a base para o desenvolvimento de qualquer outra preparação específica.

As missões de combate, tal como estão concebidas, não garantem o êxito das operações em um conflito assimétrico. Conflitos assimétricos passarão a ser a norma e não a exceção.

Na Guerra de Quarta Geração, o Estado perde o monopólio sobre a guerra. Em todo o mundo, os militares encontram-se combatendo oponentes não estatais. Em quase em toda parte o Estado está perdendo. Para o nosso Exército, a Guerra de Quarta Geração ou Assi-

métrica representa duas vertentes importantes: como protagonista, desenvolvendo essa Guerra como Força de Resistência, ou como uma Força Convencional, combatendo uma Força que empregue este tipo de ação militar. Para estas duas opções faz-se necessária a devida preparação, aí incluída a doutrina que nos orientará para o preparo e o emprego de nossas Forças.

Temos ainda que pensar na adaptação desses conceitos para a nossa realidade. Podemos analisar sob este prisma ações possíveis em áreas internas de nosso país, onde, seja pela forma de operar ou pelos meios de combate utilizados, as Forças de Segurança Pública não tenham capacidade de vencer. Ou, ainda, as Operações de Paz, nas quais o Brasil, por seus objetivos de Política Externa, está cada vez mais envolvido e comprometido, e que geram, para o campo militar, possibilidades de emprego em ambientes operacionais desconhecidos e de enfrentamento com inimigos dos quais não se tem nenhuma informação antecipada.

“As forças lutam como são adestradas!”

A doutrina deve preparar as forças singulares com uma atitude pronta para lidar eficaz e rapidamente com a incerteza; possuir um conceito operacional que inclua mais do que guerra convencional e tratar a assimetria como uma via de dois sentidos. A assimetria nada mais é do que mudar o nível de incerteza, ou de surpresa, para um novo nível que envolve estilos, meios e até fins. Todos os conflitos assimétricos exibem uma grande disparidade de vontade.

“Toda força militar competente se adapta!”

A adaptação é crítica para o êxito militar, uma vez que a guerra, assimétrica ou não, lida com a incerteza. Fazer mudanças em técnicas e procedimentos para que sejam efica-

zes em toda a força exige experimentação, treinamento e disseminação. Essas ações são partes da natureza adaptável do combate.

Não devemos reescrever a doutrina do Exército, apenas adaptar suas Forças para executarem a doutrina de novas maneiras!

Referências

- A Arte da Guerra. Sun Tzu.
- A Guerra Irregular Moderna. Friedrich August Von Der Heydte.
- Assimetria Estratégica. Steven Metz. *Military Review*, 1º trimestre de 2002.
- China Revisa a Arte da Guerra – A Guerra para além das Regras. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/noticia/artedaguerra/>>
- Da Guerra. Carl Von Clausewitz.
- Doutrina para a Guerra Assimétrica. Clinton J. Anker. *Military Review*, 2º Trimestre de 2004.
- El Conflicto Asimétrico. Antonio Caberizo Calatrava. Congreso Nacional de Estudios de Seguridad. Universidad de Granada, Espanha, 2002.
- El Líbano, Estado fallido o Estado dentro de otro Estado. Cap Francisco Antonio Barbancho Leal. Ejército de Tierra Español. Jul./Ago. 2007.
- Era das Guerras Assimétricas. Le Monde Diplomatique. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2001-10,a88>>
- Guerra de Quarta Geração. William S. Lind. *Military Review*, Jan./Fev. 2005.
- Las Funciones de Combate en el Conflicto Asimétrico. Gen Bda Agustín Alcázar Segura. Ejército de Tierra Español. Jul./Ago. 2007.
- O Livro Vermelho. Mao Tsé-tung.
- Porque as grandes potências combatem mal em pequenas guerras. Robert M. Cassidy. *Military Review*, 2º Trimestre de 2003.
- Resposta Militar à Guerra de Quarta Geração. Greg Wilcox. *Military Review*, 1º Trimestre de 2004.
- The Slig and The Stone. Thomas X. Hammes – ISBN 0-7603-2059-4.



Editorial 2009

Coleção General Benício

PODER MUNDIAL
A guerra no século XXI

George Friedman e Meredith Friedman

Essa obra trata das profundas modificações acarretadas pelo avanço da tecnologia digital na arte da guerra. Segundo os autores, ao encerrar-se o século XX, o Mundo assistiu ao final da primeira era geopolítica global, que persistiu por 500 anos.

A nova ordem mundial, o conflito de 4ª geração e as forças de operações especiais do Brasil*

Alvaro de Souza Pinheiro**

O início do século XXI, particularmente a partir dos trágicos e contundentes eventos de 11 de setembro de 2001, está demonstrando que as atuais ameaças à paz e à segurança internacionais são mais dramáticas e complexas do que aquelas que as precederam no século passado, tanto em natureza quanto em dimensão e intensidade.

Nova ordem mundial

A natureza multipolar do atual cenário geopolítico mundial caracteriza-se pela presença dos Estados Unidos da América (EUA) como única superpotência hegemônica remanescente e pelo surgimento de potências regionais emergentes nos diversos continentes que, como o Brasil, por exemplo, incrementam cada vez mais sua estatura político-estratégica no cenário geopolítico global. A consequência imediata é que Estados nacionais desenvolvidos e em diferentes estágios de desenvolvimento estão convivendo em arenas globais fundamentalmente baseadas em interesses econômicos. Esse fato determina o aparecimento de

confrontações diversificadas entre governos, economias, culturas, etnias, religiões e populações em um mundo altamente competitivo, em termos de mercados globais.

Por outro lado, entre os mais de 190 Estados nacionais, identificam-se em torno de 30 Estados potencialmente falidos, por consequência direta de governos corruptos, sem credibilidade e legitimidade, incapazes de atender às necessidades mínimas de estabilidade política e socioeconômica de suas populações. Esses Estados falidos tornaram-se a principal fonte de instabilidade internacional, propiciando a criação de campos férteis ao desencadeamento de flagelos transnacionais que assolam o mundo civilizado nos dias de

* Colaboração da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

** O autor é Analista Militar especialista em Operações Especiais e Guerra Irregular. Consultor Técnico da Revista *Tecnologia & Defesa*. Conferencista convidado e colaborador de inúmeras instituições militares e civis, destacando-se a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Academia Militar das Agulhas Negras, o Centro de Estudos Estratégicos do Exército, o Curso Superior de Inteligência Estratégica da Escola Superior de Guerra, a Brigada de Operações Especiais, a Brigada de Infantaria Paraquedista, a Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e o Centro de Estudos Interdisciplinares em Justiça Criminal da Universidade Católica de Brasília. No exterior, entre outras instituições, é Analista Associado do Regional Defense Counterterrorism Fellowship Program/Joint Special Operations University/US Special Operations Command.

hoje, tais como o fundamentalismo político e/ou religioso, o terrorismo, o narcotráfico, o contrabando de armas, a “lavagem” de dinheiro, a pirataria de produtos diversificados, a geração de um crescente fluxo de imigrantes ilegais e a degradação criminoso do meio ambiente.

Não há dúvida de que a violência em nível nacional, transnacional ou subnacional vai continuar, e os chamados conflitos assimétricos de 4ª geração predominarão. Junto aos Estados nacionais, surgem novos atores protagonistas, organizações não estatais armadas, integradas por forças irregulares de diferentes matizes: separatistas, anarquistas, extremistas políticos, étnicos ou religiosos, crime organizado e outros, cuja principal forma de atuação fundamenta-se no emprego de táticas, técnicas e procedimentos de Guerra Irregular, extremamente violentos, caracterizados por verdadeiros banhos de sangue absolutamente irracionais que atingem, de forma dramaticamente perversa e intencional, uma imensa parcela da população civil não combatente.

Nos campos da segurança e da defesa, é cada vez mais evidente que as formas clássicas de se opor às crises e conflitos armados do século passado não são mais pertinentes, oportunas e adequadas para confrontar as atuais ameaças. Nesse contexto, observa-se uma tendência global, na maioria dos Estados nacionais, de valorização de suas Forças de Operações Especiais (FOpEsp), as quais ganham mais relevância em função das características específicas do seu pessoal. Constituídas por soldados voluntários, organizados em pequenos efetivos, dotados de excepcional espírito de corpo, potência física e emocional, criteriosamente selecionados, equipados e adestrados, essas forças estão demonstrando ser ve-

tores extremamente positivos no desdobramento de crises e/ou conflitos de caráter eminentemente não convencional, em ambientes operacionais caracterizados pelo alto grau de sensibilidade política, grande complexidade psicossocial e exigência de ações a realizar, em que se impõe a manutenção de um elevado grau de sigilo.

O Brasil, como um país cuja estatura político-estratégica cresce a cada dia e como defensor de uma reforma na Carta das Nações Unidas que lhe permita ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança, não pode se alienar da prevenção e do combate às potenciais e iminentes ameaças à paz e à segurança internacionais do século XXI. É nesse contexto que se fundamenta a atual significativa implementação das suas FOpEsp.

Características do conflito de 4ª geração

O termo “Conflito de 4ª Geração”, também identificado como “Conflito Irregular Assimétrico”, tornou-se conhecido entre estrategistas e planejadores militares internacionais no final da década de 1980. Essa comunidade compartimentou a evolução dos conflitos armados, a partir do século XVII, em quatro períodos distintos. Na 1ª Geração (a partir da “Paz de Westphalia”, acordo firmado em 1648, que propiciou o nascimento das relações internacionais entre Estados soberanos), a guerra caracterizou-se pelo emprego preponderante do princípio da massa, grandes efetivos organizados em rígidas formações massificadas, e teve seu clímax nas épicas campanhas napoleônicas. O emprego intensivo do apoio de fogo, particularmente de artilharia e de metralhadoras pesadas, caracterizou a 2ª Geração, que culminou na guerra de trincheiras da Primeira Guerra Mundial. A 3ª Geração

foi dominada pela manobra, perfeitamente caracterizada pela *blitzkrieg*, tática brilhantemente desenvolvida pelos alemães na Segunda Guerra Mundial. Há de se destacar que os atores protagonistas dos diferentes cenários das 1ª, 2ª e 3ª gerações eram predominantemente Estados nacionais.

A 4ª Geração é resultante de uma evolução que visa tirar vantagens de mudanças política, social, econômica e tecnológica vivenciadas desde a Segunda Guerra Mundial. Mao Tsé-tung foi o pioneiro no emprego muito bem-sucedido desse modelo, como instrumento de luta político-ideológica, proliferado, particularmente, durante o auge da Guerra Fria, quando a ameaça do holocausto nuclear, consequente da confrontação entre os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ameaçava o mundo.

Como principais características do Conflito de 4ª Geração, no século XXI, com reflexos para as FOPEsp do Brasil, destacam-se:

- Cenários estratégicos de conformação difusa, caracterizados por ameaças indefinidas em ambientes operacionais, dentro ou fora do território nacional, nos quais a incerteza e a imprevisibilidade demandarão forças preparadas para o cumprimento de missões diversificadas. Missões essas com um amplo espectro de ameaças que envolve a defesa de interesses nacionais vitais, tais como a manutenção da soberania e da integridade do patrimônio nacional; a garantia da lei e da ordem e dos poderes constitucionais; o cumprimento de compromissos internacionais; até a cooperação com o desenvolvimento e a defesa civil e a atuação contra delitos fronteiriços e ambientais.

- Esse complexo espectro poderá demandar a capacidade de fazer face a um inimigo convencional em um determinado momento,

para logo no momento seguinte confrontar-se com um inimigo irregular e, em seguida, engajar-se em atividades de assistência humanitária, reconstrução das instituições e infraestruturas básicas do governo local, características das Operações de Estabilidade. Todas essas atividades poderão ser executadas simultaneamente e, muito frequentemente, exigirão a interação das FOPEsp com forças militares convencionais, com organizações policiais voltadas para a segurança pública, bem como com agências civis de natureza diversificada, governamentais e não governamentais.

- Ambientes operacionais caracterizados pela grande diversificação em termos de terreno, condições meteorológicas e de inimigo, incrementando sobremaneira as exigências de adestramento. Áreas urbanas ou próximas a grandes centros urbanos poderão constituir-se em cenários de batalhas decisivas, admitindo-se a presença de forças convencionais amigas e inimigas, forças irregulares amigas e inimigas (com forças de guerrilha, de sustentação e subterrâneas com diferentes níveis de capacitação); e admitindo-se também a relevante presença de populações civis não combatentes, propiciando ações de subversão, terrorismo e sabotagem.

- Operações militares de planejamento centralizado, caracterizado por uma vigorosa unidade de comando e execução cada vez mais descentralizada, tendo como parâmetros essenciais um sistema de inteligência solidamente estruturado (tanto no nível estratégico quanto nos níveis operacional e tático), comunicações informatizadas eficientes e seguras e a disseminação das informações em tempo real, visando à obtenção da rapidez nos resultados e à minimização de baixas.

- Imperiosa necessidade de preparo para conviver com a crescente influência da mídia

na formação da opinião pública, tanto nacional quanto internacional, afetando sobretudo o planejamento e a condução das operações. Como consequências imediatas dessa influência, tornou-se obrigatório relacionar as “considerações civis” como fator da decisão e reconhecer a relevância das atividades de comunicação social e das operações psicológicas. A análise da propaganda nos seus cinco fatores (origem, conteúdo, público-alvo, veículo e efeito resultante) deve ser constantemente realizada, e a conquista dos corações e mentes da população civil não combatente é um objetivo permanente a ser alcançado.

- Prevalência de campos de batalha não lineares ou assimétricos, demandando operações táticas desenvolvidas de forma coordenada e controlada, combinando diferentes direções e atitudes (ofensiva e defensiva) bem como plena sincronização dos meios integrantes dos diversos sistemas operacionais (comando e controle, inteligência, manobra, apoio de fogo, mobilidade, contramobilidade e proteção, apoio de fogo, defesa antiaérea e apoio logístico) em termos de tempo, espaço e finalidade.

- Permanente evolução científico-tecnológica impondo constante reciclagem de conhecimentos e capacitações, sobretudo no que se refere ao emprego intensivo de sensores (obtenção da informação), processadores (tomada da decisão e sua implementação) e atuadores (neutralização da ameaça). Em consequência, tendo em vista a otimização das comunicações, torna-se prioritário o emprego de medidas eletrônicas de apoio (MEA), contramedidas eletrônicas (CME) e medidas de proteção eletrônica (MPE).

- Conscientização de que, na atualidade, as forças irregulares também estão tirando proveito da evolução tecnológica, como está

perfeitamente caracterizado pelo Hezbollah e pelo Hamas que, além de terem alcançado o *status* de partido político, internacionalmente reconhecidos (a exemplo do Fatah), nos últimos conflitos ocorridos no Sul do Líbano e na Faixa de Gaza, respectivamente, surpreenderam as Forças de Defesa de Israel, demonstrando uma inédita capacitação de saturação de área pelo fogo, executada por uma artilharia de mísseis e foguetes de curto e de médio alcance, patrocinada pelo Irã e pela Síria. Nesse mesmo contexto, irregulares de diferentes facções estão engajados na procura pela capacitação para a realização de ataques químicos, biológicos e nucleares, bem como para o desencadeamento de infiltrações cibernéticas em redes informatizadas que controlam os serviços públicos essenciais dos grandes centros urbanos.

- Forças irregulares de diferentes matizes, com diferentes níveis de capacitação, em diferentes ambientes operacionais, estão cada vez mais associadas às estruturas do crime organizado, beneficiando-se dos rendimentos obtidos pelo narcotráfico, contrabando de armas e munições e da lavagem de dinheiro, constituindo-se, na atualidade, em ameaças transnacionais. Um exemplo inequívoco, com graves reflexos para o Brasil, são as cerradas conexões entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), atualmente engajadas em todas as fases de produção da cocaína refinada, com presença no crime organizado do México, Venezuela, Suriname, Paraguai, Brasil, Argentina, EUA e de países da União Europeia.

- Crescente desdobramento de forças multinacionais nos mais diversos ambientes operacionais, envolvendo tropas de Estados nacionais integrantes de organizações internacionais ou de coalizões temporárias, especificamente

estabelecidas para a consecução de objetivos comuns (estratégia da projeção de poder). Nesse contexto, avultam a imperiosa necessidade de mobilidade estratégica, o estabelecimento, cada vez mais impositivo, de comandos combinados, enquadrantes de elementos das três Forças Singulares e a demanda cada vez maior da presença das FOpEsp, mesmo nas Operações de Paz.

FOpEsp do Brasil

A globalização tornou-se um fenômeno que, na atualidade, atinge todos os campos da atividade humana, inclusive a área de assuntos militares. Um significativo exemplo que ratifica essa evidência são as concepções doutrinárias atribuídas às Operações Especiais.

Sistemas de educação profissional militar de diferentes países, desde a Segunda Guerra Mundial, intitularam como especiais, em seus acervos doutrinários, operações específicas executadas por forças convencionais, tais como: ataque noturno, ataque e defesa de localidades, transposição de cursos d'água obstáculos, operações objetivando o estabelecimento de cabeças de ponte aéreas (aeroterrestres ou aeromóveis) e cabeças de praia, em operações anfíbias. Consideraram também como especiais, operações desenvolvidas em terrenos específicos, tais como selva, montanha e neve.

Com o término da Segunda Guerra Mundial e o advento do Conflito de 4ª Geração e da guerra revolucionária, que tiveram em Mao Tsé-tung um pioneiro muito bem-sucedido, Forças Armadas do mundo inteiro passaram a adotar uma nova concepção doutrinária referente às Operações Especiais, profundamente diferentes da concepção anterior, em função de sua natureza eminentemente não convencional. Aperfeiçoado ao longo do tem-

po e das experiências vividas em diferentes ambientes operacionais, chegou-se, na atualidade, a um conceito de consenso global, inclusive adotado no Brasil, de que Operações Especiais "são aquelas conduzidas por forças militares e/ou paramilitares especificamente organizadas, adestradas e equipadas, visando à consecução de objetivos militares, políticos, econômicos ou psicossociais, em ambientes hostis e/ou politicamente sensíveis, nas situações de paz, crise ou conflito".

Podem ser conduzidas independentemente, em apoio a objetivos nacionais específicos, ou em coordenação com operações de forças convencionais, normalmente em proveito da campanha do maior escalão de nível estratégico ou estratégico operacional em presença. Destaque-se que as FOpEsp não competem com as forças convencionais, até porque não devem, em hipótese alguma, ser empregadas como essas.

De maneira geral, as Operações Especiais são materializadas por duas formas de atuação: ação direta e ação indireta. A ação direta caracteriza-se perfeitamente quando as FOpEsp cumprem suas missões estabelecendo o contato direto com o inimigo. A ação indireta é caracterizada quando o contato com o inimigo é mantido por forças irregulares amigas especificamente organizadas, adestradas, equipadas e conduzidas para tal fim.

Dependendo das características do ambiente operacional em presença, tendo por fim otimizar as possibilidades das FOpEsp e minimizar suas limitações, o ideal é que os planejamentos integrem as formas de atuação das ações direta e indireta. As mais recentes experiências têm demonstrado que elas não são excludentes entre si, muito pelo contrário. Além de perfeitamente integradas, há de se procurar o apoio mútuo entre ações direta

e indireta. O efeito produzido será efetivamente muito superior do que quando materializadas separadamente.

O Brasil é um país em que a formação da nacionalidade, costumes, tradições e valores militares possuem raízes históricas intimamente ligadas às atividades de Operações Especiais e Guerra Irregular, que em significativos momentos da vida nacional se fizeram presentes. Da forma como se conhecem hoje, as nossas FOpEsp possuem características básicas comuns. Seus integrantes são todos voluntários, e seu processo de seleção os submete a uma rígida avaliação psicofísica, cujos parâmetros são incontestavelmente os mais exigentes das Forças Armadas. Seu adestramento enfatiza a força física, a criação de fortes laços emocionais entre os integrantes das diversas unidades, além de um altíssimo nível de motivação e de autoconfiança. Sua capacitação é fundamentada em um criterioso domínio de táticas, técnicas e procedimentos não convencionais, emprego diversificado de armamento, munição e tiro, explosivos e demolições, bem como técnicas de navegação, as quais possibilitam a operação com desenvoltura em qualquer tipo de terreno, infiltrando-se por terra, mar e ar, sob quaisquer condições meteorológicas.

As atividades de Operações Especiais no Brasil iniciaram-se no Exército Brasileiro, em torno da segunda metade dos anos 1950. De lá para cá, foram mais de 50 anos de muita dedicação, muita abnegação e muita competência para que se atingisse o nível atual materializado pela Brigada de Operações Especiais (BdaOpEsp) que detém o maior escalão e o maior poder de combate entre as nossas FOpEsp. Essa grande unidade, apesar de recentemente ativada, já possui um significativo acervo de missões relevantes realizadas, como

é o caso do resgate de cidadãos brasileiros, em uma grave situação de crise, de Abidjan, capital da Costa do Marfim, e a atual presença de Destacamentos de Operações Especiais (DOpEsp) na segurança das embaixadas do Brasil naquele país e no Congo; assim como do DOpEsp que integra o Contingente Brasileiro operando na MINUSTAH, Missão de Estabilização da ONU no Haiti.

As demais Forças Singulares brasileiras também possuem FOpEsp. Na Marinha do Brasil, o Grupamento de Mergulhadores de Combate (GruMeC) e o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (BtlOpEsp FN), o “Batalhão Tonelero”. Na Força Aérea Brasileira, o Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS), conhecido pela sigla PARA-SAR, e os Pelotões de Operações Especiais dos Batalhões de Infantaria da Aeronáutica, preparados para tal fim. As FOpEsp da Marinha e da Força Aérea também já adquiriram um excepcional padrão de credibilidade pelos níveis de eficiência operacional que atingiram ao longo de uma evolução igualmente fundamentada na dedicação, na abnegação e na competência.

Muito embora as Operações Especiais possam ser executadas por elementos especializados de uma única Força Singular (e essa era a rotina observada no século passado), as mais recentes e bem-sucedidas experiências demonstram que a probabilidade de êxito é intensivamente incrementada quando conduzidas como operações combinadas. Seguindo o exemplo dos países nos quais os Comandos Combinados de Operações Especiais permanentes ainda não foram ativados, no Brasil, a interoperabilidade tem se manifestado por meio da constituição de Forças-Tarefa Combinadas de Operações Especiais (FTCbnOpEsp) as quais, qualquer que seja o ambiente operacional em presença, são organizadas para o

cumprimento de missões específicas e integradas por elementos de Operações Especiais das Forças Terrestre, Naval e Aérea. Essas FTCbnOpEsp, uma vez constituídas em situações de guerra, operarão em proveito do Plano de Campanha de um teatro de operações, estando diretamente subordinadas ao comando desse teatro. Quando constituídas em ambiente operacional de não guerra, em que não há a ativação de um teatro de operações, permanecerão diretamente subordinadas ao mais alto escalão em presença. E nas situações em que atuarem independentemente, operarão diretamente subordinadas a um Comando Combinado de Operações Especiais (CCbnOpEsp), especificamente ativado por tempo limitado.

Indiscutivelmente, as semelhanças que caracterizam o preparo e o emprego das diferentes FOPEsp facilitam significativamente a interoperabilidade entre elas. Entretanto, deve-se ter em mente que as diferentes FOPEsp possuem missões prioritárias, verdadeiros nichos de *expertise*. Os Destacamentos Operacionais de Forças Especiais (DOPEsp), da BdaOpEsp, do Exército, são quase insubstituíveis quanto ao estabelecimento de “Áreas Operacionais de Guerra Irregular” (AOGI – preparo e emprego de forças nativas em táticas, técnicas e procedimentos da guerra de guerrilhas). Da mesma forma, ações diretas realizadas contra elementos que venham a ameaçar as plataformas marítimas de exploração de petróleo são quase que exclusivas do GruMeC, da Marinha. Não se pretende que, ao incrementar a interoperabilidade, percam-se ou minimizem-se essas especializações. Ao contrário, ela terá como resultado um incremento na eficiência operacional, tanto dos elementos de OpEsp reforçados quanto dos que reforçam. E, sobretudo, deve-se ter em mente que a gran-

diosidade da área física do território nacional, bem como a diversidade de ambientes operacionais, exige que as diversas FOPEsp operem de modo mais integrado possível, como uma condição indispensável para o cumprimento das missões com sucesso.

Nesse contexto, há de se destacar que, na Segurança Pública, uma área altamente controvertida e de grande sensibilidade, na atualidade, tanto a Polícia Federal quanto as polícias militares e civis estaduais possuem seus elementos de Operações Policiais Especiais. Muito embora seus processos de seleção, bem como níveis de dotação de material e de adestramento, sejam muito heterogêneos, a média de seus níveis de operacionalidade, visando às suas tarefas eminentemente policiais, pode ser considerada boa. E algumas dessas forças policiais especiais, sobretudo aquelas dos maiores centros urbanos, possuem a experiência de operar sob o Controle Operacional das FOPEsp militares. Tal fato ocorre quando da realização de eventos de relevância estratégica (reuniões de cúpula internacionais e visitas de chefes de Estado estrangeiros, por exemplo), para os quais diretrizes específicas emanadas da Presidência da República determinam que os Comandos Militares da Área sejam os Coordenadores de Segurança de Área (CSA), responsáveis, de mais alto nível, pelo planejamento e execução das medidas preventivas e repressivas de segurança de tais eventos. Tal tipo de integração entre as FOPEsp militares e policiais ocorre rotineiramente e, via de regra, com resultados altamente positivos.

Conclusão

Para um Estado nacional como o Brasil, potência global emergente, candidato ostensivo a um assento permanente no Conselho de

Segurança das Nações Unidas, e que pretende ter, a cada dia, sua estatura político-estratégica incrementada, não há a menor dúvida que, para fazer face às crises e aos conflitos característicos do presente século, suas FOpEsp são um instrumento confiável e extremamente valioso, sobretudo na consecução das ações estratégicas de caráter preventivo e dissuasório.

Apesar da perversidade da conjuntura econômico-financeira a qual solerte e insidio-

samente consome e desgasta as Forças Armadas, as FOpEsp do Brasil, graças a uma oportuna e criteriosa definição de prioridades por parte das autoridades militares competentes, têm conseguido, ao longo dos anos, manter um padrão de eficiência operacional que lhes permite cumprir com excelência suas complexas missões, bem como manter um conceito altamente respeitado e admirado na comunidade internacional das Operações Especiais. ●



Editorial 2009

Coleção General Benício

SOLDADOS DA PÁTRIA

Frank D. McCann – coedição/Cia das Letras

Nas palavras do historiador Francisco Doratioto, trata-se de “obra inovadora que reescreve a História do Exército Brasileiro, desde a Proclamação da República até o Estado Novo”. O autor, nascido nos Estados Unidos, escreveu inúmeros e importantes estudos sobre a história militar brasileira. Esse livro fundamenta-se em detalhada pesquisa realizada em arquivos britânicos, norte-americanos, franceses e brasileiros, assim como em depoimentos de líderes militares e civis que sobreviveram após a época considerada.

Brasil – Angola: uma relação antiga, profunda, atual e com futuro*

João Baptista de Matos**

Um oceano nos separa, um passado de dor e sofrimento começou a unir-nos, um presente de trabalho e interesses recíprocos liga-nos com um futuro promissor e cheio de desafios. A análise de diferentes realidades é o objetivo desta breve reflexão.

A importância do Atlântico Sul

As vias marítimas de comércio internacional são importantes para os países ribeirinhos de cada um dos oceanos ou mares, mas são também importantes para os outros, principalmente para aqueles que, do ponto de vista socioeconômico, mais dependem do exterior. Quanto maior a economia, maior a dependência do exterior, e daí o fato de as grandes potências mundiais serem as principais utilizadoras dessas mesmas vias.

Como via marítima, o Atlântico Sul ganhou grande importância com a descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, que, apesar de aumentar a distância, diminuiu o nú-

mero de intermediários e o valor do frete, permitindo trazer o negócio das especiarias para Portugal, retirando-o aos mercadores venezianos e árabes. A substituição de Portugal e Espanha, como as grandes potências marítimas, pela Inglaterra e Holanda não diminuiu a importância do Atlântico Sul. Mesmo a rota do chá e do algodão, por exemplo, que até fins do século XIX, nos *clippers*, aproveitando os *roaring forties*,¹ vinha da Ásia e da Austrália, passava pelo Cabo Horn e, através do Atlântico, seguia para a Europa.

Essa importância só foi diminuída depois da abertura do Canal do Suez (em 1869) e mais tarde do Canal do Panamá (em 1914), mas voltou a aumentar, em meados dos anos

* Colaboração do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB.

** O General de Exército João Baptista de Matos foi Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, de dezembro de 1992 a janeiro de 2001. Nascido em 30 de maio de 1955, em Sanza Pombo, província do Uíge, foi incorporado nas FAPLA em 17 de Julho de 1974. Desempenhou várias funções e participou em muitas operações militares em todas as províncias de Angola. Frequentou vários cursos militares e é Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar Frunze, da Rússia. Possui várias medalhas nacionais e estrangeiras. É casado e tem 7 filhos. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração do Grupo Empresarial Genius, Presidente da Fundação Quissama e Presidente do Conselho Geral do Centro de Estudos Estratégicos de Angola.

¹ Nome dado pelos marinheiros às latitudes entre os 40º e os 50º Sul, caracterizado por ventos permanentes muito fortes de oeste. Eram aproveitados pelos grandes veleiros, nomeadamente os *clippers*, para mais rapidamente chegarem ao seu destino.

1950, com a nacionalização do Canal do Suez e dos problemas que daí advieram. Tal cenário resultou na procura de novas e mais seguras rotas de evacuação do petróleo, que, apesar de aumentarem a distância a percorrer, obrigavam a diminuir o valor do frete, e isso só era possível com o aumento da capacidade e, por conseguinte, das dimensões dos petroleiros. A solução foi a criação dos VLCC,² que tinham como único inconveniente a impossibilidade de utilizar o Canal de Suez e muitos dos portos da Europa e dos Estados Unidos, obrigando ao transbordo ou à descarga em *offshore*.

Na realidade, o Atlântico Sul é um imenso corredor sem estreitas passagens estratégicas ou pontos de estrangulamento (*chokepoints*), esses “calcanhares de aquiles geográficos da economia global”,³ por onde passa a grande quantidade de petróleo que, vinda do Oriente Médio, transita principalmente para a América do Norte. Deve-se frisar que, ainda hoje, 1/3 de todo o petróleo é transportado nos VLCC. Também algum tráfego petrolífero, vindo do mesmo Oriente Médio, segue para a Europa e para a América do Sul, bem como o originário da costa ocidental de África, que segue para os mesmos destinos, para além do que, hoje em dia, se destina à Ásia, principalmente à China.

Também importante no Atlântico Sul, vindo de muitas origens para diferentes destinos, tanto de países ribeirinhos como de outros, é o tráfego de matérias-primas – como carvão, ferro e bauxita – e produtos agrícolas – tal como o açúcar, cereais etc. Essas matérias-primas são transportadas a granel em navios especia-

lizados. Há também o transporte de produtos manufaturados, tanto de bens duráveis – por exemplo, maquinaria e veículos motores – como de consumíveis, grande parte já contentorizados, de forma a diminuir as estadias nos portos, que aproveita o Atlântico Sul.

Apesar de não ter grandes constrangimentos e de ser considerada uma zona estratégica secundária e periférica, essa importante via preocupa as grandes potências, principalmente as ocidentais, não só individualmente como também em sua organização defensiva, a Otan, que na sua denominação leva o nome do Atlântico Norte. Não é por acaso que os EUA acabam de criar o Comando África (*Africa Command*) com o objetivo de controlar as costas africanas do Atlântico, em contraponto ao Comando Austral (*Southern Command*), o qual controla as costas sul-americanas do mesmo oceano, e também não é por acaso que desde há uns anos apoiam a formação de exércitos africanos. Por outro lado, a Otan iniciou exercícios conjuntos com e em Cabo Verde, na fronteira entre o Atlântico Norte, seu território natural e estatutário, e o Atlântico Sul, onde a exemplo do Afeganistão poderá vir a atuar no futuro.

Não se deve esquecer que, não faz muito tempo (1982), o Atlântico Sul foi palco de uma guerra não declarada entre britânicos e argentinos pela posse das ilhas Malvinas ou Falkland, nome pela qual esta guerra ficou conhecida. As dificuldades logísticas para os britânicos mostraram-se enormes, já que não conseguiram portos e aeródromos abertos na área para permitir o reabastecimento das suas

² Very Large Crude Carriers (Muito Grandes Transportadores de Crude), que podem transportar até 300 mil toneladas *deadweight*, cerca de 2 milhões de barris.

³ “*Straits, Passages and Chokepoints – A Maritime Geostrategy of Petroleum Distribution*”, Jean-Paul Rodrigue. In: Cahiers de Géographie du Québec, v. 48, n. 135, Dez. 2004.

forças navais e aéreas. Na realidade, a maioria dos governos sul-americanos ou mostrou simpatia pela causa argentina ou optou por uma neutralidade total, que na prática prejudicava os britânicos. No entanto, a intervenção dos EUA, principalmente por meio da abertura do acesso a *stock* de armamento, combustível e meios de comunicações, depositados na Ilha de Ascensão, permitiu minimizar o problema para os britânicos, possibilitando a vitória na guerra.

Mas, além da enorme importância como via marítima, o Atlântico Sul esconde outras grandes riquezas. O pescado representa milhões de toneladas anuais para consumo humano e para as indústrias. As plataformas continentais são a grande fonte da pesca e, apesar do seu sobreaproveitamento, esta ainda se mantém. A proteção desse riquíssimo legado é um problema complicado e dele falaremos mais adiante.

A segunda fonte de riqueza refere-se aos hidrocarbonetos, que implantados em grande escala, no fundo das plataformas continentais e nos seus limites mais próximos, são uma mais-valia para os países em cujas plataformas se encontram. O preço do petróleo e os avanços tecnológicos da exploração em águas profundas permitem hoje a utilização econômica dessas riquezas dos fundos atlânticos.

Também nos fundos oceânicos costeiros se encontram depósitos, aluviais ou não, de metais, como o ferro, o alumínio, o titânio e o cromo, bem como de pedras preciosas. Estes depósitos têm sido explorados esporadicamente, como foi o caso dos diamantes na costa da Namíbia.

Para além destes depósitos nas plataformas costeiras, encontram-se outros em maiores profundidades, mais conhecidos como nódulos. Formados ao longo de milhões de

anos em camadas concêntricas sucessivas, são principalmente constituídos por manganês e ferro, com quantidades menores de cobre, níquel e cobalto. Acredita-se que a maior parte desses nódulos se encontra no Leste do Brasil e na Bacia das Agulhas, ao sul da África do Sul, mas muito provavelmente estarão espalhadas por outras áreas do Atlântico Sul. No entanto, as acumulações encontradas no Atlântico são menores e menos promissoras economicamente que as encontradas no Pacífico.

Outra utilização das águas oceânicas é a da produção de energia, usando os efeitos das marés, ou das ondas ou mesmo as diferenças de temperatura das águas à superfície e em profundidade, para gerar eletricidade.

Por último, deve ser mencionado o enorme potencial, em parte já explorado, principalmente nas costas brasileiras, da indústria do turismo e do lazer, principalmente da pesca desportiva, tanto de superfície, de terra ou de barco como submarina; da navegação de recreio, tanto a vela como a motor, e das variedades de *surf*, tanto na sua forma pura, usando a rebentação, como com vela, usando o vento (*windsurf*), para além da utilização das próprias praias.

Relações Brasil – Angola

Este é o oceano que nos separa e que há séculos nos une. A história dos dois países, mas principalmente a dos dois povos, há muito está ligada. Muito contra a vontade dos seus filhos, parte sem interferência de qualquer um deles, mas ultimamente de uma forma deliberada, consentida e com vantagens mútuas.

Quis o destino, ou talvez a visão estratégica e o conhecimento da realidade dos negociadores portugueses, que os territórios que hoje constituem o Brasil e Angola se situassem na

mesma metade do mundo que coube a Portugal, conforme acordado no Tratado de Tordesilhas, de 1498, com a Espanha, que entre ambos dividiu os mares e as terras do mundo de então, fossem estes conhecidos ou desconhecidos. A consolidação da descoberta do caminho marítimo para a Índia, no mesmo ano, levou ao envio de importante armada, chefiada por Pedro Álvares Cabral que, como por acaso, “descobriu” o Brasil, quase 20 anos depois de Diogo Cão ter passado por terras de Angola, no outro lado do mesmo oceano.

Antigas e profundas

Mas nessa altura os interesses portugueses estavam voltados para a Ásia e para as suas riquezas, e ambos os territórios passaram para segundo plano, do qual o Brasil só sairia 30 anos depois após a criação das capitanias, e Angola alguns séculos mais tarde.

A conversão de Pernambuco à produção açucareira arrastou uma consequente escassez de mão de obra barata, já que os jesuítas haviam conseguido leis e bulas que concediam a liberdade dos índios e, portanto, impediam a sua utilização como escravos.

Esse fato levou à primeira ligação com Angola. Infelizmente a pior ligação possível, assente em uma das mais terríveis formas de exploração do homem pelo homem – a escravidão, na altura, aceite por muitos como normal e defensável. Desde então e até à sua abolição, em 1888, cerca de 12 milhões de africanos, incluindo angolanos, sendo a maioria proveniente da Região do Golfo da Guiné, foram transportados, em condições sub-humanas, para o Brasil, onde serviam como trabalhadores rurais e domésticos. Mesmo depois de sua libertação, continuaram a ser discriminados na educação, no emprego e na habi-

tação. Mas são esses mesmos africanos que, contra tudo e todos, com a sua alegria, a sua música, a sua dança e as suas práticas religiosas, definiram e definem, em grande parte, a vida cultural do Brasil.

Mas foi essa mesma escravidão que esteve na base da consequente aproximação entre Brasil e Angola, em uma altura em que ambos eram ainda colônias de Portugal. A ligação das coroas de Espanha e Portugal teve como consequência o ataque e posse dos territórios deste por inimigos do Império Espanhol. Assim, os holandeses atacaram e, durante cerca de um quarto de século, ocuparam parte do território brasileiro, ao mesmo tempo que ocupavam também parte do angolano. Os brasileiros, sem a ajuda de Portugal, derrotaram e expulsaram os holandeses em 1654, fato que provavelmente marca o nascimento do sentimento nacionalista brasileiro.

Libertado o seu próprio território, era necessário que a sua principal fonte de mão de obra barata também o fosse. Assim se explica que, com o esforço e o dinheiro de abastados homens do Brasil, fosse organizada, reunida e guarnecida com marinheiros, soldados, peças de artilharia, munições e mantimentos uma armada que pudesse atravessar o Atlântico e chegar a Angola, para que também daqui se expulsassem os holandeses.

Esta frota de 15 navios era comandada pelo Almirante dos Mares do Sul e General das Frotas, Salvador Correia de Sá e Benevides, descendente dos fundadores do Rio de Janeiro, Mem de Sá e Estácio de Sá. Utilizando estratégias invulgares, uma substancial dose de atrevimento e audácia nas decisões, o almirante conseguiu, com uma correlação de forças negativa, impedir a unificação das forças inimigas obrigando à sua rendição por partes, algumas das quais superiores ao total das suas

forças, como, por exemplo, os 1.100 holandeses, aquartelados nas fortalezas quase intactas de S. Miguel e Nossa Senhora da Guia, os quais se renderam aos 600 homens de Correia de Sá.

Mais próximas

Séculos depois, já em meados do século XX, a história seguinte começou no Atlântico Norte, tinha fim previsto em Angola, terminou no Brasil, mas teve enormes e profundas repercussões no futuro dos angolanos. Um opositor ao regime ditatorial português de Oliveira Salazar, oficial do Exército, antigo inspetor das colônias, grande conhecedor de Angola, da qual descreveu as riquezas cinéticas, o Capitão Henrique Galvão, comandou uma força que se apoderou e desviou o paquete português *Santa Maria*, tornando-o em um precursor dos futuros “piratas” que, nas décadas seguintes, desviaram dezenas de navios e aviões por esse mundo fora.

A ideia que então espalhou foi a que Galvão queria vir com o navio, entretanto rebatizado de *Santa Liberdade*, para Angola e daqui iniciar algum outro tipo de luta contra o regime salazarista. A toda-poderosa armada estadunidense impede-o de levar a cabo os seus intentos e o obriga a rumar ao Brasil, mais concretamente ao porto do Recife, onde se entrega e é bem recebido pelos representantes do regime progressista de Jânio Quadros.

Se a história inicial por aí ficou, a angolana iria então começar. A presença de jornalistas estrangeiros em Luanda, para cobrirem o evento, levou os nacionalistas angolanos a apro-

veitar o momento para lançar o processo de luta armada, esgotadas que estavam todas as tentativas pacíficas de se afirmarem. O assalto às cadeias de Luanda, em 4 de fevereiro de 1961, iniciou a luta armada de libertação de Angola que terminou 14 anos depois, com a Independência, em 11 de novembro de 1975.

E é neste mesmo dia que surge o próximo episódio da ligação Angola-Brasil – a primeira história com os dois países independentes, com a vontade e os interesses de ambos. À 0h do dia 11 de novembro de 1975, com o troar dos canhões da batalha em Quifangondo⁴ como pano de fundo, o Dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA,⁵ proclamava “perante a África e o mundo” a independência de Angola.

Mas logo de imediato receberia a primeira manifestação de reconhecimento internacional. Esse reconhecimento vinha do outro lado do Atlântico, dado pelo governo do General Ernesto Geisel, considerado como uma decisão fundamental “para conferir legitimidade à ação diplomática brasileira, principalmente para eliminar percepções internacionais de que o Brasil representaria interesses americanos”.

Para Angola essa decisão constituía uma base importante de legitimidade para o reconhecimento por parte de outros países da comunidade internacional. Este foi o primeiro passo, outros no entanto se seguiriam...⁶

Atuais

Qual o estado da atual cooperação entre os dois países? Muitos projetos vêm sendo

⁴ Localidade a poucos quilômetros de Luanda, foi palco de violentos combates entre as forças militares do MPLA e forças do exército zairense e de mercenários europeus, que tinham por missão chegar a Luanda.

⁵ MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, um dos três movimentos de libertação de Angola, que proclamou unilateralmente a independência, já que se encontrava em conflito aberto com os outros dois.

⁶ “As perspectivas de cooperação Sul-Sul no relacionamento Brasil-China”, de Henrique Altemani de Oliveira, Nueva Sociedad 2003.

implementados nos mais diversos domínios, quer pela cooperação bilateral, quer na área institucional. Eis alguns dos exemplos:

- *Na Agricultura* – acordos nas áreas da extensão rural e na investigação agronômica e veterinária;

- *No Ambiente e Urbanismo* – nas áreas da legislação e educação ambiental, caracterização de recursos naturais e áreas protegidas;

- *Na Educação, Ciência e Tecnologia e Formação Profissional* – um importante programa com o nome de “Escola para Todos”, cooperação científica e de tecnologias, programas de pós-graduação, colheita de dados via satélite, cooperação na formação profissional;

- *Na Justiça* – acordos sobre assistência judiciária mútua e sobre extradição.

No que se refere ao investimento privado e público-privado, pode-se mencionar o primeiro e mais importante projeto – a barragem hidrelétrica de Capanda, onde várias empresas brasileiras, em cooperação com empresas angolanas, desenvolveram a maior e mais importante obra de engenharia realizada em Angola depois de independência nacional. Atualmente, as duas turbinas em funcionamento produzem cada 130 megawatts, em um total de 260 megawatts. Em julho de 2007, prevê-se o fim da instalação de mais dois grupos geradores, que vão fixar a capacidade da hidrelétrica em 520 megawatts. Capanda permite também a regularização do caudal do médio Kwanza (maior rio que nasce e desagua em Angola), evitando a inundação das terras a jusante de Cambambe, e a albufeira vai garantir o surgimento do polo agroindustrial de Capanda. Serão 410 mil hectares, sendo 327 mil para agroindústria, 24 mil para irrigação, 70 mil para o turismo e 13 mil para zona urbana. Por outro lado, este projeto viabiliza a construção de sete barragens a jusante e permite também a interligação com os

sistemas Centro e Sul do país, o que vai facilitar a distribuição do potencial energético pelo país.

Existem outros projetos de natureza idêntica, uns mais avançados do que outros, principalmente nas áreas de:

- *Construção e Urbanismo* – construção de condomínios, *shoppings* e desenvolvimento da área de Luanda Sul;

- *Águas e Saneamento* – programa de reabilitação da rede sanitária de Luanda; melhoria do abastecimento de água para a população de Luanda e Benguela;

- *Irrigação* – projetos de canais de irrigação;

- *Mineração* – projetos de pesquisa, prospecção e exploração de diamantes e metais básicos;

- *Petróleo* – programas de pesquisa e exploração *offshore*.

A título meramente exemplificativo e sem querer tecer juízos de valores nem particularizar em excesso, a Petrobras, desde 1979, trabalha em Angola, onde já participou em vários projetos de prospecção e exploração de petróleo, principalmente nas águas rasas na Bacia do Baixo Congo, no Bloco 2, e associada na exploração em águas profundas, no Bloco 34. Na década de 1980, colaborou em um programa de treino para quadros angolanos da indústria petrolífera, denominado Proquadros. Também são conhecidas as suas ações humanitárias, no apoio social e na formação profissional.

O futuro

Se este foi o passado e o presente, como vai ser ou como deverá ser o futuro? Se nos tempos difíceis era assim, como deverá ser nos próximos e provavelmente mais estimulantes tempos? Não sejamos demasiado otimistas. Porém, após o nosso passado recente, também não podemos ser pessimistas. Temos de acreditar no futuro e na nossa capacidade de defini-lo e,

principalmente, de apontar metas. Em um mundo globalizado, como é o de hoje, muitas das soluções estão definidas, poucas estão implementadas. Muitos dos organismos e das instituições que as poderão levar avante já existem, mas ainda não funcionam como deveriam. O desejo e a vontade existem, mas o conhecimento, a experiência e a prática de o levar a cabo estão longe de estar rodadas.

Devemos ser ambiciosos, mas temos de ser pragmáticos, conhecer a realidade, planificar com cuidado, definir etapas, dar passos cuidadosos mas seguros, controlar e corrigir a seu tempo os erros. A agenda deve ser nossa, mas tem de ser rigorosa e ao mesmo tempo flexível para poder suportar atrasos que inevitavelmente irão surgir, não devendo em caso algum queimar etapas ou deixar correções para depois. O tempo é importante mas o fazer bem é ainda mais importante.

Ao procurarmos material para a última parte deste artigo, deparamo-nos com um documento recente, mais precisamente de 30 de novembro de 2006, produzido pela 1ª Cimeira África – América do Sul e intitulado A Declaração de Abuja.⁷ Nesse documento está espelhada grande parte das ideias que achamos que devem ser objeto da cooperação entre Brasil e Angola. Iremos citar alguns passos do preâmbulo desse documento:

“A cooperação entre as duas regiões deve assentar no engajamento com: o multilateralismo, o respeito da lei internacional, a democracia, a observância dos Direitos Humanos e da Lei Humanitária, o desarmamento, a prevenção e o combate ao terrorismo, o combate ao tráfico ilícito de armas ligeiras e munições,

a luta contra o tráfico humano e de drogas; a não proliferação de armas nucleares e outras de destruição massiva; a procura do desenvolvimento sustentável, acompanhado pela justiça social, a erradicação da fome e da pobreza e a proteção do meio ambiente.”⁸

Assim, uma possível linha de atuação passa necessariamente pelo reforço e pela consolidação da cooperação institucional e estratégica Sul-Sul, enquadrada por sua vez no ambiente institucional da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e com uma dimensão bilateral, que pudesse acomodar os interesses e as necessidades específicas do Brasil e de Angola. É nesse quadro que talvez alguns dos problemas mais prementes – tais como a erradicação da pobreza, a educação e a saúde – poderiam ser abordados pelas autoridades competentes.

Uma outra linha de análise passa pela reflexão em torno das causas que podem trazer riscos à segurança dos Estados e, naturalmente, das populações, como é o caso do terrorismo, do tráfico de armas, e da proliferação de armas de destruição massiva. As iniciativas para o seu combate são fundamentais para se conseguir a Paz, como, por exemplo, era proposto pela Resolução 41/11 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, de 27 de outubro de 1986, na qual se declarava o Atlântico Sul como uma Zona de Paz e Cooperação (ZPCAS). Importante também é a cooperação multilateral ou bilateral, por intermédio dos organismos especializados das Nações Unidas, do Mercosul e do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, e mesmo da CPLP.

“A Cooperação Sul-Sul constitui um importante objetivo para ambas as regiões, especial-

⁷ Brasil e Angola, para além de outros países, foram patrocinadores iniciais desta Resolução.

⁸ Preâmbulo da *Abuja Declaration, First Africa-South America Summit*, Abuja 2006, documento em inglês. A tradução é nossa. Ver em www.asasummit.abuja2006.org

mente no partilhar e transmitir as boas práticas nas áreas (...) da ciência e da tecnologia, da cultura, da educação e da juventude das respectivas regiões e daí a necessidade de ações conjuntas nessas áreas.”⁹

Entre outros aspectos que vaticinamos poder desenvolver-se em benefício comum de Angola e Brasil estão a educação, ciência e tecnologia. O intercâmbio entre universidades, institutos de investigação, professores e alunos, a concessão de bolsas de estudo, as facilidades para a realização de pós-graduações nos mais diversos domínios, mas principalmente voltados para as ciências, as engenharias, as ciências agrárias, a medicina, as novas tecnologias de informação e comunicações (TIC) constituem uma mais-valia que o Brasil pode, eventualmente, colocar ao dispor de Angola. Considerando a língua portuguesa como um importante veículo de aproximação e cultura, pensamos inclusive na criação de polos universitários brasileiros em solo angolano, no fornecimento de manuais escolares, livros didáticos e científicos, bem como cursos em suporte técnico para a utilização em ensino a distância e por correspondência. A língua comum permite também a criação ou o enriquecimento dos mercados livres dos dois países.

No domínio da saúde, seria possível, eventualmente, explorar formas de luta contra a malária, a tuberculose e a Aids, bem como a fabricação de medicamentos genéricos, que permitem, de forma muito mais econômica, combater algumas das referidas pandemias. Essas são outras tarefas que poderiam ser desenvolvidas no âmbito bilateral.

O controle e a proteção da pesca poderiam merecer um cuidado especial, por exemplo no âmbito da cooperação no domínio da

utilização de satélites de vigilância, a troca de informação, na preparação e equipamento dos instrumentos fiscalizadores das áreas costeiras e das ZEE (Zona Econômica Exclusiva), incluindo a utilização de marinhas de guerra e ou guardas costeiras, bem como a utilização para esse fim de meios navais e aéreos. Outras atividades, ligadas ao pescado e que poderão, eventualmente, ser objeto de cooperação são a aquicultura e a criação de jacarés.

Outra área de cooperação poderia vir a ser a agricultura e a agropecuária, bem como as indústrias afins, já que são áreas geradoras de muitos empregos, garantem a segurança nutricional e alimentícia das populações e, mediante a formação, contribuem para a melhoria do nível de vida das populações rurais, fixando-as e evitando a sua fuga para as áreas urbanas, já de si sobrecarregadas com população excedentária. Também seria importante a troca de experiências no referente à reforma agrária, fugindo aos excessos e aos erros do passado.

Apesar de ser uma área onde já existe alguma cooperação e intercâmbio, o setor da energia eventualmente poderia vir a merecer um reforço da cooperação, acompanhando assim a tendência do mercado internacional, principalmente no domínio das energias renováveis: a hidrelétrica, a solar, a eólica, a geotérmica e na utilização dos efeitos das marés e das ondas.

No domínio das indústrias, vemos como possível a cooperação ligada à montagem de viaturas, ligeiras e pesadas, com a incorporação de componentes de origem angolana, o que permitirá um aumento do parque industrial; as indústrias de armamento e de equipamentos militares, com vista ao mercado africano; e, por último, a indústria de manutenção de aviões, de origem brasileira, o que

⁹ Preâmbulo da *Abuja Declaration*, já citada anteriormente.

pode facilitar a sua venda em países da África Central e Austral.

A cooperação no domínio das infraestruturas de transportes – portos, aeroportos, estradas de ferro e estradas – é importante e com vantagens mútuas para os dois países, pois permite a entrada ao interior do Continente africano, sabendo-se que Angola dispõe de importantes portos – Luanda, Lobito, Namibe – e todos eles, dentro em breve, com ligações aos países vizinhos por via ferroviária, para além da rodoviária.

“A importância da cooperação Sul-Sul em um mundo interdependente, que requer a expansão do conhecimento de cada um, o encorajamento da troca de informação e experiências, e trabalhando coletivamente em matérias de interesse mútuo.”¹⁰

É com o trabalho coletivo em matérias de interesse mútuo que pensamos terminar esta breve reflexão. Começamos pela Cooperação Sul-Sul. A posição comum dos países do Sul e a constituição de frentes de negociação poderiam vir a constituir umas das grandes prioridades para que o Mundo desenvolva e ponha em funcionamento um modelo de trocas, dentro do sistema da Organização Mundial do Comércio, que seja favorável a todos e não somente aos países mais desenvolvidos.

“Um comércio multilateral, justo, regulado, transparente e não discriminatório é essencial para permitir que os países em desenvolvimento se beneficiem da globalização.”¹¹

Uma frente comum dos países em desenvolvimento, ou pelo menos de alguns deles, para negociar em Doha é fundamental. Importante também uma posição comum para discutir e conseguir a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no qual os países do Sul devem ter mais vozes. Um mundo melhor para os mais desfavorecidos também passa pela conquista desse desiderato.

Conclusão

Brasil – Angola: uma relação antiga, profunda, atual e com um futuro que constitui um desafio promissor, vai pôr à prova a nossa capacidade de deixarmos para as gerações futuras um mundo melhor, mais pacífico, mais justo, mais feliz e mais rico do que aquele que encontramos. Desafio difícil mas que vale a pena correr em benefício de ambos os países, particularmente no quadro de um polo de desenvolvimento sustentado como parceiros da CPLP. Os nossos descendentes vão agradecer, e os nossos antepassados comuns irão ficar orgulhosos.

¹⁰ Preâmbulo da Abuja Declaration.

¹¹ Abuja Declaration, ponto 22.

O Atlântico Sul e a Amazônia Azul*

Roberto Carvalho de Medeiros**

Uma passagem pelo tempo: Filosofia e Força (F²)

A História tem oferecido uma série de lições para todos que acompanham, com a atenção devida, os fatos ocorridos e em andamento ao redor do mundo. Na Antiguidade, o homem observava o mar e o considerava uma barreira intransponível que impedia as relações com outros povos. O mar era, de fato, *uno e indivisível!*

Com o passar do tempo,¹ as necessidades humanas tais, como as de alimentação, comerciais, sociais e científicas, promoveram uma série de elementos que, encontrando terreno fértil (sociedades interessadas, ambientes geográficos favoráveis, apoio institucional adequado, entre outros), contribui para as grandes navegações, marco histórico do processo de *globalização* que hoje em dia já faz parte do nosso dia a dia!

No início da década de 1990, foi promovido um estudo sobre a acumulação de capital² das nações líderes ao longo da História mais recente, liderança esta destacada em períodos de tempo cada vez mais curtos (ARRIGHI, 1996).

Mais recentemente, no trabalho *A estratégia nacional do Brasil*, Darc Costa apresenta uma curiosa síntese histórica sobre as passagens de bastões do poder entre as nações. Vale a pena conhecê-la, mesmo em forma de extrato:

*Pérsia era o centro, Grécia era a periferia.
Pérsia era culta, Grécia era bárbara. Veio o tempo;
Grécia era o centro, Roma era a periferia.
Grécia era culta, Roma era bárbara. Veio o tempo;
Roma era o centro, o Império Bizantino era a periferia.
Roma era culta, o Império Bizantino era bárbaro. Veio o tempo;
O Império Bizantino era o centro, os árabes estavam na periferia.
O Império Bizantino era culto, os árabes eram bárbaros. Veio o tempo;
Os árabes eram o centro, a Península Ibérica era a periferia.
Os árabes eram cultos, a Península Ibérica era bárbara. Veio o tempo;
A Península Ibérica era o centro, a Inglaterra era a periferia.
A Península Ibérica era culta, a Inglaterra era bárbara. Veio o tempo;*

* Palestra realizada no XII Encontro Nacional de Estudantes de Relações Internacionais – XII ENERI, maio/2007, Centro de Convenções de Pernambuco (Olinda – PE).

** CMG (Ref) da Marinha do Brasil e professor universitário (Faculdade Integrada do Recife – FIR).

¹ Sentido histórico, determinado período considerado em relação aos acontecimentos nele ocorridos.

² Séculos longos e ciclos sistêmicos de acumulação de capital.

A Inglaterra era o centro, a América era a periferia.

A Inglaterra era culta, a América era bárbara. Veio o tempo.

A América é o centro. A América é culta. O tempo virá. (COSTA, apud REBELO; FERNANDO, 2003)

Crise no mar e a diplomacia

Com o expansionismo das trocas comerciais, muitas das vezes por meio da força e da imposição de filosofias e costumes estrangeiros, a questão da soberania no mar foi conduzida à pauta das principais discussões internacionais. Partindo de conceitos empíricos, normalmente de fulcro político-militar, era defendida a tese de que a parcela do mar a ser considerada como uma parte do território projetado na água seria aquela limitada pela distância do tiro de um “canhão padrão” daquela época, devidamente instalado na costa...!

Naturalmente as contradições e controvérsias ocorreram de forma crescente, levando alguns casos a decisões diplomáticas por meio de soluções pacíficas das controvérsias, com destaque para as arbitragens.³ Houve fracassos da atuação diplomática, conduzindo as partes em litígio a “conflitos armados”, expressão acadêmica hoje empregada nos estudos estratégicos para o antigo conceito conhecido como *guerra*, em face da sua amplitude e abrangência.

A diplomacia parlamentar nos organismos internacionais: a “Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul” (ZPCAS) e a “Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar” (CNUDM)

Por fim, já no mundo moderno,⁴ com a principal vocação diplomática resultante da diplomacia dos congressos⁵ a partir do final do século XIX, particularmente antes da grande guerra, a diplomacia parlamentar empreendeu uma série de iniciativas proativas dentro dos principais organismos inter-governamentais.⁶

Em ambos os casos, os resultados decorrentes permitiram uma nova interpretação dos espaços marítimos, concorrendo para uma delimitação mais precisa e com o reconhecimento internacional cada vez mais ampliado.

No escopo marítimo, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu uma convenção específica para tratar das questões diplomáticas, políticas e jurídicas dos espaços marítimos, ali incluindo as águas superficiais, a massa líquida abaixo da superfície, o solo e subsolo marinho. Configurava-se um novo mapa nas relações internacionais que não só interessava os Estados costeiros e arquipelágicos, mas também os demais Estados interiores não tão privilegiados dentro da perspectiva da posição geoestratégica.

Foi por meio da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM),⁷

³ Mecanismo de solução pacífica de controvérsias, quando uma terceira parte fornece uma solução para o conflito que as partes devem aceitar por meio de um mecanismo *had hoc*. (HERZ, 2004)

⁴ Período histórico e artístico entre o final do século XIX até meados do século XX.

⁵ Mecanismo diplomático aplicado no Concerto Europeu durante o período histórico depois dos Congressos de Viena até a eclosão da grande guerra. (SOARES, 2001)

⁶ A Conferência de Viena sobre o Direito dos Tratados define, de forma sucinta, as organizações internacionais: “Entende-se por Organização Internacional uma organização intergovernamental (art. 2º).” (SEITENFUS, 2005)

⁷ Para maiores detalhes, ver: <www.dhn.mar.mil.br>

realizado na Jamaica, em 1982, que aquela máxima dos antigos historiadores foi finalmente considerada na proporção do incremento das relações internacionais, dando a entender que o mar, como um todo, já não mais poderia ser único e sólido, “dentro de um novo espírito de compreensão e cooperação mútuas” (RANGEL, 2005).

Agora, somente o alto-mar passava a ser *uno e indivisível*, haja vista existir, de fato e de direito internacional, uma nova concepção jurídica dos espaços marítimos sob jurisdição dos Estados costeiros a ele adjacentes. É consolidado o conceito de soberania no mar, desta feita não mais impedindo as relações entre os povos, mas sim unindo as nações por meio de suas águas e hidrovias!

Esta introdução serve para nos ambientarmos nesse enorme espaço geográfico pouco conhecido e explorado por nós, brasileiros. E quando se fala “brasileiros”, a intenção é de incluir as duas parcelas componentes do Estado-nação as quais, por si só, envolvem as relações sociais e políticas, quais sejam, o Governo e a população como um todo.

Tratando da concepção decorrente do Tratado de Westphalia (1648), quando falamos em extrapolar suas fronteiras para projetar poder ou negociar interesses, é possível ser aprimorada a ideia tradicional de um Estado-nação por meio da inclusão de um elemento, a meu ver, essencial para indicar um mínimo de identidade e de confiança mútuas, ou seja, o “propósito comum”.

Analisando sob o foco estratégico, o Atlântico Sul possui uma série de características e qualidades que devem ser bem conhecidas com vistas à sua preservação. Uma delas

é a questão da desmilitarização externa e da negação de emprego e de transporte de artefato e material nuclear, ambas decorrentes do tratado que criou a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS).⁸

Espaços marítimos: uma visão estratégica nas relações internacionais

Seu posicionamento geoestratégico destaca-se por possuir um corredor obrigatório para alcançar o Índico e/ou o Pacífico da costa leste dos EUA e/ou da Europa ocidental, no caso de embarcações impedidas de navegar pelos canais do Panamá e de Suez. Também serve como linha marítima mais segura para chegar ao continente antártico, no qual nosso País possui interesses estratégicos e de pesquisa, desenvolvendo uma série de experimentos por meio de pesquisadores com apoio de militares brasileiros que habitam, de forma permanente, durante um ano em sistema de rodízio, a Base Antártica Comandante Ferraz.⁹

O Atlântico Sul é permeado por ilhas, a maioria pertencente a países que empreenderam navegações marítimas ao longo dos séculos XIV a XVI, consolidando suas posições por meio de colônias ou possessões. Percebe-se a presença estrangeira liderada pelo Reino Unido em toda sua extensão, servindo de meio para alcançar seus propósitos, muito deles ainda velados à comunidade internacional.

Por esse oceano trafega uma quantidade enorme de navios, transportando riquezas e para uma série de nações que dele são intimamente dependentes, tais como grãos, petróleo, gás e equipamentos diversos. Com os

⁸ Para maiores detalhes, ver: <www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/grupos/zona_paz/zona.asp>

⁹ Para maiores detalhes, ver: <www.mar.mil.br>

novos limites de áreas marítimas e regiões adjacentes, decorrentes do Direito Marítimo, é possível compreender melhor os espaços marítimos de responsabilidade e de interesse do nosso País.

Vontade e capacidade de emprego de poder

O Brasil é a mais importante nação costeira sul-americana. Esta assertiva é baseada em estudos estratégicos dos quais, entre diversos parâmetros de análise, destaca-se a vontade e a capacidade de empregar seu poder. Existem duas formas distintas de análise, uma denominada *hard power* e a outra conhecida como *soft power*, ambas diretamente subordinadas ao conceito de Soberania,¹⁰ concepção esta em pauta nos debates acadêmicos em diversos centros de estudos estratégicos mundiais.

O *hard power*, em síntese, é a capacidade do Estado em demonstrar sua vontade pelo conjunto de fatores geoestratégicos. Entre estes, destacam-se sua extensão geográfica, a posição estratégica do seu território e das suas fronteiras, o tamanho e a distribuição da população, o volume e diversidade conhecida das suas riquezas naturais (água, biodiversidade, minério, hidrocarbonetos etc.), seu parque industrial e, por fim, sua capacidade de defesa (estrutura militar).

Já o *soft power* reúne um mecanismo mais voltado para o convencimento e conhecimento

com vistas a demonstrar sua vontade, tanto por meio de sua capacidade científica e tecnológica quanto pela sua cultura e ideologia.

A partir do correto entendimento desses conceitos de medida da vontade de uma nação, fica mais claro o motivo de nosso País destacar-se, de fato, das demais nações regionais sul-americanas, especialmente aquelas voltadas sobre o Atlântico Sul. Sabe-se da existência de outros Estados empreendendo ações de destaque no cenário regional (e até mesmo internacional), mas que, na realidade, não são detentores desses mesmos parâmetros em um só conjunto ou harmonicamente integrados.

Águas jurisdicionais brasileiras

O Brasil possui aproximadamente 8.300km de continente permeado pelo mar.¹¹ Nele, nosso País detém mais de 10 mil km de fronteira molhada¹² projetada sobre o Oceano Atlântico.

Esse espaço geográfico e marítimo brasileiro, projetado sobre e sob o mar, possui as seguintes divisões e características:

- Mar Territorial (MT) – espaço marítimo onde o Estado costeiro detém plena soberania sobre sua superfície, da massa líquida sob a superfície, do solo e subsolo marinhos. Compreende uma faixa de 12 milhas marítimas¹³ a partir de uma linha de referência na costa, denominada de “Linha de Base” ou “Linha de Costa”.

- Zona Econômica Exclusiva (ZEE) – espaço marítimo onde o mesmo Estado costeiro

¹⁰ De forma simplificada, o conceito implica o exercício exclusivo do Estado no âmbito doméstico, sobre seu território e sua população, além da plena participação deste Estado na comunidade internacional. (SILVA, 2005)

¹¹ Extensão total aproximada da costa litorânea brasileira.

¹² Esta expressão é entendida como os espaços geográficos, predominantemente de massa líquida, que abrigam interesses estratégicos de um Estado, expressos ou velados. (BARBOSA *apud* PETERS, 2005). No caso do Brasil, é a linha imaginária limite das águas jurisdicionais brasileiras com o alto-mar.

¹³ Uma milha marítima (1 MN) corresponde a 1.852m.

detêm o direito de exploração¹⁴ e exploração¹⁵ dos recursos vivos e não vivos ali existentes. Compreende uma faixa de 188 milhas marítimas a partir do limite do seu mar territorial.

- Zona Contígua (ZC) – espaço marítimo onde o Estado costeiro detém o direito de inspeção e de fiscalização principalmente para fins sanitários e aduaneiros. Compreende uma faixa projetada sobre o início da ZEE, com largura de 12 milhas marítimas, também a partir do limite do seu MT.

- Águas Jurisdicionais brasileiras (AJB) – espaço marítimo sob o qual o Brasil detém jurisdição exclusiva dentro do Direito Internacional, com uma faixa de 200 milhas marítimas de largura que inclui seu MT e sua ZEE.

- Plataforma Continental (PC) – espaço geográfico no fundo do mar, que compreende o solo e subsolo marinho, projetado exatamente abaixo das águas jurisdicionais. Contudo, este espaço geográfico pode ser estendido além das águas jurisdicionais, até uma distância de 350 milhas marítimas a partir da Linha de Base, caso seja provado cientificamente que o prolongamento do fundo marinho, adjacente à sua plataforma continental, possua as mesmas características geológicas da PC original, ou seja, que o solo e subsolo marinho adjacente à PC sejam idênticos geologicamente.

“Amazônia Azul”: conceito e desafios

Com esses conceitos bem sedimentados, é possível dimensionar a grande extensão geo-

gráfica que o Brasil possui sob sua responsabilidade, tanto para gestão doméstica dos recursos ali existentes como para defender seus interesses perante as outras nações e organismos internacionais.

Para efeito de estudo estratégico, o conjunto de espaços marítimos e geográficos ao longo da costa brasileira é denominado de “Amazônia Azul”. O desafio em prol da análise, concepção, divulgação e defesa dos interesses brasileiros no mar crescem a cada ano, certamente superiores àquele em curso hoje em dia na região amazônica brasileira.

Para efeito de comparação de dimensão, o território continental brasileiro possui precisamente 8.547.403,5km² de área;¹⁶ a região amazônica detém 58% desse espaço geográfico.¹⁷ A Amazônia Azul, somando as águas jurisdicionais e a plataforma continental, inclusive sua parcela projetada para além dessas águas em determinadas regiões da costa brasileira, até a distância legal de 350 milhas marítimas, totaliza o valor aproximado de 4,4 milhões de km². Em outras palavras, significa mais do que a metade de todo o território continental do País projetado sob o Oceano Atlântico.¹⁸

Vale assinalar que a Comissão de Limites da ONU ratificou a proposição brasileira em relação a este acréscimo territorial sob o mar, decorrente de um longo trabalho científico promovido por universidades em parceria com a Marinha, denominado de Levantamento da Plataforma Continental brasileira (LEPLAC), um triunfo do País negado a outros Estados que também reclamam por este tipo de

¹⁴ Estudo ou pesquisa relativamente intensiva de região, com seu aproveitamento para a produção de alguma forma de riqueza.

¹⁵ Extrair proveito econômico de área, especialmente quanto aos recursos naturais.

¹⁶ Dados obtidos na página do governo federal: <www.mre.gov.br>

¹⁷ Para maiores detalhes, acesse: <<http://www.ambientebrasil.com.br>>

¹⁸ Para maiores detalhes, acesse: <www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/nossa_ultima_frenteira.htm>

concessão jurídica perante a ONU, amparada pelo Direito Internacional.¹⁹

Daí decorre uma série de desafios para conhecer, promover, gerir, fiscalizar, garantir e preservar este enorme espaço brasileiro, distante dos núcleos urbanos e rurais do País, somente “ocupado” por um restrito conjunto de núcleos: as ilhas oceânicas (Arquipélago São Pedro e São Paulo, Arquipélago de Fernando de Noronha, Atol das Rocas e Ilha da Trindade); os navios de alto-mar (Marinha Mercante Nacional, Marinha do Brasil e navios de pesca oceânicos); e as ilhas artificiais (plataformas de prospecção de petróleo e gás).

Esses desafios pulverizam-se em um leque de eixos estratégicos, todos com impactos diretos ou indiretos nas relações internacionais.

Destacam-se o campo político-estratégico (soberania e fonte de energia), o campo da ciência e tecnologia (inovação), o campo econômico (linhas marítimas no comércio exterior, fretes e seguros) e o campo ambiental, este último, felizmente, com um aumento crescente nos debates domésticos e junto aos principais atores internacionais na busca mais acelerada de soluções aceitáveis para sua preservação.

As trocas comerciais brasileiras são feitas principalmente pelo mar, ou seja, mais de 95% das nossas importações e exportações são realizadas por navios mercantes, navegando sobre linhas marítimas que passam pelas águas jurisdicionais brasileiras. O acompanhamento, para efeito de controle desse tráfego marítimo, é vital para soberania brasileira. A fiscalização dos navios, nacionais ou estrangeiros, dentro dessas águas, é de responsabilidade exclusiva do Brasil, tanto para efeitos de defesa, da segurança da navegação (ordenação do tráfego, sinalização e

salvamento) e da preservação da vida humana no mar (socorro) quanto por questões aduaneiras, sanitárias e ambientais, além da questão do gigantesco ecossistema marinho brasileiro.

Dentro do alto-mar a navegação é livre, sem uma autoridade internacional com competência legal para fiscalização com vistas, por exemplo, à preservação ambiental, diferentemente da navegação sobre as águas sob jurisdição de um Estado costeiro. Com o intuito de permitir uma navegação mais livre e econômica, em tempos de paz compartilham-se responsabilidades entre os Estados costeiros e os armadores que, por meio dos comandantes de seus navios, conduzem a “passagem inocente” dentro das águas jurisdicionais daqueles Estados costeiros. Isso significa, em síntese, que quaisquer navios podem navegar por aquelas águas desde que cumpram integralmente o disposto na legislação internacional sem comprometer a segurança, o meio ambiente e os interesses do Estado costeiro em questão, não podendo parar nem se dirigir a nenhum porto daquele Estado sem a devida comunicação e prévia autorização em casos de emergência comprovada.

É de competência da Marinha do Brasil o acompanhamento de todos os navios que trafeguem em águas jurisdicionais brasileiras, com o propósito de “contribuir para a segurança do tráfego marítimo de interesse do Brasil e de atender a compromissos internacionais assumidos pelo País, relativos ao Controle Naval do Tráfego Marítimo” (BRASIL, 2007). Fica patente a importância desse acompanhamento em face do número expressivo de navios que passam diariamente, por exemplo, entre a costa nordestina e o arquipélago de Fernando de Noronha, superior a uma centena de embarcações.²⁰

¹⁹ Para maiores detalhes sobre a recente decisão da ONU, acesse: <www.mar.mil.br>

²⁰ Para conhecer mais detalhes, acesse: <www.mar.mil.br/cotram/>.

Questão ambiental marítima: o organismo especializado vinculado à ONU para questões marítimas (IMO)

Entre os aspectos anteriormente citados, destaca-se o respeito à questão ambiental, englobando a preservação do meio ambiente hídrico e sua flora e fauna marinha. Os maiores e mais comuns danos ambientais no mar são decorrentes de dois fatores: incidentes²¹ e acidentes²² de navegação, e atos isolados irresponsáveis por parte de navios mercantes.

Os danos causados por esses dois fatores dependem dos seguintes parâmetros: ambiente climático na região, quantidade e qualidade de detritos que causam impactos negativos ao ambiente marinho que foram lançados ao mar, intervalo de tempo para sua localização e, finalmente, das medidas técnicas efetivas para sua contenção e recuperação.

Em todos os casos, os danos ambientais serão sempre nocivos, com maior ou menor reflexo ao ecossistema como um todo. Várias regras, procedimentos e medidas internacionais já foram implementadas sob supervisão da ONU, por meio do organismo especializado a ele filiado, denominado de Organização Marítima Internacional (IMO),²³ com sede em Londres.

Entre as regras e procedimentos adotados pela IMO, destacam-se:

- novos padrões de construção de navios para a redução de lançamento no mar de combustível e de carga nociva (duplo casco);
- parâmetros de exigências mais rigorosos por parte de entidades especializadas res-

ponsáveis pela certificação dos navios mercantes, denominadas de *Sociedades Classificadoras*;

- fiscalizações mais rígidas pelos Estados costeiros por ocasião das inspeções feitas por vistoriadores representantes das autoridades marítimas²⁴ desses Estados, denominados de Controle do Estado no Porto (*Port State Control*);

- pesquisa e desenvolvimento de materiais e equipamentos de combate à poluição no mar, incluindo os recursos para treinamento permanente de pessoal especializado para este tipo de ação;

- promoção de incremento na capacitação de pessoal e disponibilidade de meios adequados à fiscalização no mar dos navios mercantes.

No Brasil, com exceção da última medida empreendida, de cunho político, todas as demais ações foram praticadas e estão sendo aprimoradas continuamente em prol de uma adequada moldura de relações políticas e de procedimentos técnicos para evitar os fatos mais comuns da navegação que concorrem para a poluição no meio ambiente marinho. Ressalta-se o apoio efetivo da Petrobras na área da pesquisa e desenvolvimento de tecnologias eficazes nas ações proativas e corretivas na defesa ambiental marinha e nas parcerias com outras instituições, particularmente junto à Marinha do Brasil (MB).

Desafio de implantação de uma mentalidade marítima brasileira no Governo Federal e junto à Sociedade

Lamentavelmente, no campo das instituições públicas competentes para a fiscalização

²¹ Fato imprevisível que modifica o desenrolar esperado e normal de uma ação.

²² Fato que envolva dano, perda, lesão, sofrimento ou morte.

²³ Para maiores consultas acesse: <www.ccaimo.mar.mil.br/>

²⁴ Para conhecer com maior detalhamento o conceito de Autoridade Marítima Brasileira, acesse <www.dpc.mar.mil.br>

das embarcações no mar (a MB, a Força Aérea Brasileira, a Polícia Federal e o Ibama), o Estado brasileiro não tem promovido investimentos no setor compatíveis com o crescimento do fluxo de navios e proporcional ao extenso espaço marítimo e geográfico que formam, ao longo da costa brasileira, a imponente e cada vez mais importante Amazônia Azul.

Parte desse desafio financeiro poderia ser resolvida pelo simples cumprimento, por parte do Governo Federal, do orçamento aprovado pelo Legislativo, sem maiores contingenciamentos de moldura política, prejudiciais à condução dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Entre esses compromissos, destaca-se o do Direito Marítimo, decorrente da CNUDM, no qual o nosso País é signatário, juntamente com a grande maioria dos países filiados à ONU. O outro compromisso é relativo ao Serviço de Busca e Socorro Marítimo (SAR), com uma área marítima de inteira e exclusiva responsabilidade do Brasil, cujo extremo atinge a metade do Atlântico Sul, ou seja, em pleno alto-mar!

Uma segunda ferramenta legal, também não cumprida pelo Executivo, é a fonte de recursos originária da Lei dos Royalties do petróleo,²⁵ que autoriza a transferência do respectivo montante financeiro a que fazem jus cada instituição pertinente. Ela vem com o propósito de permitir a renovação de meios e contratação de pessoal voltado para a fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras, com ênfase nas áreas marítimas onde se concentram atividades de pesquisa, industriais e comerciais realizadas nas plataformas de petróleo e de gás, desde o Nordeste até, mais intensamente, na Região Sudeste. Somente os recursos provenientes desta lei permitiriam, por exemplo, que

a Marinha do Brasil e o Ibama trabalhassem com meios proporcionais e adequados às suas tarefas e competências, ambas de forma mais aceitável e com um desempenho bem superior aos empreendidos atualmente.

Uma mentalidade marítima e devidamente consciente da responsabilidade ao meio ambiente, organizada sócio e operacionalmente desde as fases iniciais da infância nos bancos escolares, significará um avanço significativo para se contrapor ao desconhecimento e ao desrespeito às coisas do mar. Também contribuirá para a redução da ausência ou incapacidade plena das instituições públicas responsáveis pela fiscalização e pelo controle das estratégias decorrentes de uma política marítima competente e integrada entre seus segmentos, além das ações a favor do meio ambiente marinho.

Considerações finais: compromisso, conhecimento e competência!

É na Educação que se localiza a chave mais poderosa e imbatível para os principais óbices ao desenvolvimento brasileiro, desde uma cultura política consistente até sua visão crítica em bases factuais, sem perder o *farol* do idealismo maior de “cooperação” entre as nações, aliada ao compromisso, ao conhecimento e à competência do prazer de inovar e de fazer bem as suas atividades. Sempre!

Para finalizar, segue a transcrição de um pensamento feito pelo professor Jared Diamond, da cadeira de Geografia da Universidade da Califórnia, Prêmio Pulitzer pela obra *Armas, germes e aço*, para a reflexão de todos:

“(…) Há importantes diferenças entre o mundo antigo e o moderno. (...) Não estamos sendo assolados por problemas insolúveis.

²⁵ Para conhecer a Lei nº 7.990/89, acesse: <www.anp.gov.br/conheca/lei_7990_89.asp>

Outra escolha iluminada pelo passado envolve a coragem de tomar decisões dolorosas em relação a valores. (...) Temos a oportunidade de aprender com os erros de gente distante de nós no espaço e no tempo (...). O planejamento de longo prazo corajoso e bem-sucedido também caracteriza alguns governos e líderes políticos. (...) O futuro está em nossas mãos.

Concluo provocando que essa oportunidade de aprender deve ser empreendida hoje e agora, sem desperdiçamos mais tempo para sairmos da *periferia* rumo ao *centro* das principais decisões globais, de forma mais justa e sustentável para uma vida digna e merecida há muito tempo para todos nós, brasileiros natos ou por opção! ●

Referências

- PETERS, Theodoro Paulo Severino et al. *Água: Fonte de vida*. Orgs: Arminda Saconi Messias, Marcos Roberto Nunes Costa. Recife: UNICAP, 2005.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BRASIL. Marinha do Brasil. *Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo*. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/cotram/>>
- DIAMOND, Jared. *Colapso*. São Paulo: Editora Record, 2005.
- HERZ, Mônica. *Organizações Internacionais: história e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- RANGEL, Vicente M. *Direito e relações internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- REBELO, Aldo; FERNANDO, Luis. *Política de defesa para o século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados – CREDN, 2003.
- SEITENFUS, Ricardo A. S. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2005.
- SILVA, GUILHERME A. *Dicionário de relações internacionais*. Barueri: Manole, 2005.
- SOARES, Guido F. S. *Órgãos dos estados nas relações internacionais: formas da diplomacia e as imunidades*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.



Editorial 2009

Coleção General Benício

NÃO SOMOS RACISTAS

Ali Kamel – coedição/Nova Fronteira

Obra atual, a despeito de seu caráter bastante polêmico. É pautada em consistente documentação e coerente argumentação. Distingue-se pelo grande valor para o reequacionamento dessa questão seriíssima que não pode ser analisada de forma maniqueísta, emocional ou manipuladora.

A crise do Estado*

Oliveiros S. Ferreira**

Apesar do que nos dizem os governantes e do que nos repetem os meios de comunicação, a situação nacional é de crise.

Não me refiro à crise econômico-financeira; preocupa-me uma outra, a crise institucional, cuja gravidade pode ser medida pela expressão “crise do Estado”, que se tornou lugar-comum na análise de quantos se preocupam, de um jeito ou de outro, com o País – sem que se dêem, no entanto, ao trabalho de procurar suas raízes, saber onde estas estão fincadas ou atentar para sua gravidade e a extensão da projeção de sua sombra.

Não se poderá discutir essa crise sem atentar para o fato de que o Estado e a sociedade se organizam e se ordenam segundo princípios constitutivos diferentes e antagônicos. Com isso não quero dizer que sejam inimigos por sua própria natureza, que sempre estejam em conflito, mas, sim, quero dizer que é possível estabelecer, para um e outra, características típicas, próprias desta e daquele, que não decorrem das circunstâncias que os cercam.

Quando tomamos Estado e sociedade como formas de associação humana típicas, devemos atentar para os princípios em torno dos quais se articulam. O princípio que ordena as ações do Estado é o da autodeterminação conjugado à dominação/organização; o da sociedade é o da autonomia conjugado à liberdade, que é reflexo da não subordinação que os

indivíduos e grupos que a compõem buscam na sua prática cotidiana.

Apesar das objeções de alguns juristas cultores da teoria geral do Estado, que se recusam a vê-lo como grupo social real, o Estado pode e deve ser visto como fato sociológico e político a um tempo. Fato sociológico porque se permite ver como um conjunto de funcionários *sui generis* que afirmam tomar suas decisões em nome da sociedade; fato político porque é uma unidade coletiva de decisão e ação com legalidade própria que pode impor sua vontade a quantos vivem no território que considera seu e no qual é soberano. Dessa perspectiva, o Estado é sujeito de ação.

A sociedade, pelo contrário, dividida em grupos que nem sempre perseguem os mesmos interesses, só é sujeito de ação quando um grupo “X”, que chamaremos de organizador (partido ou organização de qualquer tipo, inclusive o Estado), conseguiu ordená-la em torno de valores particulares que definem uma visão do mundo que é própria desse grupo “X” – aquele que pôde, por sua ação, transformar seus valores em coletivos, isto é, conseguiu que eles fossem aceitos como seus pela maioria dos indivíduos que integram a sociedade. Essa aceitação é produto seja do que se pode chamar de uma ação de propaganda e organização junto aos indivíduos e grupos, seja de uma ação no plano estatal, dando a esses valores, todos ou muitos

* Transcrito do portal www.oliveiros.com.br, em 18/01/2009.

** O autor é jornalista e historiador. Conferencista do Centro de Estudos Estratégicos do Estado-Maior do Exército.

deles, força de Lei, Lei que é cogente para toda a sociedade.

O Estado deve corresponder à Nação e ao mesmo tempo articula a sociedade em uma proposição de destino – e o Governo é para tanto seu instrumento. Decorre daí que a sociedade nacional só poderá plasmar o Estado quando ela for capaz de reverter o processo pelo qual se dá, em uma ação em que as razões de Governo superam as do Estado, a usurpação do Soberano pelo Governo.

Será importante, na análise do processo político que pretendemos fazer, reter aquilo que Rousseau caracterizou como a usurpação do Soberano pelo Governo. No Capítulo X do Livro III do *Contrato Social*, Rousseau escrevia:

“Assim como a vontade particular age sem cessar contra a vontade geral, assim o governo faz um esforço contínuo contra a soberania. Mais esse esforço aumenta, mais a constituição se altera, e como não há outra vontade de corpo que resista à do príncipe – nome que se dá ao conjunto do corpo do governo – e a equilíbrio, cedo ou tarde, o príncipe oprimirá o soberano (...). Este é o vício inerente e inevitável que, desde o nascimento do corpo político, tende sem descanso a destruí-lo, da mesma forma que a velhice e a morte destroem o corpo do homem”.

Colocado assim o problema, conclui-se que a discussão deverá começar pela relação que há ou deve haver entre Estado e Governo – e pela questão da representação.

A discussão do que se pode chamar de relação entre Estado e Governo só poderá ser feita se, com anterioridade, examinarmos como os indivíduos que compõem os grupos, cuja interação define a sociedade, vêem o Estado e como imaginam sua relação com ele.

A ligação primeira dos indivíduos, tenhamos isso presente, não é com o Estado, mas

com o Território. O Território, antes de tudo, define a pertença do indivíduo a um todo maior, a um grupo em que as relações interpessoais são regidas por valores que definem, a um tempo, as formas de participação na construção das coisas em comum e aquelas outras em que se traduz a hierarquia e a dominação imperantes nesse grupo. Em suma, nos primeiros momentos da análise, será preciso saber se o espírito (*Geist*) que inspira, justifica e fortalece essa consciência de ser membro de uma associação é estatal ou regional – se a consciência do Território coincide com os limites que o Estado estabeleceu para sua dominação, ou se é restrita ao espaço que o grupo ocupa. O homem do povo, o “simples”, tem o Estado como alguma coisa de abstrato, inconsistente, pois não é capaz de visualizá-lo e de tocá-lo, ao contrário do que faz com a terra, que tem como sua, porque nela é possível pisar, é possível senti-la e até transformá-la para sua sobrevivência.

O Estado só é real para aqueles que sabem ou podem traduzir em palavras o espírito nacional, ou seja, o significado profundo dos símbolos coletivos capazes de expressá-lo. Esses símbolos também e principalmente são dados pelos “simples”, embora eles mesmos não os percebam, mas assim se dá exatamente porque, para eles, o Território é dado de fato concreto, pois é nele que vivemos e é nele que morremos, e por ele também matamos, convém não esquecer, para fazê-lo *nosso*.

O Estado é uma abstração para o Povo, que dele só conhece sua representação, o Governo. A idéia de que o Território é estatal, definido juridicamente pelo Estado, não se impõe imediatamente como dado ao povo. E o processo pelo qual, no imaginário popular, surge, define-se e confirma-se a idéia de razão estatal é mais complexo do que desejariam os

que fazem dele sua bandeira de combate contra o estrangeiro. A relação entre Território e Estado, da perspectiva da vivência cotidiana do povo, é complexa e depende, antes de tudo, de que os indivíduos – sobretudo os grupos que os indivíduos formam – sejam capazes de superar o isolamento a que possam estar sujeitos pelas servidões da infraestrutura, isto é, que sejam capazes de vencer os obstáculos que as vias de comunicação deficientes ou a ausência delas lhes colocam – obstáculos reais que as vias virtuais criadas pela tecnologia moderna não vencem e, por vezes, agravam – para que as distâncias que isolam os núcleos populacionais sejam superadas.

É na superação dessas servidões que o *espírito local* pode se transformar em *regional* e, só então, ascender a *nacional*. A menos, deixemos claro desde já, que haja um grupo social – um grupo que seja, então, sim, organizador, ou *hegemônico*, como pretendem alguns – que tenha como parte de sua visão do mundo a ideia do Estado recobrando o Território historicamente fixado e pretenda consolidar, em toda a sociedade que habita e trabalha, o Território estatal a ideia de Estado.

Se admitirmos, para argumentar, que, em suas relações sociais, os indivíduos se guiam pela ideia que fazem do espaço que se estende até onde vão suas atividades econômicas, suas perspectivas afetivas e as expectativas de futuro individual ou grupal, veremos que em um país da dimensão do Brasil, continental e com as deficiências de infraestruturas que são notórias, não devemos, *a priori*, partir do pressuposto de que, a formar o espírito do povo, esteja presente a ideia do Território estatal. A história nos dá suficientes lições de que houve momentos em que, levantando-se contra o Estado, fosse qual fosse o Governo, o Território que as revoluções pretendiam abranger era sempre

menor do que aquele que Estado delimitara juridicamente – 1817, 1824, 1835 e 1842. E, como querem alguns, 1932.

Sendo a realidade essa e não outra, é o Governo que está presente na consciência coletiva dos diferentes grupos que ocupam o Território estatal – que, convém insistir, não é apreendido imediatamente como tal, mas como espaço local ou regional. Na realidade, os simples relacionam-se com o Governo, que conhecem pela ação dos funcionários que lhes prestam os serviços que, no imaginário popular, devem ser *dados* (esta a palavra) para que os que mandam possam contar com a solidariedade e o apoio dos dominados. Para o homem do povo não existe a ideia de Estado, apenas a de Governo, materializada na presença (por vezes, na ameaça) dos funcionários. Por isso, quando o Governo não cumpre suas funções, é ele e não o Estado que entra em descrédito – embora esse não cumprimento indique ao observador atento que o Estado dá sinais de entrar em crise como unidade coletiva de ação que tem funções próprias a desempenhar.

Quando isso se dá, e o Governo deixa de ser o mandatário do Estado, estamos diante de fato dos mais graves. Como agora. Defrontamo-nos – essa é a realidade e, poderíamos dizer, a verdade – com a ausência de um grupo com uma visão ampla e coerente de quais são as funções do Estado e de que maneira ele se insere no conjunto dos Estados, conhecido como “sociedade internacional”: se em uma posição de subordinação ou de autonomia decisória. A posição de subordinação pode ser mascarada por diferentes mecanismos ideológicos, isto é, pelas diversas formas que os componentes do grupo ocupante do Governo encontram e utilizam para explicar para eles próprios e para os cidadãos que a subordinação é apenas aparente, pois o que existe é

o esforço para conviver pacificamente com os demais Estados e sendo por eles respeitado, ainda que abdicando de algumas das funções próprias de um Estado.

Quando isto se dá, já não existe um grupo organizador capaz de conquistar o Estado, transformando-se naquele grupo de funcionários *sui generis* que é capaz de mudar a Ordem Jurídica para que ela se conforme aos valores implícitos em sua visão do mundo.

Quando isso se dá, o Governo usurpou o Soberano.

O fenômeno tem consequências nem sempre suspeitadas. Não tendo sido capaz de organizar a sociedade em torno de sua visão do mundo (que a bem dizer, nestas circunstâncias, traduz-se como sendo a melhor forma de utilizar o poder do Estado em seu próprio benefício), o grupo que ocupa o Governo cuidará de manter-se no poder (o que se traduz como a defesa dos seus interesses próprios). Esse tipo de ação, que transforma o Governo em um assunto privado do grupo que o ocupa, não é fato que se possa ter como isolado e temporário: resulta da inexistência de um grupo organizador que tivesse sido capaz de superar as servidões da infraestrutura e vencer, pela organização da sociedade nacional, a ideia de “espaço regional” administrativo; não existindo, não pôde fazer que, pela ação organizatória, fosse possível construir, ao longo do Território estatal, um só grande conjunto que compartilhasse da mesma visão das gentes, das coisas, do Estado e do mundo. A não existência desse grupo leva à sucessão de grupos particulares no comando dos postos da administração estatal e a que tudo continue sempre igual por mais alterações que se façam nas leis ou maior alternância dos indivíduos responsáveis por elas.

A duração desse fenômeno acabará levando a que, pela dificuldade de traduzir-se em uma ideia de unidade e em um espírito nacional, o

Estado feneça, e a que o País – Território, Povo e Instituições – se transforme em uma mera agregação de grupos diversos, mas nunca em uma associação deles todos em função de um projeto de Destino.

Continuo com a análise da crise do Estado brasileiro iniciada no último artigo. Baseio-me, para construí-la, de pilares inusitados, pois são, muitas vezes, esquecidos ou desprezados como pertinentes. E também me baseio em reflexões de Vania Leal Cintra sobre a importância da consciência de Território à percepção, pela sociedade, do Estado como um valor a esta necessário.

No início da formação do Brasil, a presença do Estado é tímida. Sem dúvida, Tomé de Souza trouxe, como Governador-Geral da nova terra, instruções do Estado português que serviam aos interesses imediatos (por vezes mediatos) do Governo de Lisboa. A preocupação de fechar divisas entre as capitanias para evitar o possível descaminho das riquezas atende a esse desejo. Ao atendê-lo, no entanto, a execução das instruções permitiu que, aos poucos, ganhasse corpo a ideia do Espaço Administrativo que começava a formar-se em cada uma dessas capitanias – nas que tiveram êxito econômico, bem entendido. O fato histórico de os deputados brasileiros às Cortes de Lisboa, em 1820, identificarem-se entre si como pernambucanos, fluminenses ou paulistas, sendo vistos como brasileiros apenas pelos portugueses, é a indicação mais firme que se tem de que o espírito que se desenvolvia era regional – como se evidenciará pelo Espaço que a revolução de 1817 e a Confederação do Equador pretenderam tornar independente ou autônomo.

São os autores da Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, que cuidarão de unificar juridicamente o Território. Tarefa difícil, se tivermos em vista a Guerra dos Farrapos.

Difícil, mas ainda assim frutífera, como demonstra o fim desse conflito, quando os rebelados contra a Coroa decidem iniciar parlamentações com o Império, entre outras razões para impedir a presença de Rosas no Território ao Sul.

Para afirmar a correção do que digo nessa tentativa de avaliar a evolução institucional do País, bastará cotejar a Constituição imperial com todas as republicanas, votadas ou outorgadas depois de 1891.

A ideia de Estado – tendo como um de seus elementos constitutivos um Território por ele ocupado no qual vigoram suas Leis – é nítida, para não dizer claramente expressa na Carta de 1824; nas republicanas, teve-se o triunfo da Federação na prática político-institucional e, no campo jurídico, ela pôde ser definida como autonomia das províncias que compuseram, como estados, a República: a nova configuração política pôde chamar-se, assim, República dos Estados Unidos do Brasil, ou, como hoje se denomina o País, República Federativa do Brasil. Mais importante ainda, o decreto nº 1 baixado pelo Governo Provisório estabelecia que as províncias do Império passariam a denominar-se estados e, *em sua soberania*, elaborariam suas constituições.

É possível fazer ainda um outro registro quando temos o Território como *conditio realiter* do Estado. O Território traz consigo a ideia de posse. Se Rousseau pôde escrever no *Discurso sobre a desigualdade* que o primeiro homem que cercou um pedaço de terra e disse: “isto é meu” fundou a sociedade civil, é porque a posse do Território exige, para que seja afirmada e respeitada, que se crie um Direito que a consagre. Podemos dizer que esta é a Lei da Terra. É, portanto, da posse da terra que nasce o Direito. É possível que o direito do mais forte ou o do primeiro ocupante tenha sido contestado

pelos demais homens que com ele conviviam; seja o que for que tenha vindo depois terá sido sempre um Direito (convencionado) que irá legitimar a propriedade do solo.

Isso sucede porque o solo é o primeiro elemento da Natureza com que o homem mantém contato real. E esse contato real lhe permite afirmar, perante os demais, sua condição de ser possessivo. E é a consciência da extensão da posse grupal da terra, do Espaço que o grupo ocupa, que permitirá que o Direito positivo ou costumeiro recepcione como norma o ato individual a que se referia Rousseau, depois transformado em instituição convencionada da sociedade, portanto, produto da vontade grupal.

Não basta, porém, que o Direito costumeiro ou positivo garanta a propriedade do Território; para que os homens possam erigir nele sua casa e nele construir seu futuro é necessário que tenham de fato a ideia de que ocuparam um pedaço de terra e o fizeram seu. Ora, quando deixamos o campo do individual e adentramos o do estatal, essa consciência só aflorará se o Governo e o povo a fizerem sua; e somente poderão fazê-lo pela consciência da posse soberana exercida pelo Estado. Essa consciência do Espaço estatal deve estar expressa na Constituição e marcada na consciência nacional.

As constituições republicanas não a expressam – pelo contrário, o que se encontra nelas é um conflito insanável entre o espaço administrativo dos estados federados e o espaço estatal, nacional. O arcabouço jurídico republicano, todo ele, espelha esse conflito – uma contradição que não se resolve como se fosse possível manter-se uma “dupla consciência”.

Por um lado, temos a afirmação do Estado nacional, entre outros, no campo do Direito Civil e do Direito Penal, como se os cons-

tituintes de 1891 e os que depois reformaram a Carta ou fizeram novas constituições tivessem tido um lampejo de consciência nacional e tivessem visto o risco que corriam os cidadãos se fosse deixado aos dominantes nos estados a tarefa de legislar sobre a vida, a morte, a propriedade e a família.

Por outro lado, ainda que devendo conformar-se com a política distributiva de impostos, os estados reservaram-se competências que permitem que as relações de poder e dominação regional, quando não local, se interponham entre os grupos particulares e o Estado nacional. Essa contradição na consciência dos constituintes levou a que o Governo tivesse, conforme já dito no artigo anterior, maior projeção que o Estado pela necessidade de que ele, Governo, contasse com o apoio dos governadores estaduais ou dos partidos a eles ligados para realizar sua política. A “política dos governadores” de Campos Salles é a prova disso.

O processo de usurpação do Soberano pelo Governo concluiu-se na Constituinte de 1866, retratado na Constituição de 1888. Nela, a ideia de território esfumou-se como um pavio de vela que lentamente se consome. Basta ver, mais uma vez, o que dizia a Constituição de 1824 e o que rezam duas constituições republicanas, uma das quais aquela que nos governa.

Constituição de 1824:

“Artigo 1º – O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros. Eles formam uma nação livre e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união ou federação, que se oponha à sua Independência.”

Constituição de 1891:

“Artigo 1º – A nação brasileira adota como forma de governo, sob o regime representati-

vo, a República Federativa proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se pela união perpétua e indissolúvel das suas antigas províncias, em Estados Unidos do Brasil (...).”

“Artigo 3º – Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14 mil quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.”

Constituição de 1988:

“Artigo 4º – Parágrafo único – A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

Observe-se que, na primeira constituição republicana, o Estado, definido na Carta Imperial como a “associação política de todos os cidadãos brasileiros”, transforma-se em “Nação por união perpétua e indissolúvel das suas antigas províncias”. É como se o Território não pertencesse ao Estado Nacional; prova disto é o artigo 3º, que reserva uma área do Território para a União nela construir a Capital Federal.

Na Constituição de 1988, se não é a Nação que se constitui pela união dos estados, é a República que é formada pela “união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal”, como reza o artigo 1º da referida Carta. A ideia de Estado Nacional erigido sobre um Território e constituído por cidadãos, nítida no Império, fenece com a República e desaparece com a Constituição de 1988, que fixa como “princípio” que rege a República a busca da formação de uma comunidade de nações da América Latina.

O Estado brasileiro corresponde, assim, a uma entidade abstrata, a Nação, que se forma pela união dos espaços administrativos, e apenas por essa união administrativa, sem mais, não pelo conjunto dos homens pensantes,

agentes, senhores de vontade, cidadãos. Deixa de ser um fato – é uma ideia, apenas, uma ideia sem base concreta, real. Uma ficção jurídica constituído por outra ficção jurídica. E assim se comporta.

A completar o quadro, a Constituição de 1988 permite, legítima e consagra a usurpação do Soberano pelo Governo ao permitir a edição de Medidas Provisórias pelo Executivo. Como diria Rousseau, elas passaram a ser um instrumento da vontade dos “magistrados”.

Uma das crises que vivemos hoje – a dos índios, que não se sabe ao certo a que Estado pertencem, sendo membros de diferentes “nações” – exemplifica e marca com ferro em brasa a crise do Estado, isto é, o fato de não haver, na maioria da população, a ideia de que o Território é o alicerce sobre o qual se ergue o Estado. Sem que o Território faça parte do imaginário de cada um de nós, o Estado nada vale: limita-se ao Governo e como tal cede às injunções pessoais ou institucionais internas e externas.

Raciocinemos:

A Constituição de 1824 não dedica Título, Capítulo ou Seção aos índios. Eles são considerados, pelo artigo 6º, cidadãos brasileiros.

“Artigo 6º – São cidadãos brasileiros:

I – Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.”

A Constituição de 1891, a primeira republicana, desconhece os índios: não são cidadãos.

“Artigo 69 – São cidadãos brasileiros:

1º – Os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação.”

Os demais incisos nada dizem sobre os índios ou os “cidadãos ingênuos” da Carta de 1824.

Mas não nos interessa, para os fins deste artigo, saber quando a Constituição brasileira

decidiu cuidar dos índios, depois de 1889, ano em que se proclamou a República. Interessamos ver como, em 1988, os constituintes eleitos em 1986 resolveram a questão, complicando-a a tal ponto que, hoje, ela nos parece insolúvel e destinada a fazer que o território não seja mais o fundamento do Estado, sua condição de realidade.

A Constituição de 1988, ao contrário do que dizia o Deputado Ulysses Guimarães, não é a “constituição cidadã”. Ela é, sim, a constituição da contradição em termos e, até certo ponto, é “anticidadã”, na medida em que a um tempo garante a liberdade de associar-se e obriga quem não se associou a contribuir para o sustento da associação à qual não se filiou. Veja-se, por exemplo, o que dispõem os artigos 5º nos incisos XVII e XX, e o artigo 8º, incisos I e II.

“Artigo 5º

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XX – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.”

“Artigo 8º – É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

“I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente...” (portanto, foi o Governo, que, depois de 1988, negou vários registros)

“II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial (...) não podendo ser inferior à área de um município.”

A contradição maior entre o artigo 5º e o 8º evidencia-se no inciso IV do artigo 8º. Ninguém é obrigado a associar-se. Mas todos são obrigados a pagar a contribuição fixada pelo sindicato da categoria para custear um

sistema confederativo criado pela Constituição, além da contribuição fixada anteriormente em lei:

"Artigo 8º

Inciso IV – a assembleia-geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição fixada em lei" (ou seja, o Imposto Sindical, correspondente a um dia do salário de cada trabalhador por ano. As "categorias econômicas", isto é, os empresários, não estão contemplados neste inciso).

Este é um dos exemplos possíveis de como a Constituição é contraditória em um campo da vida social da maior importância, pois é na relação de trabalho e na associação dela decorrente que se moldam muitas das representações coletivas.

No tocante aos índios, que é o que agora nos interessa de perto, o caso é mais grave.

Como na Constituição de 1891, a de 1988 não considera os índios cidadãos brasileiros:

"Artigo 12 – São brasileiros

"I – natos

"a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país (...)"

A Constituição de 1988 cuidará, no entanto, curiosamente, dos índios no Título VIII, "Da ordem social" (I), Capítulo VIII, artigos 231 e 232:

"Artigo 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

"§ 1º – São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas ati-

vidades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

"§ 2º – As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes".

Que os índios não são considerados cidadãos brasileiros pode deduzir-se facilmente também do artigo 22 da Constituição de 1988:

"Artigo 22 – Compete privativamente à União legislar sobre:

XIII – nacionalidade, cidadania e naturalizações;

XIV – populações indígenas" (...).

É possível que se argumente que, por serem nascidos no Brasil, os índios são cidadãos. Nesse caso, estabelece-se claramente uma discriminação entre os não índios e os índios, em uma clara violação do artigo 3º da Constituição:

"Artigo 3º – Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV – promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminações".

Isso por um lado. Por outro, ao estabelecer que os índios têm a "posse permanente" das terras que "tradicionalmente ocupam", cria-se um novo tipo de Direito: o do primeiro ocupante. Os cidadãos brasileiros comuns podem ter a posse de um pedaço de terra (o usucapião) desde que a ocupem de boa-fé por determinado tempo e paguem os impostos devidos. Os índios, como está dito na Carta de 1988, têm a posse permanente porque na terra se fixaram "tradicionalmente" – sem que haja um critério objetivo para dizer até onde

se pode recuar no tempo para fixar a “tradição”. Esse tempo de recuo será fixado, assim, pela burocracia governamental, no caso a Funai, que não tem levado em conta, nas suas decisões, se os índios estão aculturados ou não.

Aliás, o progresso da Antropologia tem conduzido a que as antigas e tradicionais noções de aculturação e do “homem marginal” tenham desaparecido dos livros e comunicações científicas. Por não termos um critério objetivo para determinar até onde recua a “tradição”, temos de fixar-nos no Direito do Primeiro Ocupante, pois os índios têm “direitos originários” decorrentes dessa ocupação. Com o que voltamos a Rousseau no *Discurso sobre a desigualdade* e a fundação da sociedade civil: os índios têm direito à terra por serem seu primeiro (ou segundo) ocupante!

O Direito do Primeiro Ocupante lhes é reconhecido, mas não aos demais brasileiros – desde que consideremos, como não faz a Carta, que os índios são cidadãos, ainda que diferenciados não por serem “ingênuos” conforme dizia a Constituição de 1824, mas porque o constituinte assim o determinou sem maiores considerações sobre o Território. Mas são essas considerações que não dizem respeito ao que nos interessa.

O importante é voltar ao Território, e voltar a ele como o fundamento, a condição própria de realidade do Estado.

Ao estabelecer que índios teriam a posse permanente das terras que tradicionalmente ocupam, a Constituição de 1988 tolhe a ação do Estado – melhor seria dizer que retira essas terras do âmbito de ação do Governo como representação do Estado. Com isso reduz os bens do Estado. De fato, o Governo não pode, sob pena de violar a Constituição, utilizar-se dessas terras para qualquer medida que envolva esse uso no interesse econômico do Estado.

Em outras palavras, na prática a Constituição fragmentou o Território e, assim, contribui para que a ideia de Estado feneça.

Mais uma razão para que se volte a Rousseau e à sua tese de que os “magistrados” – o Governo – tendem a usurpar o Soberano, vale dizer o Estado. O grave é que, assim, desnatura-se a Nação, que não tem quem a represente, e permite que, acompanhando as sucessivas demarcações de reservas, seja possível pensar que o Governo age em virtude de influências contra o Estado nacional, as quais a Constituição de 1824 repelia com vigor.

Há outro aspecto, não secundário, que se liga ao problema das terras indígenas. É o da relação entre o Direito e o Território. Não custa repetir o que foi dito no segundo artigo desta série:

“É da posse da terra que nasce o Direito. E é a consciência grupal da extensão dela, do Espaço que o grupo ocupa, que permitirá que o Direito positivo ou costumeiro recepcione como norma o ato individual a que se referia Rousseau, depois transformado em instituição convencional da sociedade, portanto produto da vontade grupal.”

Essa não é a tese (ou a teoria?) sustentada pela Constituição. Tanto assim que, ao estabelecer quais são as funções do Supremo Tribunal Federal, não prescreve, entre elas, a garantia de que o Território seja o fundamento do Estado.

Antes de entrarmos na consideração do que reza a Constituição no tocante ao Supremo Tribunal Federal, é necessário fazer um registro sobre como as Constituições Republicanas consideram o Estado. Em todos os textos, evidencia-se o pensamento de Montesquieu, bem ou mal interpretado, sobre a separação dos Poderes.

A Constituição de 1891 afirmava no seu artigo 15: “São órgãos da soberania nacional

o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si”. Note-se que os “órgãos da soberania nacional” são os Poderes – não o Estado.

A Constituição de 1824, insisto, cuidava do Estado mais do que as republicanas. No seu artigo 9º, prescrevia: “A divisão e harmonia dos Poderes Políticos é o princípio conservador dos direitos dos cidadãos, e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias que a Constituição oferece.” O cuidado da redação e seu alcance superam, evidentemente, a Constituição de 1891 e as que se lhe seguiram. Note-se, ainda, que não existe, na Carta Imperial, referência à “independência dos Poderes Políticos”. Mais ainda, para assegurar sua harmonia, depois de estabelecer no artigo 10º que “os Poderes Políticos reconhecidos pela Constituição do Império do Brasil são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo e o Poder Judicial”, a Constituição estabelecia no Artigo 12 que “todos esses Poderes no Império do Brasil são delegados da Nação”, e deixava claro no Artigo 98 que “o Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegada privativamente ao Imperador como Chefe Supremo da Nação, e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos”. Os Poderes Políticos, no Império, eram “harmônicos”, e sua harmonia seria garantida pela intervenção do Poder Moderador.

Nas Constituições republicanas, não se cuida de nomear os Poderes como Poderes Políticos, nem de estabelecer como se efetivará a harmonia entre eles. Com o que, não havendo quem vele por essa harmonia, eles poderão entrar em conflito, como ocorre agora a propósito de quase tudo, e a ideia de Estado correr, constitucionalmente, o risco

de fenecer na disputa em que os Poderes reclamam sua independência um frente ao outro. Com o que a Soberania assumida pelo Estado desaparece.

Os Poderes do Estado brasileiro são tão independentes que cada um elabora seu projeto de orçamento, esquecidos presidente, ministros do Supremo Tribunal Federal e membros do Congresso de que o Orçamento é a tradução de uma política de Governo, nada mais. Com o que, também, pela elaboração do Orçamento, vê-se o quanto é difícil que haja Governo, isto é, Administração.

Voltemos ao que nos interessa.

A Constituição de 1988 estabelece, em seu Artigo 182, as competências do Supremo Tribunal Federal. Resumidamente (de A a F) são julgar: ações diretas de constitucionalidade, o Presidente da República, os membros do Congresso Nacional, seus próprios ministros e o procurador-geral da República nos crimes comuns; os ministros de Estado nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade; casos especiais de pedidos de *habeas corpus*; o litígio entre Estados estrangeiros e organizações internacionais e União, estados e municípios; as causas e conflitos entre a União, estados e municípios e outras ações que são enumeradas de G a Q, além do estabelecido no inciso II.

Pela “constituição cidadã”, a da “contradição em termos”, é constitucionalmente impossível ao Supremo Tribunal Federal decidir sobre se a Lei atenta contra o princípio de que o Território do Estado é inviolável e se a Constituição, a Lei ou ato normativo do Poder Executivo restringe a ação do Estado em um dado território, que é seu! Se a Constituição estabelece que os índios terão a posse permanente das terras que tradicionalmente ocupam e que caberá à União demarcá-las e

zelar para que ninguém perturbe os índios em suas terras, que poderia dizer o Supremo no caso da Reserva Raposa Serra do Sol? Julgou a constitucionalidade da medida, não a restrição que a Constituição estabelece ao Estado.

O Ministro Direito – nesse particular acompanhado por outros – estabeleceu condições para que a reserva possa existir legalmente. Entre elas, que as Forças Armadas poderão adentrar o território indígena. Essa providência deverá garantir que as fronteiras sejam defendidas quando e se necessário. E o ministro da Defesa pretende instalar “pelotões de vigilância” nas fronteiras. Mas, pela informação que se tem, esses pelotões não poderão dar origem a vilas – seus integrantes estarão sendo permanentemente substituídos. Nada, pois, depende do Supremo, mas da reação dos índios e da chamada Comunidade Internacional (nela incluídas ONU e Unesco), que invocará a declaração sobre os direitos dos povos indígenas aprovada pela Assembleia-Geral da ONU com o voto do Brasil.

Há outro problema que se coloca quando se apaga, intencionalmente, a relação entre Território e Estado. Pela Constituição de 1988, são bens da União “os potenciais de energia elétrica, os recursos minerais, inclusive os

de subsolo, as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios” (Artigo 20, incisos VIII a XI).

Se são “bens da União”, sua exploração dependerá de autorização ou concessão. Se o interesse do Estado reclamar que se explorem os recursos naturais do solo – já que a Constituição estabelece que “inclusive os do subsolo” pertencem à União –, como conciliar o interesse do Estado com o artigo 231, § 2º: “As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”?

Esses são alguns dos problemas objetivos que decorrem da separação entre Estado e seu Território. Tal separação está na raiz da crise do Estado que vivemos e, persistindo, irá agravá-la. Os cidadãos brasileiros estão hoje à mercê dos governos, que agem como monarcas absolutos e irresponsáveis – e assim permanecerão, enquanto não se construir um Estado realmente brasileiro, por obra de um grupo interessado em sustentar o vínculo entre esse Estado e seu Território, em suma, interessado em recuperar o Soberano, e ao Soberano os seus direitos. ☉



Israel e a guerra assimétrica*

Heitor De Paola**

*Se os árabes se desarmarem, acaba a guerra;
se Israel se desarmar, acaba Israel.*

Benjamin Netanyahu

Uma das maiores catástrofes da chamada 'modernidade' foi a desconstrução filosófica, psicológica, política e moral da humanidade, ocorrida na última metade do século passado. Das principais contribuições psicológicas desconstrucionistas é o que chamo aqui *inversão e introjeção da culpa*. A *inversão da culpa* faz parte do conceito mais amplo de *inversão revolucionária*. A *introjeção* é a admissão delirante da vítima de ser a culpada pelos ataques que sofre. Ela é especialmente necessária para o sucesso da *guerra assimétrica*, da qual ambas constituem os fundamentos psicológicos.

Pode-se definir guerra assimétrica como aquela em que um dos lados atribui a si, consciente ou inconscientemente, a totalidade dos valores éticos na qual suas ações são embasadas. Pode ser a "ética de construir um mundo novo", de "eliminar as desigualdades" ou de "reconquistar territórios que lhe pertencem" ou qualquer outra coisa. Isso lhes permite lutar em plena potência, sem respeitar nenhuma lei, a não ser a da força justificada pela própria "ética" que a move. Enquanto isso, por meio de guerra psicológica, força-se o inimigo a aceitar

essa situação na qual ele se vê obrigado a respeitar suas próprias leis e as convenções internacionais que regulam os conflitos. Principalmente convencendo-o de que não pode usar os mesmos meios dos possuidores exclusivos da "ética". Caso o entrechoque avance para o interior do território inimigo – como no terrorismo –, usa-se a liberdade e a abertura da sociedade livre e legal forçando-a a restringir seus métodos de defesa legais enquanto movem-se livremente, sem respeitar nada, e trabalham pela sua destruição partindo de seu interior. Ou, em última instância, se o inimigo se desespera e rompe com seus princípios, posam como vítimas de crueldade. Isto é, invertem o sentido dos direitos constitucionais do inimigo para usá-los a seu favor, deixando o inimigo indefeso: as armas da legalidade jamais funcionarão, e, se forem rompidas, serão acusados. Em qualquer caso saem ganhando!

Existem dois fatores fundamentais para que a estratégia assimétrica funcione. O primeiro é fazer com que o inimigo, ou parte dele, introjete a culpa conscientemente e, a cada novo ataque, pergunte a si mesmo: onde errei?

* Transcrito do Jornal *Visão Judaica* de 02/10/2008.

** O autor é médico, psicanalista, escritor, comentarista político e historiador.

E intensifique as propostas de paz por meio de concessões e pagamentos. O segundo fator é a universalização da culpa, isto é, convencer o resto do mundo de adotar o ponto de vista do atacante e buscar mecanismos internacionais corrompidos para avalizar e legitimar o agressor – que, tendo sua condição de vítima assim reconhecida, justifica e intensifica os ataques – e condenar o agredido que fica cada vez mais acuado pela tripla oposição: do inimigo, da comunidade internacional e de sua própria quinta-coluna.

É claro que estou falando do que vem ocorrendo no Estado de Israel. Parte do povo judeu aceitou essa condição e alimenta a assimetria com que a guerra vem sendo travada e se intensificando. É o caso, entre outros, do movimento Paz Agora e a esquerda judaica que se vê servindo a dois senhores: à sua condição de judeus e à sua ideologia em defesa dos “povos oprimidos”. E o inimigo sabe explorar com maestria sua falsa condição de oprimidos e defensores de “seu” território frente à “agressão” israelense, a qual, sempre que é efetiva, é considerada escandalosamente “desproporcional”. Até as autoridades israelenses se vêem

obrigadas pela pressão externa, somada à interna, a interminavelmente assinar acordo depois de acordo, sabendo de antemão – como todo mundo sabe, aliás – que não há nenhuma intenção de cumpri-los por parte dos palestinos enquanto Israel fica obrigado, pelas suas próprias leis e tradições, a respeitá-los. Finalmente, não é à toa que foram os judeus a receber as Tábuas da Lei, base de toda a estrutura jurídica ocidental.

Para alimentar a divisão interna em Israel, o inimigo age em bloco, mas finge estar também dividido entre “radicais” e “moderados” e estende a mão sabendo que a quinta-coluna está ávida para conversar e acabar com a guerra. Chega ao ponto de terroristas contumazes fingirem aceitar a existência de Israel – quando, em seus discursos em árabe nas mesquitas dizem ‘invasor sionista’ –, pois assim conseguem apoio da comunidade internacional e condenação da corrupta ONU, na qual imperam ditaduras esquerdistas e totalitarismo teológicos islâmicos.

Parece-me que as autoridades israelenses entendem esta situação com clareza, mas ficam de mãos amarradas pela oposição interna, a pior de todas. ☹

A água (que ninguém vê) na guerra

Ana Echevengua*

Para além das manchetes do conflito do Oriente Médio, há uma batalha pelo controle dos limitados recursos hídricos na região. Embora a disputa entre Israel e seus vizinhos se concentre no modelo terra por paz, “há uma realidade histórica de guerras pela água” – tensões sobre as fontes do Rio Jordão, localizadas nas Colinas de Golã, precederam a Guerra dos Seis Dias.

Raymond Dwek – *The Guardian*, 24 de novembro de 2002¹

A nossa sobrevivência na Terra está ameaçada. Sem alimento, o ser humano resiste até 40 dias; sem água, morre em 3 dias. Somos água! Mas, enquanto a população se multiplica e a poluição recrudescer, as fontes de água desaparecem.

Na guerra do momento – Israel em Gaza –, por que a mídia não fala sobre a água, um dos itens mais importantes dos conflitos no Oriente Médio?

O Oriente Médio... uma região onde água vale mais do que petróleo... E sempre nos passam a ideia de que lá as guerras ocorrem pela conquista das reservas de petróleo.

E a conquista das reservas de água? Em 1997, o então vice-diretor geral da Unesco, Adnan Badran, no seminário *Águas transfronteiriças: fonte de paz e guerra* (que centrou os debates nas águas do Mar Aral, do Rio Jordão, do Nilo...) afirmou que “a água substituirá o petróleo como principal fonte de conflitos no

mundo”. Embora Israel tenha sérios problemas com recursos hídricos, detém o controle dos suprimentos de água, tanto seus como da Palestina.

Além de restringir o uso da água, luta pela expansão do seu território para obter mais acesso e controle deste recurso natural. Ali, Israel é “dono” das:

- águas superficiais: bacia do Rio Jordão (incluindo o alto Jordão e seus tributários), o Mar da Galiléia, o Rio Yarmuk e o baixo Jordão;

- águas subterrâneas: dois grandes sistemas de aquíferos: o aquífero da Montanha (totalmente sob o solo da Cisjordânia, com uma pequena porção sob o Estado de Israel), aquífero de Basín e o aquífero Costeiro que se estende por quase toda faixa litorânea israelense até Gaza.

Tais águas são “transfronteiriças”, recursos naturais compartilhados. Segundo recente

* Ana Echevengua é uma atuante advogada ambientalista. Não mede esforços para colaborar na construção de um mundo melhor para esta e para as futuras gerações. Para isso, procura sempre informar, de forma segura, sobre os direitos e deveres de cada um. <http://www.ecoeacao.com.br>

¹ <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/internacional/2002/11/23/jorint20021123004.html>

inventário da Unesco, 96% das reservas de água doce mundiais estão em aquíferos subterrâneos, compartilhados por pelo menos dois países. Há regras internacionais para o uso dessas águas, e algumas delas obrigam Israel a fornecer água potável aos palestinos.

Mas Israel não compartilha a água, afinal, tais regras internacionais não preveem mecanismos de coação ou coerção, é letra morta. O Tribunal Internacional de Justiça condenou, até hoje, apenas um caso relacionado com águas internacionais.

A estratégia de Israel é outra. Em 1990, o jornal *Jerusalem Post* publicou que *“é difícil conceber qualquer solução política consistente com a sobrevivência de Israel que não envolva o completo e contínuo controle israelense da água e do sistema de esgotos, e da infraestrutura associada, incluindo a distribuição, a rede de estradas, essencial para sua operação, manutenção e acessibilidade”*.

Palavras do ministro da Agricultura israelense sobre a necessidade de Israel controlar o uso dos recursos hídricos da Cisjordânia por meio da ocupação daquele território.

O Acordo de Paz de Oslo de 1993, por exemplo, estipulou que os palestinos deveriam ter mais controle e acesso à água da região.

Nessa época, segundo o professor da Hebrew University, Haim Gvirtzman, dos 600 milhões de metros cúbicos de água retirados anualmente de fontes na Judeia e Samaria, os israelenses utilizavam quase 500 milhões, satisfazendo cerca de um terço de suas necessidades hídricas. Para ele, isso gerou um “direito adquirido sobre a água”. Questionado sobre o acesso palestino à água, o professor respondeu que *“Israel deve somente se preocupar com um padrão mínimo de vida palestino, nada mais, o que significa suprimento de água para eles*

só para as necessidades urbanas. Isso chega a cerca de 50/100 milhões de metros cúbicos por ano. Israel é capaz de suportar essa perda. Portanto, não deveríamos permitir que os palestinos desenvolvessem qualquer atividade agrícola, porque tal desenvolvimento virá em prejuízo de Israel. Certamente, nunca permitiremos aos palestinos suprir as necessidades hídricas da Faixa de Gaza por meio do aquífero montanhoso. Se purificar a água do mar é uma solução realista, então deixemos que o façam para as necessidades dos residentes da Faixa de Gaza”.²

E na guerra pela água vale tudo: os israelenses bombardeiam tanques de água, grandes ou pequenos (muitas vezes construídos nos telhados das casas), confiscam as bombas d'água, destroem poços, proíbem que explorem novos poços e novas fontes de água (a Cisjordânia, em 2003, contava com cerca de 250 fontes ilegais e a Faixa de Gaza, com mais de 2 mil). Israel irriga 50% das terras cultivadas, mas a agricultura na Palestina exige prévia autorização.

Então, o furto de água das adutoras de Israel é comum naquela região. A regra do jogo é esta: enquanto o palestino não tem acesso à água para beber, o israelense acostumou-se ao seu uso irrestrito.

Sendo assim, é possível imaginar outra forma de divisão ou de uso compartilhado desses recursos hídricos para os próximos anos? É possível imaginar a sobrevivência de qualquer Estado, e, nesse caso, da Palestina, sem o controle efetivo do acesso e da distribuição dos recursos hídricos que necessita?

A posse da água é questão antiga. Britânicos e franceses no Oriente Médio definiram as fronteiras (em especial da Palestina) ambicionando as águas da bacia do Rio Jordão. Desde

² Do livro de Noam Chomsky, *Novas e Velhas Ordens Mundiais*, São Paulo, Ed. Scritta, 1996.

1948, Israel prioriza projetos, inclusive bélicos, para garantir o controle de água na região. Dentre os quais:

- a construção do Aqueduto Nacional (*National Water Carrier*);

- em 1967, anexou os territórios palestinos de Gaza e Cisjordânia e tomou da Síria as Colinas de Golã, ricos em fontes de água, para controlar os afluentes do Rio Jordão. Sobre esta guerra, Ariel Sharon afirmou que a ideia surgiu em 1964, quando Israel decidiu controlar o suprimento de água;

- em 2002, a construção do “muro de segurança” viabilizou o controle israelense da quase totalidade do aquífero de Basin, um dos três maiores da Cisjordânia, que fornece 362 milhões de metros cúbicos de água por ano. Segundo Noam Chomsky, *“o muro já abarcou algumas das terras mais férteis do lado oriental. E, o que é crucial, estende o controle de Israel sobre recursos hídricos críticos, dos quais Israel e seus assentados podem apropriar-se como bem entenderem...”*³. Antes do muro, ele já fornecia metade da água para os assentamentos israelenses. Com a destruição de 996km de tubulação de água, agora falta água para

beber para a população palestina do entorno do muro;

- antes de devolver (simbolicamente) a Faixa de Gaza, Israel destruiu os recursos hídricos da região. E, até hoje, não há infraestrutura hídrica nas regiões palestinas.

Quantos falam a respeito disso?

Em 2003, na 3ª Conferência Mundial sobre Água, em Kyoto, Mikhail Gorbachev bateu na tecla dos conflitos mundiais pela água: contabilizou, na época, 21 conflitos armados que objetivam apropriação de mais fontes de água; destes, 18 ocorreram em Israel.

Gestão conjunta, consumo igualitário de água, ética e consenso na água – palavras bonitas no papel, nas mesas de negociação e na mídia. Na prática, é utopia.

O que a ONU e os donos do planeta estão esperando para exigir que Israel cumpra as regras internacionais sobre águas mesmo que estas contidas em convenções, acordos, declarações (e outras tolices)?

Quem terá coragem de criar regras claras e objetivas para punir a violação dos direitos dos povos e nações à sua soberania sobre seus recursos e riquezas naturais? ☹

³ http://www.galizacig.com/actualidade/200403/portoalegre2003_muro_humilhacao_e_roubo.htm

A crise silenciosa*

Sandra Cavalcanti**

Havia 35 anos, o professor americano Stuart Udall lançava um livro exatamente com este título: *A crise silenciosa*. Tive o privilégio de recebê-lo, de presente, trazido por Carlos Lacerda que, após vitorioso esforço, retornava de Washington com o financiamento necessário para executar o gigantesco e histórico projeto do Sistema Guandu. No ano passado, um júri de especialistas mundiais em engenharia elegeu esse projeto como o mais importante entre todos os executados no século passado! Passou tudo em misterioso silêncio.

O livro que Carlos Lacerda já lera era realmente fascinante! É pioneiro! Naqueles dias, aqui, em nosso País, eram poucos os que revelavam preocupações com o meio ambiente. A palavra *ecologia* ainda estava ausente de quase todos os vocabulários. Quando muito, havia quem desse notícia das lutas conservacionistas que, iniciadas nos EUA, no século XVIII, ainda estavam em plena batalha. No livro, Stuart Udall fazia uma narrativa emocionante da luta conservacionista nos EUA desde os primórdios de 1800, mas alertava para os males maiores que ainda estavam à espreita no mundo. O prefácio vinha assinado pelo Presidente Kennedy.

Em sua curta administração, terminada de forma tão trágica, deixou ele, para os americanos, a mais bem articulada e factível legislação sobre o uso da água, a defesa dos mananciais, a recuperação dos que já estavam

sendo deteriorados, a distribuição correta e a qualidade da água a ser fornecida. Era essa a sua visão de ambientalista.

Não por acaso, no prefácio ele formulava a seguinte pergunta: "Pode-se considerar bem-sucedida uma sociedade que cria condições prejudiciais aos seus espíritos mais esclarecidos e converte em deserto as suas mais belas paisagens?" E concluía sustentando a tese de que nós, "em termos políticos, devemos ampliar o conceito de conservação, para atender aos problemas imperiosos dos novos tempos".

Entusiasmado com o livro e achando que já era hora de começar a acordar a sociedade para a importância do meio ambiente e sua defesa, Carlos Lacerda convenceu o amigo David Nasser a fazer a tradução. O resultado foi um primoroso trabalho, ao qual ele acrescentou dados e informações sobre a situação do problema ambiental em nosso país.

Passados todos esses anos, a dramática indagação feita por Udall ainda continua viva: "De que serve a abundância material, se criamos um ambiente em que os atributos mais altos e específicos do ser humano não podem ser exercidos? Cada geração tem um encontro marcado com a Terra, pois, apesar de nossos títulos hereditários e reivindicações de posse, somos todos arrendatários transitórios deste planeta." Em vários países, respostas consistentes foram dadas. Várias nações obtiveram expressivas vitórias. Conseguiram

* Transcrito de <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080611/not_imp187358,0.php>.

** A autora é professora e jornalista. Foi deputada federal constituinte e secretária de Serviços Sociais no governo Carlos Lacerda.

refazer e conservar as matas. Estão revitalizando rios e lagos.

E aqui, no Brasil, como estamos? Já estamos em 2008!* Entre o governo de Carlos Lacerda e os dias de hoje, mais de meio século! Ele subiu de burrico até o topo da Pedra Branca. Tomou providências enérgicas para que a devastação da Mata Atlântica não continuasse.

Ao deslocar os moradores favelados do Morro do Pasmado, reflorestou toda a colina e impediu um projeto federal de erguer ali um hotel da rede Hilton. Transformou o Aterro do Flamengo, destinado a ser uma grande negociata imobiliária, no maior parque urbano do mundo, maior que o Central Park ou o de Palermo. E mais: impediu que o Parque Lage fosse ocupado por muitos edifícios e um cemitério, ganhando com isso a implacável oposição de todo o grupo do jornal *O Globo*. Devolveu aos cariocas as areias da Praia de Botafogo. Usou um processo inovador para formar a Praia de Ramos. Deslocou mais de oito favelas para condomínios de casas populares, a fim de despoluir a Baía de Guanabara. Implantou um interceptor oceânico para receber as redes de esgotos e galerias pluviais da orla marítima. E, de forma fantástica, proporcionou ao povo do Rio a condição civilizada de ter fornecimento normal de água, após meio século de sofrimentos.

Carlos Lacerda foi o maior ambientalista de seu tempo. Ele amava a natureza e tinha diante dela a atitude de um verdadeiro ecologista. A reportagem que fez nos anos 1950, sobre a tragédia do Rio São Francisco, aí está, como um brado de alerta. Era um caprichoso cultivador de rosas. Gostava de pássaros e animais. Encontrou meios modernos para ajudar

os pescadores das várias cooperativas de nossa Guanabara. E até mesmo quando ficamos encarregados de acolher centenas de garotos de rua que vagavam por aí, destinou-lhes, como escola e lar, a Fazenda Modelo, em Guaratiba. Em matéria de defesa da natureza, conservação do meio ambiente, recuperação de áreas contaminadas, redes de água, galerias pluviais e esgotos, ninguém o superou.

Quando vejo todo esse alvoroço por conta do meio ambiente e leio as *asneiras* que as autoridades de plantão e os pseudoeccologistas, orientados pelas ONGs e pelo Greenpeace, dizem sobre a Amazônia; quando identifico *programas populistas e eleitoreiros* por trás de supostas obras; quando vejo os *centros urbanos capturados pelos poderes clandestinos*, totalmente favelizados; quando percebo que o *objetivo de governar foi substituído pelo "show business"*; quando tudo isso acontece, tenho certeza de que dias difíceis estão por vir!

O pior é que não temos em quem confiar. *Já não se fazem figuras públicas de verdade. Fazem-se figuras populares*. Estamos em plena era do pão e circo.

Não vivemos tão-somente a devastação da Mata Atlântica ou da Floresta Amazônica. A *devastação devastadora, em nossos dias, é a de ordem moral*. São os sonhos, os ideais que estão por aí reduzidos a cinzas. Eles não oxigenam mais a nossa vida.

Essa é a crise silenciosa, a chuva ácida da desesperança que desce dos céus, provocada por esse crematório de valores em que estamos sendo, também, consumidos. *Que falta faz uma figura de estadista!* Por isso, lembrei-me de Carlos Lacerda. ☺

*N.R. Este artigo foi escrito em 11 de junho de 2008.

Oriente Médio: um verdadeiro imbróglio geopolítico*

*Manuel Cambeses Júnior***

Inegavelmente, o Oriente Médio constitui na atualidade a região mais instável e complicada do planeta. O longo e desgastante conflito entre Israel e Palestina e a intensificação do radicalismo do Hamas complicam sensivelmente o processo de negociações entre os dois Estados. O assassinato do ex-Primeiro-Ministro Hariri, no Líbano, e a possível conexão desse fato com a Síria, ademais da atitude beligerante do Hezbollah, são ingredientes apimentados nesse fervente caldeirão.

De maneira análoga, a expressiva atuação dos talibãs desestabiliza governos monárquicos, como Arábia Saudita e Marrocos, e, também, republicanos e laicos, como a Argélia, o Egito e Túnis. O mais grave, entretanto, é o processo de "vietnamização" da Guerra do Iraque e o atual labirinto nuclear em que adentrou o Irã, em seu persistente intento de obter armas atômicas.

Nas últimas três décadas, graves conflitos eclodiram no espaço geopolítico do Oriente Médio: a guerra entre o Irã e o Iraque (1980-88), a invasão do Kuwait pelo Iraque (1990-91) e a segunda guerra contra o Iraque, em abril de 2003, desencadeada por uma coalizão de países, capitaneados pelos Estados Unidos, ao arripio do Conselho de Segurança da ONU e da opinião pública mundial. Pode parecer, à primeira vista, ser mais grave a confrontação pela crise nu-

clear iraniana, o que implicaria todo o sistema mundial, envolvendo a Organização Internacional de Energia Atômica. O conflito Irã-Ocidente apresenta expressões do denominado "choque de civilizações", porém com ingredientes altamente explosivos, como o petróleo e o domínio da energia nuclear para fins bélicos. Além disso, expressa as rivalidades hegemônicas nessa região, porque aí uma dupla fronteira atravessa o Golfo e a Mesopotâmia, fronteira política entre dois povos diferentes, o Irã indo-europeu e o mundo árabe semita, igualmente evidenciando expressiva divisão religiosa dos crentes do Corão entre sunitas e xiitas que, na realidade, só faz acirrar o antagonismo histórico entre árabes e persas.

Na antiga Pérsia, desde 1935 chamada de Irã, a dinastia dos Pahlevi estabeleceu-se depois da Primeira Guerra Mundial, em 1925, com um projeto de converter o Irã em uma grande potência regional, mas com vinculação ao Ocidente, no engendrado critério de transformá-lo no Japão do Oriente Médio. Com a revolução islâmica e a chegada ao poder do ayatolá Khomeiny, em 1978, o Irã manteve essa linha de poderio regional, enfrentando sistematicamente os Estados Unidos e a Europa.

Essa revolução islâmica, desde o princípio, manteve a oposição ideológica entre o Islamismo

* Colaboração do autor.

** O autor é Coronel-Aviador; conferencista especial da Escola Superior de Guerra, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e vice-diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

e o Arabismo. Entretanto, Saddam Hussein equivocou-se imaginando que o Irã, em virtude de sua revolução, havia se debilitado militarmente e invadiu esse país em 22 de setembro de 1980, com o apoio do Ocidente e da maior parte dos governos árabes. Nessa contenda, o Irã saiu fortalecido, chegando às portas de Bassora e controlando a circulação no Estreito de Ormuz.

Isso obrigou o Governo iraquiano a buscar novos recursos econômicos no pequeno Emirado do Kuwait, desbordando, como corolário, em guerra. O Kuwait representava 10% das reservas mundiais de petróleo, enquanto Bagdá detinha 20%, o que era inaceitável para a Europa e os Estados Unidos. Essa guerra teve justificativa econômica, porém contou com a aprovação das Nações Unidas, e as petromonarquias do Golfo ajudaram o Iraque diante do temor da ameaça

da propagação da revolução iraniana. Com o desaparecimento do governo de Saddam e o preocupante potencial iraniano, o instável equilíbrio geopolítico do Oriente Médio se rompeu. Consequentemente, abriu-se uma nova era, em que o Irã, não se submetendo aos cânones do Direito Internacional e à Organização Internacional de Energia Atômica, passa a constituir, na visão das grandes potências, uma ameaça global.

Por esse motivo, para o Oriente Médio dirige-se toda a atenção de Washington, contando com o decidido apoio do triângulo: Israel, Egito e Arábia Saudita. O regime de Teerã, agora com o líder ultraconservador Mahmoud Ahmadinejad e sua agressiva política externa, como na época do Xá Reza Pahlevi, continua com a ambição da Grande Pérsia e sonhando em poder manter uma atitude de Estado gendarme do Oriente Médio. ●



Editorial 2009

Coleção General Benício

A GUERRA DA COREIA

Stanley Sandler

Livro de História Militar que apresenta os antecedentes, as razões e os diferentes procedimentos das forças americanas e norte-coreanas em cada uma das fases da guerra. Discorre, ainda, sobre as consequências daquele conflito para a doutrina militar dos EUA e para a história, após a segunda metade do século XX, com destaque para a condução das operações militares.

O dilema de Málaca e o Brasil*

Roberto Carvalho de Medeiros**

A mídia internacional destacou as manifestações pacíficas de monges budistas contra a ditadura militar de Mianmar, antiga Birmânia, ex-colônia inglesa no Oriente.

Aproximadamente 40 anos depois de sua independência dos ingleses em 1948, ocorreu um violento golpe de Estado promovido pelos seus militares, estes alegando ser necessária tal investida para apagar os resquícios do colonialismo inglês. Birmânia passou a ser denominada de Mianmar, e os generais a transformaram em uma das mais violentas ditaduras do mundo!

As frequentes violações e abusos dos direitos humanos no país motivaram a intensa e firme manifestação pacífica dos monges contra a ditadura militar no país. É previsível uma provável escalada da crise doméstica em face da adesão de religiosas, insuflando a sociedade civil a engrossar os protestos nas ruas, principalmente nas proximidades da residência da líder da oposição e Prêmio Nobel da Paz Aung San Suu Kyi, que se encontra em prisão domiciliar desde 2003.

O que não tem sido objeto da mídia é a participação indireta da China nesse episódio, pois esse país possui o maior interesse na manutenção do *statu quo* local, a fim de consolidar os acordos bilaterais entre os chineses e os generais de Mianmar no campo estratégico-militar e, principalmente, comercial. Hoje, a China encontra-se em plena aplicação de projetos de infraestrutura na região para tentar solucio-

nar o que eles chamam de "Dilema de Málaca". Mianmar está situado na face leste do Golfo de Bengala, região estratégica de passagem obrigatória de navios mercantes, na sua maioria petroleiros oriundos do Oriente Médio. O Estreito de Málaga é uma passagem marítima de cerca de 450 milhas náuticas de extensão entre Cingapura e Indonésia (vide mapas). Por ele passam aproximadamente 600 mil navios mercantes anualmente, transportando um terço do



comércio mundial. Para a China é mais do que estratégico, haja vista passar cerca de 80% de suas importações de petróleo (plena dependência das linhas marítimas).

Os projetos chineses irão economizar três dias de transporte marítimo em cerca de 1.800 milhas de navegação, enviando 40 milhões de

* Colaboração do autor.

** O autor é Capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil e professor universitário.



toneladas de petróleo à China a partir de 2010, data prevista para conclusão de uma obra de construção de oleoduto do Porto de Sitwe, também sendo reconstruído pelos chineses, até o Sul da China. Outra obra que irá contribuir para a redução da dependência da passagem de navios pelo Estreito de Málaca, com destino aos portos chineses, será a nova rodovia em construção ligando o porto de Gwadar (Paquistão) até o interior chinês (Kashi).

É sabido que a China sempre fora uma potência terrestre (como a França), mas nas últimas décadas tornou-se dependente de recursos acessíveis somente pelo mar. Isso deixou Pequim em um dilema de como assegurar suas rotas comerciais em uma região onde os EUA possuem o domínio naval, ou seja, militar.

Como solução a esse impasse, a China inicialmente aproximou-se de Estados próximos da Índia, seu maior rival regional: Maldivas (base naval na Ilha Marao), Sri Lanka (atraca-douro e depósitos de combustíveis na Ilha Hambantota), Paquistão (porto de águas profundas

em Gwadar) e, por fim, Mianmar (antiga Birmânia), seu mais recente aliado político (oleoduto acima mencionado). Eles sabem que, para dar certo essa estratégia, é necessário um Poder Naval proporcional que assegure sua presença na região, hoje com supremacia plena dos EUA.

Existem algumas identidades entre esse caso e determinadas regiões da costa brasileira possíveis de serem analisadas. O Brasil possui o “saliente nordestino”, onde rotas marítimas convergem, provocando uma média de 150 navios/dia de tráfego entre a costa cearense e a costa sergipana. Nes-

sa região, existem diversos polos de extração de petróleo e gás no mar, concentrados no Ceará, no Rio Grande do Norte e em Sergipe. Mais sério ainda é o espaço marítimo adjacente aos estados do Espírito Santos, do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde estão as maiores concentrações de ilhas artificiais para produção de petróleo e gás natural, particularmente na Bacia de Campos e mais recentemente na Bacia de Santos. Para ambas as regiões estratégicas, o Estado brasileiro tem a responsabilidade de se fazer presente a fim de garantir a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar e contribuir para a preservação ambiental hídrica contra poluição oriunda de navios e de plataformas marítimas, além de prioritariamente defender os interesses nacionais no mar.

É o Poder Naval a primeira barreira defensiva contra qualquer ameaça oriunda do mar. As duas regiões produtivas de petróleo, juntas, correspondem a 85% da extração total brasileira.

Recentemente, a Petrobras descobriu uma enorme reserva de petróleo abaixo da cama-

da de gás e petróleo atualmente em operação na Bacia de Santos, esta última a cerca de 2 mil metros de profundidade, e a nova aproximadamente a 6 mil, com uma previsão de 20 bilhões de barris (equivalente a 140% das reservas atuais).

A Marinha do Brasil possui um número muito inferior (cerca de 50%) ao adequado para ações de presença e de fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras, aí incluindo essas regiões de alto valor estratégico. O montante financeiro correspondente aos *royalties* de petróleo, que a Marinha faz jus por lei vigente, tem sido contingenciado pelo Executivo. Esse recur-

so tem como objetivo a construção e a manutenção de meios navais para a patrulha das áreas marítimas produtoras de petróleo e gás.

E o tempo vai passando. Cada nação vai tomando as providências para defender seus interesses estratégicos (de médio e longo prazo), e nós, brasileiros, especialmente os responsáveis pelo Poder Executivo, ainda possuem a dificuldade de entender a importância dessa responsabilidade. Sem um estudo prospectivo para geração de cenários mais prováveis, é impraticável quaisquer projetos estratégicos, ainda mais inserido em uma cultura política baseada na *descontinuidade*. E o tempo vai passando...! ●



Editorial 2009

Coleção General Benício

HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A TRÍPLICE
ALIANÇA E O PARAGUAI

Volume 1 – Augusto Tasso Fragoso

Obra composta de cinco volumes, editada pela Bibliex, na década de 1950. Encontrava-se esgotada e havia bastante interesse dos leitores em adquiri-la. No primeiro tomo, são abordados os antecedentes históricos da guerra, incluindo a intervenção brasileira no Uruguai, em 1864, bem como o início da invasão paraguaia, na Província de Mato Grosso, por ordem de Solano López.

Oriente Médio: falcões e pombos em perspectiva*

Átila Sinke Guimarães**

Tradução: André F. Falleiro Garcia

Um leitor recentemente fez-me o seguinte pedido: "Poderia ajudar-me a entender, sob a perspectiva católica, o que está acontecendo no Oriente Médio? A mídia que informa sobre o assunto não apresenta os bastidores desses fatos. Peço-lhe sua ajuda a esse respeito, porque li dois de seus artigos sobre os árabes e os judeus.¹ Eles me abriram os olhos, mas não tratam especificamente do cenário político árabe-israelense. Se puder me ajudar, ficarei muito agradecido. Atenciosamente. MC."

Apraz-me saber que alguns de meus anteriores artigos ainda continuam fazendo algum bem. Tratarei agora de corresponder às expectativas do Sr. MC, quer dizer, vou esboçar uma visão geral da recente história, tanto israelita quanto palestina no Oriente Médio, de maneira que ele e talvez outros leitores possam acompanhar os acontecimentos na Faixa de Gaza sob o prisma católico como espero apresentar.

Os bastidores da política internacional

Em 1896, o jornalista húngaro-judeu Theodor Herzl escreveu o livro *O Estado Judeu*, no qual propunha que os judeus deveriam ter a



Livni (Kadima) não aceitou convite de Netanyahu (Likud) para formar governo de união nacional entre falcões e pombos.

própria terra para assim evitar as perseguições endêmicas que sofrem onde se instalam. Herzl viveu na Áustria e Alemanha e se tornou membro da *Burschenschaft* (Sociedade de Amigos), uma conhecida maçonaria alemã, vinculada à franco-maçonaria internacional, que apoiava suas ideias. O movimento que nasceu destas se chama sionismo.²

Como fruto e apoio a esse livro, os judeus começaram a emigrar para a Palestina,

* Transcrito do portal <www.sacredidade.com> em 03/2008. Publicação original em inglês: *The Middle East: Hawks and Doves in perspective*.

** Escritor católico tradicionalista e editor do site americano *Tradition in Action*.

¹ Os dois artigos referidos são *Aren't you missing something about Lebanon?* e *The Beginning of the Religious War*.

² O sionismo não tem a unanimidade no mundo judaico. Há grupos religiosos que consideram a fundação do Estado judeu como uma tarefa específica do Messias cuja vinda futura aguardam.

comprando ali terras e estabelecendo granjas. Em 1909, foi fundado o primeiro *kibutz*, uma célula agrária socialista. Nessa época, a Palestina estava sob o domínio árabe, tal como vinha sendo há muito tempo. Posteriormente, em 1917, o Primeiro-Ministro britânico, Arthur Balfour, declarou seu apoio público à fundação de um Estado judeu juntamente com um Estado árabe-palestino. Pouco depois, sem o acordo dos árabes, a Liga das Nações decretou que a Palestina deveria ser administrada pelo

da Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido pediu para a recém-criada ONU que resolvesse as constantes fricções entre judeus e árabes na Palestina.

Novamente, sem que os árabes tivessem sido consultados, a ONU decidiu em 1947 que a Palestina deveria dividir-se em dois Estados, um para os judeus, outro para os árabes. Estes rejeitaram esse plano. Sem embargo, com o apoio da Inglaterra e dos Estados Unidos, Israel foi fundada como Estado judaico em 14 de maio de 1948.

Portanto, foi a franco-maçonaria internacional, atuando por meio da ONU e dos governos da Inglaterra e dos Estados Unidos, que tornou possível a fundação de Israel, apesar da constante oposição árabe. Esse apoio invariável continua até os nossos dias.

Quatro guerras regionais

Em 1948, pouco depois da fundação do Estado judeu, cinco países árabes enviaram tropas para impedi-lo. Essa primeira guerra terminou em janeiro de 1949 com a vitória de Israel, armado pelos governos britânico e americano. Nessa guerra, os judeus expulsaram os palestinos de suas terras, e 700.000 refugiados fugiram para as regiões da Cisjordânia e Faixa de Gaza. O Egito incorporou Gaza ao seu território, e a Jordânia fez o mesmo com a Cisjordânia.

Em 1956, Israel tirou vantagem da crise a propósito do Canal de Suez, na qual a França e a Inglaterra se opuseram ao Egito. Israel fez uma aliança com a França e a Inglaterra, e atacaram o Egito na Faixa de Gaza e na Península do Sinai, conquistando e reclamando esses territórios para Israel. Sem embargo, pressionado pela URSS, os Estados Unidos obrigaram Israel a retirar suas tropas desses territórios.

Israel, em junho de 1967, de novo fortemente armado pelos Estados Unidos, realizou



O plano de partilha feito pela ONU sem consulta aos árabes

Reino Unido. Entre 1929 e 1936, já haviam irrompido fortes conflitos entre os judeus e os árabes.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o sionismo foi beneficiado enormemente pela perseguição nazista. Um número considerável de judeus da Europa Central fugiu para a Palestina, aumentando sua população. Logo depois

um novo ataque aos seus vizinhos árabes. Seguiu-se a Guerra dos Seis Dias, no curso da qual Israel se apoderou do Sinai e da Faixa de Gaza que pertenciam ao Egito, da Cisjordânia que pertencia à Jordânia, e das Colinas de Golã que eram da Síria. Também capturou e anexou Jerusalém Oriental que pertencia à Jordânia. Nessa época, só a parte ocidental de Jerusalém estava sob o controle dos judeus, e Tel Aviv era a capital judaica.



A Faixa de Gaza e a Cisjordânia ocupadas por Israel desde 1967

Uma resolução da ONU exigiu que Israel devolvesse os territórios conquistados, mas impunha como uma de suas condições o reconhecimento árabe do Estado de Israel. Os árabes não aceitaram a resolução. E, assim, os territórios conquistados em 1967 não foram devolvidos. Em 1980, Israel declarou como sua capital "a completa e unificada" Jerusalém. Até o dia de hoje, Cisjordânia, Jerusalém Oriental, Faixa de Gaza e as Colinas do Golã continuam sendo territórios sob ocupação de Israel. Em outubro de

1973, o Egito e a Síria atacaram Israel para recuperar seus territórios, mas não obtiveram êxito.

O lançamento de foguetes contra alvos em Israel e a retaliação judaica

Dado o contínuo e ilimitado fornecimento de armamento militar por parte dos Estados Unidos para Israel e a generalizada falta de disciplina árabe, estes não conseguiam ganhar a guerra convencional contra os judeus. Então, recorreram a duas respostas imediatas à usurpação judaica: primeiro, com o esporádico lançamento de foguetes de Gaza e do Sul do Líbano contra alvos em Israel; segundo, com as guerrilhas urbanas nos territórios conquistados por Israel.

A primeira resposta, o lançamento de foguetes a partir do Sul do Líbano, foi promovida pela Organização de Libertação da Palestina (OLP), cujo quartel-general estava em Beirute, capital



Israel invadiu novamente o Líbano em 2006 para castigar o Hezbollah e a população civil

do Líbano. Como o número de foguetes aumentou, Israel respondeu invadindo o Líbano em 1982 e destruindo as instalações da OLP em Beirute. O quartel-general da OLP foi em seguida transferido para a Tunísia.

Em 1985, Israel retirou suas tropas do Líbano, se bem que manteve uma faixa na fronteira

sul para prevenir o lançamento de foguetes. Um novo grupo palestino, o Hezbollah (o Partido de Deus), foi formado para atacar aquelas tropas. Quando finalmente Israel se retirou dessa faixa em 2000, o Hezbollah, tomando o lugar da OLP, começou a lançar foguetes a partir do Sul do Líbano.

Em 2006, Israel invadiu novamente o Líbano, dessa vez com o objetivo de destruir o Hezbollah e castigar a população por apoiar esse grupo. Um mês antes, Israel havia feito o mesmo na Faixa de Gaza para castigar o Hamas por seus ataques com foguetes. A recente ofensiva israelense em Gaza, levada a cabo sob o mesmo pretexto, começou no final de dezembro de 2008 e continuou até poucos dias antes da posse de Obama.

As intifadas e a represália israelense

A segunda resposta foi chamada intifada (levantamento ou motim). A primeira intifada contra Israel durou de 1987 a 1993. Seu objetivo era sabotar a estabilidade de Israel em todas as partes, mas principalmente em Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Usando táticas de agitação, a população palestina fustigava e apedrejava as tropas israelitas, fazendo sua ocupação difícil de ser mantida. Essa primeira intifada variou de intensidade, seguindo os altos e baixos dos palestinos em suas esperanças de estabelecer o próprio Estado.

A segunda intifada teve lugar em setembro de 2000, quando Ariel Sharon, então primeiro-ministro israelita, entrou no Monte do Templo (ou Esplanada das Mesquitas) com tro-

pas fazendo valer as reclamações israelitas sobre esse lugar. Ora, o Monte do Templo,³ supervisionado pelas autoridades religiosas muçulmanas, possui duas mesquitas consideradas sagradas pelos árabes: a mesquita Al Aqsa e a

Cúpula da Rocha.

Portanto, os árabes viram a intrusão de Sharon como uma afronta religiosa, o que detonou a segunda intifada, muito mais violenta do que a primeira.

Essa segunda intifada passou dos distúrbios para as guerrilhas urbanas. Os palestinos acrescentaram novas iniciativas – os ataques



A entrada de Sharon no Monte do Templo desencadeou a segunda intifada

terroristas e os atentados suicidas – à costureira oposição contra a dominação judaica. Essas ações radicais que continuam até hoje têm sido fortemente incentivadas pelos religiosos muftis.⁴

É interessante notar que, com o correr dos anos, ambas as partes se tornaram mais radicais. As retaliações israelitas contra o Líbano (2006) e a Faixa de Gaza (2008-09) prejudicaram cada vez mais a população civil e os edifícios públicos. Essa escalada de violência estéril não fez mais do que aumentar a fúria islâmica, provocar a instabilidade política em Israel e promover o terrorismo internacional muçulmano.

Fruto indireto dessa inútil política foram os ataques árabes às Torres Gêmeas em 2001,

³ O Monte do Templo, local do Primeiro e do Segundo Templo, é identificado, tanto na tradição judaico-cristã quanto na muçulmana, como o Monte Moriá, onde Abraão ofereceu seu filho Isaac em sacrifício (Gênesis 22:1-18; Alcorão, Surata Al-Safat 37:102-110).

⁴ Muftis: grandes conhecedores da lei islâmica, responsáveis pela emissão de pareceres (*fatwa*), a quem compete resolver em última instância as controvérsias civis ou religiosas.

às estações de trens de Madri em 2004, as explosões de bombas em Londres em 2005, os distúrbios nas ruas de Paris em 2006 e os sequestros em Mumbai, na Índia, em 2008.

O tabuleiro político internacional: os pombos e os falcões

Quais são os parâmetros para o conflito palestino-israelita? Creio que são dois. Em primeiro lugar, ao contrário da maioria dos países ocidentais, nem os árabes nem os judeus levam a sério a separação da Igreja e o Estado. A religião é o fator principal na política.⁵

Em segundo lugar, ambos os povos alegam possuir direito total sobre a terra. Na medida em que um judeu crê que Israel deveria ter plenos direitos sobre o território da Grande Israel, conquistado por David e governado por Salomão, é um falcão e toma a posição de direita na política. Na medida em que ele admite que parte do território deveria ser compartilhado com os palestinos, é um pombo e se posiciona à esquerda. Simetricamente,

o mesmo acontece entre os árabes: na medida em que reconhecem o Estado de Israel, eles tornam-se pombos; na medida em que negam esse direito de existência, são falcões.

David Ben-Gurion, o primeiro primeiro-ministro de Israel, foi um falcão durante seu

largo mandato. Seus sucessores no Partido Trabalhista foram também falcões por cerca de 20 anos. Em 1977, o Partido Trabalhista já havia amolecido, tomado a posição de pombo e abandonado seu ante-



Fundador do Hamas, o xeique Ahmed Yassin encorajou os homens-bomba

rior discurso messiânico. Então, uma coalizão política liderada pelo direitista Partido Likud (falcões) ganhou as eleições.

Sob pressão internacional, o Likud por sua vez também suavizou sua posição. Em 1982, Menahem Begin devolveu o Sinai ao Egito e

⁵ O católico deve saber distinguir, em relação ao judaísmo, a oposição enquanto raça, da oposição como religião. Qualquer oposição aos judeus por motivo racial é intolerável. Jesus, Maria e José vieram dessa raça, e da sua melhor cepa porquanto pertenciam à família real de David. Também os Apóstolos eram judeus de raça, como tantos outros que realizaram a difusão do cristianismo nascente. Como raça, o povo judeu possui os mesmos direitos que os europeus, africanos, japoneses etc. A coletividade judaica apresenta qualidades e defeitos como é próprio à natureza humana. Ato como violações e profanações em cemitérios e sinagogas são inaceitáveis.

De outro lado, no campo religioso, o católico deve afirmar a sua fé diante do judeu como também diante do muçulmano, do budista etc. No Brasil, desde a república, vigora o regime da separação entre a Igreja e o Estado. Nas atuais circunstâncias, tal regime se configura como o mais apropriado. Em relação às outras religiões, os católicos devem observar o princípio da tolerância religiosa, matéria que foi abordada em alguns artigos neste site.

O termo "antisemitismo", com suas conotações biológicas e raciais, foi criado em 1879 por Wilmer Marr, fundador da famosa Liga Antissemita. Nas últimas décadas, tem sido geralmente empregado para designar a perseguição movida contra os judeus pelos nazistas. Sem embargo, em 1947, Theodor Adorno, pensador judeu marxista e membro da Escola de Frankfurt, em seu livro *Dialética do Esclarecimento*, pretendeu que qualquer oposição ao judaísmo como religião deveria ser previamente qualificada de antisemitismo.

Essa manobra de propaganda anticatólica infelizmente encontrou apoio nos progressistas infiltrados na Igreja Católica. Estes pretendem cancelar na Igreja todas as diferenças religiosas que a separam do judaísmo, como, por exemplo, as diferenças nas Sagradas Escrituras. Aceitar a imposição da agenda progressista por meio do engodo ecumênico seria permitir a conquista da Igreja Católica pelo judaísmo, e com isso não podemos concordar.

começou a esvaziar as colônias judaicas em Gaza e na Cisjordânia. Depois de vários altos e baixos, o Partido Trabalhista (pombos) voltou ao poder em 1992, e Yitzhak Rabin voltou a entrar em conversações de paz com os árabes.

Em 1993, os Acordos de Oslo foram assinados e estabeleceram a retirada de Israel da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Os Acordos também estabeleceram a criação da Autoridade de Palestina (AP), que seria o governo do Estado Palestino. Um ano mais tarde, Israel e Jordânia firmaram um acordo de paz. Entretanto, os falcões rebelaram-se, e, em 1995, Rabin foi assassinado por causa dessas concessões territoriais.

Desde então, de um lado está o pombo Shimon Perez, favorável à paz e à retirada dos territórios ocupados; e do outro lado, o falcão Benjamin Netanyahu (Likud), que defende a conservação dos territórios.

Em 2001, os falcões, representados por Ariel Sharon, ganharam as eleições. Sharon logo ampliou as colônias judaicas na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, aumentou os controles nas estradas dos territórios árabes e rompeu as negociações com a Autoridade Palestina. Mais tarde, sob pressão internacional dos Estados Unidos, Rússia e União Europeia, restabeleceu essas relações e concordou em dar continuidade ao plano de pacificação. Para demonstrar boa vontade, fechou os assentamentos judeus na Faixa de Gaza e alguns poucos na Cisjordânia (2005).

No entanto, as tropas israelitas mataram o fundador do Hamas, o xeique Ahmed Yassin, e seu sucessor. Em agosto de 2004, Arafat morreu como pombo, e outro pombo, Mahmud Abbas, foi eleito presidente da Autoridade Palestina.

Depois de haver tirado as colônias judias de Gaza, Sharon perdeu o apoio do Likud e dos falcões e teve que fundar um novo partido

centrista chamado Kadima. Em 2006, Sharon sofreu um derrame cerebral e abandonou o palco político. Foi substituído pelo seu Vice-Presidente Ehud Olmert, que continuou as negociações como presidente da Autoridade de Palestina.

Em 2005, Shimon Perez abandonou o Partido Trabalhista, ingressou no centrista Partido Kadima e foi eleito presidente de Israel. Olmert foi eleito primeiro-ministro. Em novembro de 2007, uma nova conferência de paz foi realizada nos Estados Unidos, a Conferência de Annapolis. Foi aceita a solução de dois Estados para resolver o conflito árabe-israelense, e Israel deu sua palavra para haver o Estado Palestino em 2008.

Seguindo essas diretrizes, os pombos da Arábia Saudita, Egito, Jordânia, Síria e Turquia concordaram em chegar a um acordo geral para o reconhecimento do Estado de Israel, quando então o Exército israelita invadiu Gaza, em 27 de dezembro de 2008, adiando *sine die* todos os acordos feitos em Annapolis.



Yasser Arafat era um falcão quando fundou a organização terrorista Fatah para destruir Israel. Depois se tornou pombo e aceitou o Estado judeu.

Novas eleições em Israel estão marcadas para fevereiro de 2009 e o favorito é Benjamin Netanyahu, falcão do Partido Likud. Alguns analistas sustentam que a recente invasão de Gaza foi lançada pelo governo centrista Kadima (Olmert-Perez), em uma tentativa de tirar os votos

do Likud (*The Tablet*, 10/01/2009, p. 4). Não estou de acordo com a opinião deles, como depois vou explicar.

As únicas peças que faltam nesse tabuleiro de xadrez político são os partidos palestinos. Aqui é mais fácil acompanhar os jogadores. Fatah ("vitória"), o antigo grupo terrorista de Arafat, aceitou os Acordos de Oslo e subiu ao poder na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Não obstante, por aceitar a possibilidade de um Estado judeu, o Fatah passou a ser visto como pombo. Por essa razão, em 2006 perdeu as eleições na Palestina, e o Hamas ("resistência"), o novo movimento de falcões, tomou o poder. O Hamas negou-se a reconhecer Israel e nunca aceitou os termos dos Acordos de Oslo.

Esse é, em resumo, o cenário político.

A situação atual: falcões versus pombos

Creio que a invasão de Gaza, em dezembro passado, foi um golpe dado pelos falcões judeus para impedir que os pombos judeus dividam Israel e se estabeleça um Estado palestino. Tudo estava disposto para prosseguirem com as concessões mútuas estipuladas em Annapolis. Todavia, no último momento, os falcões viraram o tabuleiro de xadrez, e o jogo terminou. Os falcões repetiram a manobra que haviam utilizado antes, quando Rabin foi assassinado para impedir que Israel fosse dividida em dois Estados, conforme os Acordos de Oslo.

O núcleo do conflito árabe-israelense é a disputa dos pombos e falcões, tanto do lado dos judeus quanto dos árabes. Os pombos de

ambas as partes fazem concessões mútuas para alcançar uma paz provisória. Todavia, nem os falcões árabes nem os israelenses reconhecem ao outro lado o direito a um Estado.

Por detrás dessa intransigência estão as convicções religiosas. Os falcões judeus consideram o Estado de Israel como algo sagrado, como parte do cumprimento de suas promessas messiânicas. Eles também pretendem reconstruir o Templo de Salomão, o que só será



O plano pombo combinado na Conferência de Annapolis foi detonado pelos falcões que invadiram Gaza em dezembro de 2008.

possível depois da destruição das duas mesquitas árabes que estão no Monte do Templo, onde supõem que deve ser reconstruído.

Não creio que o conflito árabe-israelense chegue ao fim antes que Deus intervenha e desterre os dois povos da Terra Santa. Como e quando? Não tenho resposta a essa questão. Porém, estou certo de que a Terra Santa brilhará com um novo brilho católico e que dará a devida glória a Deus no Reino de Maria, previsto em Fátima.⁶

⁶ O Autor ao final do artigo remete o leitor aos páramos sublimes da Teologia da História. Estaria prevista nos planos divinos a aplicação de um tremendo castigo sobre os judeus e palestinos, banindo-os definitivamente da Terra Santa? Poder-se-ia também conjecturar: seria possível, por um insondável perdão divino, a conversão e o ingresso desses povos nas veredas da civilização cristã? As duas hipóteses seriam cabíveis no grandioso panorama de fé descortinado na conclusão dessa visão de conjunto.

Insegurança iraniana: origem e perspectivas*

Francine Rossone Silva**

Introdução

O Irã possui a segunda maior reserva mundial de petróleo e cerca de 15% da reserva de gás natural global, o que o torna um país de imensa importância estratégica e econômica no sistema internacional. Além disso, o Irã está localizado em uma das regiões mais militarizadas do Terceiro Mundo, que é também considerada uma das mais importantes para a segurança energética e para a economia mundial; uma combinação que, somada à volatilidade política iraniana, transformou a região em um palco de intervenções e disputas (EN-TESSAR, 2004, p. 537).

Em 29 de janeiro de 2002, George W. Bush incluiu o Irã no “eixo do mal”, juntamente com a Coreia do Norte e o Iraque, sob o pretexto de que esses países possuíam um programa nuclear, o qual representaria uma ameaça à paz mundial. Levando em consideração a reação americana nos casos da Coreia do Norte e do Iraque e a supracitada importância iraniana para o cenário regional e internacional, questiona-se de que forma o Irã é realmente um risco para a comunidade internacional e até que ponto o país pode estar ameaçado por pressões externas. A resposta para tais questões envolve em grande parte os motivos que levam o

Irã a seguir com seu programa nuclear, contrariando normas internacionais e enfrentando as ameaças das superpotências.

No Irã, o regime islâmico é caracterizado pela divisão de poder entre um líder não eleito e um poder eleito desde a Revolução Iraniana de 1979. Apesar de apresentar uma população amplamente alfabetizada, inserida em um cenário relativamente democrático, se comparado aos outros regimes do Oriente Médio, o Irã, como um país do Terceiro Mundo, ainda carece de solidez institucional e estabilidade política.

A presente pesquisa buscará inserir o Irã no arcabouço teórico de Mohammed Ayood, conhecido por seus estudos sobre conflitos, segurança e Terceiro Mundo. Segundo o autor, a insegurança desses países emana principalmente de dentro de suas fronteiras (1995, p. 7) e reflete o estágio de consolidação do Estado em que se encontra e a entrada tardia no sistema internacional de Estados modernos.

A insegurança dos Estados do Terceiro Mundo estaria relacionada à instabilidade do regime político e à falta de solidez das instituições estatais. A hipótese que será testada é a de que o interesse iraniano no desenvolvimento

* Transcrito da Revista Cadernos de Relações Internacionais da PUC-Rio, disponível no portal <www.maxwell.lambda.ele.puc.br>, acesso em 26/06/2009.

** Do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

nuclear gira em torno de sua autopercepção como Estado inseguro e da necessidade de neutralizar as pressões externas que, ao longo da história do país, interromperam seu processo de consolidação, fator este chave para a construção de um Estado forte e seguro.

Na primeira seção do artigo, será definido o conceito de segurança considerado para a análise de caso. Em seguida, o Irã é apresentado como um país do Terceiro Mundo, com suas particularidades e similaridades em relação aos outros Estados também em desenvolvimento, levando em consideração a caracterização de Terceiro Mundo fornecida por Ayoob.

Discorre-se então sobre as alternativas apresentadas ao Irã para lidar com suas vulnerabilidades internas e externas e sobre como o país responde às instabilidades. Na quarta parte, serão analisadas as perspectivas de consolidação e democratização do Estado iraniano. Finalmente, conclui-se com respostas às perguntas que motivaram a pesquisa.

Marco teórico

O conceito de segurança internacional, ao longo do tempo, ganhou grande flexibilidade interpretativa, o que permitiu tanto um maior escopo de análise como também o surgimento de controvérsias quanto ao objeto de estudo, além de disparidades entre discurso e ação política. Se o debate inicial acerca da segurança internacional restringia-se ao fenômeno da guerra e às ameaças militares e de origem externa ao Estado, hoje, temas como a pobreza, a destruição do meio ambiente e a violência, entre outros, foram incluídos por alguns autores na agenda de segurança. A justificativa desses teóricos para ampliação do conceito de segurança internacional é o fato de esses temas também constituírem graves ameaças à sobre-

vivência, portanto fundamentais para o desenvolvimento dessa área de estudo. Atualmente, segurança internacional pode envolver a segurança do Estado, da sociedade e até mesmo do indivíduo.

Da mesma forma que se começou a questionar o objeto de estudo de segurança, também surgiram questões acerca do objeto que deveria ser assegurado, dos limites da análise e da relevância das ameaças. Em função do debate epistemológico e metodológico a propósito do conceito de segurança e da consequente amplitude conceitual, é necessário para a defesa argumentativa do presente artigo uma definição prévia do conceito de segurança empregado.

Ayoob e a Segurança Internacional para o Terceiro Mundo

O artigo apresenta como base teórica o conceito de segurança desenvolvido pelo acadêmico Mohammed Ayoob, cuja especialidade é os estudos de segurança e conflito, em especial vinculados à política do Terceiro Mundo. Ayoob defende que o conceito tradicional de segurança não é adequado à análise política dos países mais pobres, já que esses são afetados por ameaças de natureza distinta daquelas que ganham espaço na agenda dos países desenvolvidos. A segurança tradicionalmente estudada pela literatura de relações internacionais tem como suposições básicas: a orientação externa das ameaças e o caráter militar. Isto é, assume-se que as ameaças originam-se fora do Estado e, por serem essencialmente militares, requerem respostas militares. A segurança dos Estados, segundo tais correntes, define-se então pela capacidade de que eles possuem de deter ataques ou de derrotá-los, protegendo valores internos de ameaças externas, ou seja, advindas de outro Estado (AYOOB, 1995, p.5-7).

Essa noção tradicional de Estado fortaleceu-se em 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria (*idem*). Os estudos sistêmicos nesse período foram altamente priorizados, e a divisão antagonica de mundo entre dois superpoderes reforçava o discurso de que as ameaças eram externas, incentivando a coesão interna e a formação de alianças contra o inimigo.

Para o Terceiro Mundo, a segurança sistêmica nesse período apenas aumentou sua insegurança. Enquanto os países desenvolvidos envolviam-se em corrida armamentista e dissuasão nuclear, garantindo, segundo o entendimento do *mainstream*, uma relativa estabilidade internacional, Ayooob afirma que o Terceiro Mundo sentia-se cada vez mais inseguro e vulnerável por ter se tornado uma arena das rivalidades das grandes potências (2000:5).

Ayooob toma o Estado como sua unidade de análise e restringe seu estudo às ameaças diretamente ligadas às estruturas dessa instituição, ou seja, à sobrevivência e efetividade de Estados e de regimes (*idem*, p. 11). No entanto, ao contrário do *mainstream*, o autor entende que a insegurança dos Estados do Terceiro Mundo emana principalmente de dentro de suas fronteiras e vai além de ameaças militares, englobando outros fatores que também influenciam os desenvolvimentos políticos (*idem*, p.7).

Algumas características básicas do Terceiro Mundo, segundo Ayooob, são a falta de coesão interna (em função da disparidade econômica e social e das rivalidades étnicas e regionais); a falta de legitimidade incondicional das fronteiras dos Estados, das instituições estatais e das elites governantes; a suscetibilidade a conflitos internos e externos; o desenvolvimento distorcido e dependente; e, por fim, a marginalização e a fácil penetração de atores

externos (*idem*, p.15). Essas características refletem a ausência de governança adequada, que submete os Estados do Terceiro Mundo a uma situação de fragilidade e de insegurança. Esses países não estão expostos apenas a intervenções externas, como também a uma desordem interna generalizada que ameaça o poder de influência das elites e do próprio regime. São duas fontes de ameaça que se retroalimentam. A instabilidade externa torna o Estado vulnerável a pressões externas, que por sua vez acaba por minar a capacidade deste se consolidar.

Nesse contexto, é comum que países do Terceiro Mundo anseiem por poder. No entanto, diferente do que as principais correntes teóricas de segurança internacional presumem, o acúmulo de poder não seria o fim último, mas um instrumento capaz de facilitar o estabelecimento das estruturas estatais, o aumento do poder de barganha perante atores externos, a diminuição da vulnerabilidade e, conseqüentemente, a conquista de maior segurança. Para as lideranças nesses Estados, o importante é garantir a soberania e a integridade territorial, a manutenção das instituições políticas e do regime de governo. Nesse sentido, os líderes conseguiriam contornar constantemente as questões de ordem política e econômica e de legitimidade.

Apesar da diversidade do Terceiro Mundo, é possível identificar realidades comuns à maior parte desses países (AYOOB, 1995, p.13) e algumas questões que são consensualmente entendidas como definidoras desse grupo, por exemplo, o aspecto da insegurança. Além dos fatores supracitados, Ayooob aponta outros elementos fundamentais para a compreensão da natureza dos problemas que assolam esses países, como o estágio de construção do Estado e a entrada tardia no sistema internacional.

Entrada tardia no sistema e na construção do Estado

As características que Ayoob atribui aos Estados do Terceiro Mundo derivam de seu estágio de consolidação como um Estado Nacional moderno. A falta de legitimidade dos governantes, das instituições e do arcabouço jurídico e político, além de ausência de coesão interna e presença de violência e repressão, constitui o processo de estabelecimento e de fortalecimento das estruturas estatais, segundo aqueles que veem uma relação positiva entre guerras e construção do Estado. Nesse processo de consolidação do Estado, tais autores também afirmam que a acumulação de poder é o primeiro passo em direção à formação de um Estado Nacional (*idem*, p. 22-23).

Os Estados que hoje podem ser considerados desenvolvidos e consolidados tiveram séculos para se formarem como Estados Nacionais legítimos, incluindo o desenvolvimento de instituições fortes e o estabelecimento de regras. Já os Estados do Terceiro Mundo são pressionados a consolidar-se rapidamente, além de estarem inseridos em um ambiente completamente diferente daquele onde os primeiros Estados Nacionais constituíram-se. (*idem*, p. 32).

O mundo contemporâneo apresenta sérios desafios aos Estados em vias de consolidar-se em virtude do arcabouço jurídico internacional, da disseminação de valores democráticos e de princípios de Direitos Humanos, que se sobrepõem àqueles princípios westphalianos os quais estiveram na origem da formação dos Estados modernos, e da institucionalização de determinadas regras que reprimem as guerras, a violência e o autoritarismo.

A não consolidação dos Estados do Terceiro Mundo e a pressão externa contempo-

rânea por um rápido processo de construção e consolidação desses Estados, somada à inserção em um sistema internacional defensor dos Direitos Humanos e repleto de restrições, limitam a capacidade desses países de passarem por um processo semelhante ao dos Estados desenvolvidos.

A dimensão interna de segurança, ligada a esse processo de constituição do Estado, é, segundo Ayoob, a principal variável na determinação da problemática de segurança do Terceiro Mundo (1995, p.21). Os fatores que bloqueiam o sucesso dos Estados de se desenvolverem e de se consolidarem são:

A falta de tempo adequado para a construção do Estado; a impossibilidade de flexibilizar a soberania jurídica, uma vez que ela é conquistada; a herança colonial; a acentuação de fissuras étnicas nos primeiros estágios de modernização; demandas por participação política, redistribuição econômica e justiça social no processo inicial de construção do Estado; e o caráter não representativo e autoritário de muitos regimes (idem, p.41).

Irã, país do Terceiro Mundo

O Irã, como um país do Terceiro Mundo, apresenta a maioria das características descritas na primeira seção. Apesar de se tratar de uma das civilizações contínuas mais antigas da humanidade, as tentativas iranianas de inserção no sistema internacional de Estados modernos como um importante ator foram minadas por intervenções externas e, principalmente, por instabilidade política e falta de legitimidade interna.

O processo de consolidação do Estado iraniano segue o próprio ritmo, e, como vimos com Ayoob, os Estados necessitam de tempo e não de intervenção para organizar as próprias

estruturas e estabelecer legitimidade perante a população interna e aos outros Estados.

Ao longo do último século, uma série de eventos marcou o país: duas revoluções, o fim de duas dinastias, exílio de vários reis, alguns períodos de mobilização popular, tentativas de inflamar a democracia parlamentar, duas rodadas de sanções internacionais e ocupações estrangeiras sem colonização. Isso tudo, segundo Farhi (2005, p. 9), fez da democracia e da soberania nacional fortes aspirações nas mentes iranianas.

A Revolução de 1979 foi uma das respostas mais claras a essa condição subalterna no sistema internacional. Tal movimento foi lançado com a promessa de transformar relações de poder no Irã e de lutar por uma nova era da política internacional, em que os poderes médios seriam capazes de questionar a hegemonia das potências e de perseguir uma política externa independente (ENTESAR, 2004, p.537).

A soberania iraniana e a legitimidade incondicional de suas fronteiras estatais, apesar de bem definidas, são enfraquecidas pela hostilidade crescente que o país enfrenta na região e no sistema internacional. Além disso, as instituições estatais e a elite governante carecem de legitimidade. As instituições, por exemplo, tiveram vida relativamente curta até agora, e as regras do jogo político não puderam ser definidas claramente de modo permanente, legítimo e com o respaldo da sociedade. Se considerarmos a definição de Sayed Shafaei, isso pode ser interpretado como ausência de soberania estatal:

Soberania é definida como autoridade que não encontra oposição sobre um grupo particular de pessoas em um determinado território com fronteiras políticas e geográficas específicas. Para a criação de

um sistema de governo soberano, o exercício de poder torna-se aceitável quando o povo dá legitimidade ao governo. No caso de legitimidade existente, a imposição do poder é interpretada como autoridade do sistema de governo. No entanto, onde a legitimidade é ausente, o exercício de poder sobre o povo se dá pelo uso da força. Qualquer sistema de governo que é confrontado com uma crise de legitimidade torna-se muito vulnerável. Tal regime acaba recorrendo a táticas brutais, como repressão da sociedade, imposição de censura ou acaba por sacrificar objetivos econômicos e não políticos para conter as demandas políticas do povo. Para o regime que está passando por uma crise de legitimidade e sobrecarregado com várias deficiências que estão nas origens da crise, recorrer a essas táticas pode ser problemático, em longo prazo. (tradução nossa) (2003, p.109).

A primeira Constituição data de 1906, mas a suscetibilidade a conflitos internos e externos e à penetração de atores estrangeiros no país foi uma constante; os iranianos lutam contra dominação ocidental há mais de um século, (TAROCK, 2003, p.133). Sendo o país dividido por correntes políticas fortes e distintas, conservadores e reformistas, e por poderes eleitos e não eleitos, a governança do Estado é sempre questionada e enfraquecida por contornos da oposição (idem). A falta de coesão interna é percebida em especial em relação à ideologia, às instituições e às personalidades no poder (HASSAN-YARI; Kamrava, 2004, p.495).

Se, sob a autoridade monárquica do Xá, a política iraniana era ineficiente pela centralização do poder em torno da pessoa do monarca, por seus caprichos e pela dominação exercida por ele, a República que surge em 1979 é ineficiente por apresentar vários centros de poder, em razão do arranjo político que acomoda procedimentos democráticos e o princípio de *Velayat-e faqih* (regras jurídicas islâmicas

para Khomeini), que resulta na competição dos poderes religioso e presidencial pela preeminência nas decisões (WOLLACOTT, 2007, p. 200). A inconsistência interna reflete também na falta de coerência em política externa. Posições em relação aos EUA, ao programa nuclear iraniano e à abertura democrática sofreram variações de acordo com o pensamento de quem estava no poder e com os resultados dos embates internos entre os poderes e desses com a sociedade.

Os tradicionalistas clamam por um governo islâmico, que implemente as leis islâmicas e derive sua legitimidade de Deus. Os reformistas, incluindo alguns líderes políticos e vozes críticas do estabelecimento eclesiástico, enfatizam a vontade do povo. Para estes últimos, se a religião envolve-se com política, não é porque Deus quis, mas porque as pessoas quiseram e legitimaram essa relação por meio do livre arbítrio (TAROCK, 2003, p.135).

Khatami, eleito em 1997, tendeu a assumir uma postura relativamente mais aberta e reformista. No entanto, em função dos poucos resultados conquistados pelo movimento reformista, dos eventos internacionais do início do século XXI – endurecimento da posição americana em relação ao Oriente Médio e as invasões do Afeganistão e do Iraque – e da instabilidade econômica e política iraniana, constatada nas denúncias de corrupção e no crescimento da desigualdade do país (WOLLACOTT, 2007, p. 203), os conservadores ganharam força, e Ahmadinejad assumiu a presidência em 2005. Contudo, eleitores perceberam que os religiosos “linha-dura” não admitem dividir o poder com outros grupos políticos e que, uma vez no poder e no controle de todos os meios coercitivos (Exército, serviços de inteligência, Judiciário etc.) capazes de frustrar a reforma, a participação polí-

tica popular impactará muito pouco a decisão de quem governa e como governa (TAROCK, 2003, p. 134).

A vulnerabilidade do sistema islâmico iraniano, portanto, é em grande medida resultado da ausência de poder estatal efetivo, de estruturas políticas e jurídicas consolidadas e, principalmente, da possibilidade de que a falta de consenso político e de organização interna abra espaço para infiltração de forças externas.

Ainda há os fatores internacionais que aumentam a insegurança do Irã na região e no sistema internacional, como: a ocupação do Iraque pelos EUA, a presença dos Estados nucleares Índia, Paquistão e Israel ao seu redor e a inclusão do Irã no “eixo do mal” por George W. Bush) (WOLLACOTT, 2007, p.199).

As ameaças externas ao Irã começaram a ganhar essa configuração com a Revolução Iraniana. Wollacott expõe que se, em 1953, o golpe o qual depôs Mossaddeq instituiu os EUA como o outro maligno na vida iraniana, a Revolução Iraniana em 1979 transformou o Irã no outro maligno na imaginação americana. Como alguns sugerem, “uma grande revolução deve ser definida contra os grandes poderes” (idem: 208). A destituição da monarquia e o estabelecimento de uma república islâmica com poder presidencial eleito e poder teocrático não eleito vão de encontro aos interesses americanos na região, que veem o fortalecimento do Irã no Oriente Médio como uma afronta e uma ameaça à própria segurança nacional dos EUA. A Secretária de Estado, Condoleezza Rice, chegou a afirmar que os Estados Unidos não enfrentam ameaça nenhuma maior do que a do Irã, cuja política no Oriente Médio é completamente diferente da que gostariam de ver (AMUZEGAR, 2006, p. 91).

O Islã, que por definição não deveria tornar-se propriedade de nenhum grupo, vem

sendo distorcido para fins políticos de determinadas elites. É certo que tais elites e suas interpretações tendenciosas acerca do Islã recebem críticas de uma sociedade iraniana letrada e cada vez mais bem informada, logo o fator religioso certamente foi e ainda é fundamental para a discussão do processo de formação do Estado Nacional iraniano, bem como o autoritarismo, a imposição de determinadas regras e a repressão dos dissidentes, religiosos ou não (idem: 202).

Dado o cenário, é possível perceber que o regime político iraniano luta pela sobrevivência diante de pressões provenientes do meio interno e externo. Ao mesmo tempo em que o Irã se mostra inseguro em relação à influência internacional, tal vulnerabilidade deve-se em grande parte à falta de coesão e de institucionalização internas e às pressões por maior democratização, que diminuem o grau de autonomia do país para a consolidação do Estado de forma original e emancipada.

Lidando com as vulnerabilidades

Nesta seção, serão apresentadas as reações iranianas às pressões internas e externas. Internamente, a vulnerabilidade do regime islâmico é agravada por protestos populares por democratização. Apesar de o governo iraniano atual ser considerado portador de regime aberto e relativamente democrático comparado aos demais regimes do Oriente Médio e àquele que o antecedeu, é ainda sensível aos movimentos contrários, busca combater a influência da mídia na sociedade – que afeta de maneira desastrosa a legitimidade do governo – e se esforça para impedir o uso da internet.

O autoritarismo sobre a mídia é mais palpável ou aplicável por incluir ameaça de natureza física a indivíduos declarados culpados por

disseminação de desordem. Muitos jornalistas, escritores e filósofos foram perseguidos no país, inclusive nos momentos de maior democratização. Com a internet, as tentativas de impedir o acesso dos iranianos à informação foram malsucedidas, em virtude do acesso aos sinais de satélite que alguns conseguem (WOLLACOTT, 2007, 202-204).

Quando Mohammed Khatami assumiu a presidência, houve dois anos de relativa liberdade de imprensa e de informação. Inclusive, a própria disseminação de notícias, informações, pensamentos e ideias acabara por minar o próprio governo reformista, em razão de uma série de evidências divulgadas de corrupção estatal e da desilusão da sociedade com a fraqueza do presidente em seguir com a abertura democrática.

O líder supremo Khamenei é tão linha-dura e sensível a críticas quanto fora Khomeini, mas com a diferença de que o primeiro é muito mais envolvido com a política e com os assuntos do presidente do que fora Khomeini. No entanto, o Estado iraniano conta hoje com uma sociedade alfabetizada e politicamente ativa que se torna barreira aos anseios de acumulação de poder pelo Estado às suas custas. Assim, o consenso interno seria uma variável necessária a ser conquistada pelo Estado antes que planejasse acumular poder. De outra forma, o regime continua vulnerável aos movimentos populares. Como citado anteriormente, Ayoob considera essa demanda por justiça social uma característica contemporânea que é prejudicial aos anseios estatais de acumulação de poder, fortalecimento e de consolidação.

No Irã, como na maior parte dos países do Terceiro Mundo, a condução de sua política externa tem frequentemente refletido as inseguranças e as vulnerabilidades internas. Observa-se também que quanto maior a

insegurança percebida pelo Estado, mais assertiva tende a ser a política e maior é a preocupação de convencer a sociedade de que uma política rigorosa é essencial para contrabalançar a fragilidade.

Em meados dos anos 1990, ainda sob a presidência de Rafsanjani, os iranianos começaram a perceber o quanto a situação do país era crítica, tanto a respeito de seus conflitos internos quanto em relação à hostilidade alimentada entre Teerã e Washington. Nesse momento, 153 deputados de 290 cadeiras no Parlamento (Majlis) assinaram uma carta que afirmava a urgência do reestabelecimento das relações com os EUA. O impulso inicial diante desse cenário foi uma proposta, por parte do Presidente Rafsanjani, de um referendo sobre a restauração das relações com os EUA, que se mostrou no mínimo inviável. Primeiro porque a iniciativa do referendo partiu de um político influente altamente conservador; segundo pela intransigência de Khamenei acerca da aproximação com os Estados Unidos; e, finalmente, por resistência do Judiciário, que afirmou ser ilegal qualquer tentativa de restauração das relações com os EUA.

Desde a Revolução Islâmica até o governo do reformista Khatami, o diálogo com os EUA fora praticamente impensável. A chegada de Khatami à presidência sinalizou maior disposição para resolução dos conflitos de interesse entre os EUA e a República Islâmica diplomaticamente. Seu tom político reformista refletiu a força interna dos protestos por um regime mais democrático e aberto. Havia otimismo quanto à estabilidade do sistema internacional que lhe permitiu a postura mais moderada, por exemplo, o desejo de cooperar com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Por parte dos americanos, Clinton surpreendeu a comunidade internacional, em 1999,

quando afirmou a importância em reconhecer o Irã e, em virtude de sua enorme e relevante estratégica, foi ao longo do tempo submetido a uma série de abusos por parte de diversas nações ocidentais. Mais inesperada ainda foi a declaração de Even Martin Indyk, responsável pela política de contenção, de que os EUA e a República Islâmica do Irã precisavam se entender como grandes nações, face a face e com base na igualdade e no respeito mútuo (TAROCK, 2003, p. 140-142). No entanto, a oportunidade real para uma aproximação entre os países veio quando os EUA investiram contra o regime talibã no Afeganistão, regime sunita muito crítico ao islamismo xiita iraniano. Porém, o que os Estados Unidos não esperavam era os iranianos se aproximarem do novo governo afegão, como também ignorarem os vínculos que os iranianos possuíam com a minoria xiita no país, as trocas econômicas e os laços culturais – grande parte da população fala o idioma pérsio.

A derrota do regime de Saddam Hussein no Iraque pelos Estados Unidos, segundo alguns analistas, teria sido uma vitória para os iranianos – país de maioria xiita, apesar disso nunca ter sido declarado publicamente por nenhum líder. Saddam Hussein suprimia a maioria xiita do país e a mantinha sob controle irrestrito de uma minoria sunita, que é hostil aos muçulmanos xiitas por considerá-los infiéis e acusá-los de apostasia. Uma vez o regime iraquiano derrotado, o Irã livrou-se de uma ameaça na região, mas automaticamente ganhou outra: a presença americana em mais um território vizinho. A partir de então, aumentaram as hostilidades entre os dois países.

Em 2005, com a ascensão do conservador Mahmoud Ahmadinejad à presidência, a desconfiança mútua passou a definir a relação entre o Irã e os Estados Unidos. A resposta dada

pelo Irã à vulnerabilidade em que se encontrava foi principalmente seu programa nuclear. No dia 11 de abril 2006, Ahmadinejad declarou à comunidade internacional que prosseguiria com o enriquecimento de urânio e que não se submeteria à AIEA. As investigações às quais o país foi submetido, depois de muita pressão e esforço diplomático internacional, revelaram que o Irã já havia começado algumas negociações clandestinas com o cientista A. Q. Khan, que denunciara a aquisição de equipamento nuclear antes mesmo de 1987. Com isso, as investigações apontaram sérias suspeitas da real existência de pesquisa em armamentos nucleares (AMUZEGAR, 2004, p.93). É certo que Bush afirmou que a solução diplomática é a melhor opção para a resolução desse impasse, no entanto ressaltou que todas as outras, incluindo a militar, estão sobre a mesa (DUNN, 2007, p. 20).

Como resposta à pressão internacional e, principalmente, à americana contra a aquisição de um programa nuclear pelo Irã, alega-se que possuir tecnologia nuclear é direito inalienável do país, e não lhe deve ser negado – principalmente quando não há justificativa em relação à não resistência à nuclearização de países ao redor do Irã, também pertencentes ao Terceiro Mundo. É amplamente defendido que o desejo de entrar para o clube nuclear faz parte do esforço iraniano para neutralizar as ameaças regionais e internacionais e alcançar prestígio (BAHGAT, 2006; AMUZEGAR, 2006). Wollacott defende que o Irã estaria buscando modernidade, igualdade e segurança. Esses autores partem de um paradigma sistêmico que conclui que o Irã interpreta a possibilidade de entrar para o clube nuclear como uma chance de conquistar o *status* de país desenvolvido, aumentar sua segurança econômica e militar. Com isso, o Irã seria capaz de manter seu petróleo protegido e de adqui-

rir as armas que seus vizinhos Israel e Paquistão já possuem (2007, p.199).

No entanto, mais do que isso, o Irã busca a própria independência e autonomia. Como afirmou Khamenei, “usar tecnologia nuclear é uma obrigação nacional e uma demanda pública; andar para trás seria o mesmo que perder a independência do Estado a um custo muito alto” (AMUZEGAR, 2006, p.97). Observando a posição mais contida dos EUA em relação às atividades da Coreia do Norte, conclui-se, por parte do Irã, que adquirir força nuclear serviria como elemento de dissuasão (BAHGAT, 2006, p.129) e uma garantia da soberania do Estado. É irônico que, em algum momento da história, o Irã tenha começado a desenvolver seus conhecimentos em material nuclear a partir de transferências americanas, francesas e inglesas de tecnologia (WOLLACOTT, 2007: 198). Hoje, a assimetria da relação do Irã com Israel, que é capaz de destruir alvos iranianos sem sofrer qualquer consequência, pode ser resolvida com a existência de mísseis nucleares em território iraniano. Contra os americanos, a posse de armas nucleares por parte do Irã manteria os EUA dissuadidos a atacá-los, e, de maneira geral, o poder nuclear poderia melhorar as relações entre o Irã e os Estados árabes (WOLLACOTT, 2007: 199).

Partindo da concepção de segurança de Ayoob, que está diretamente relacionada à solidez do regime de poder de um país e à consolidação das estruturas estatais, o Irã estaria buscando por meio da capacidade nuclear se defender das interferências externas, que certamente causariam um impedimento ou até mesmo um retrocesso em seu processo de consolidação nacional. Dada a animosidade inerente às relações entre o regime iraniano e a comunidade internacional, a sobrevivência de

tal regime está ameaçada. Sob essas condições, a prioridade do país seria então ganhar tempo para se desenvolver e se fortalecer internamente, de forma que a elite política se sinta segura interna e externamente.

Amuzegar (2006, p.98) lembra que a última vez em que o Irã começou uma guerra fora antes de 1850, para libertar Herat, e que sua última invasão a outro país aconteceu em 1738. Mesmo quando o regime talibã desafiou o governo militarmente, a resposta da liderança religiosa iraniana foi moderada. Isso demonstra o caráter defensivo de seu programa nuclear e, em tese, pode ser entendido que o Irã não tende a ameaçar as fronteiras de seus vizinhos ou a soberania de qualquer outro país.

Consolidação democrática – perspectivas futuras

Uma das questões levantadas pela comunidade internacional e por alguns estudiosos que resistem ao desenvolvimento iraniano de tecnologia nuclear é a de que um Irã nuclear fortaleceria a oligarquia teocrática e o senso de vulnerabilidade interna. Isto é, uma vez que o Irã dissuadissem a pressão internacional com a possibilidade de usar armamento nuclear, a liderança estaria livre para reprimir o povo e violar os Direitos Humanos sem risco de punição (AMUZEGAR, 2006, p. 96).

A não obrigação com os Direitos Humanos e com a justiça social, conquistada por meio da aquisição de tecnologia nuclear pelo Irã (que por sua vez, neutralizaria as forças externas), tornaria, segundo os preceitos de Ayooob, o ambiente propício para a acumulação de poder pela elite política e a consolidação das estruturas estatais. Contudo, a sociedade iraniana é relativamente aberta comparada a outras do Oriente Médio: desfrutam da liberdade de imprensa, de voto e de direitos civis e políti-

cos, que, uma vez limitada, há protestos. A nuclearização do país pode impedir a comunidade internacional de lutar ativamente contra eventual repressão social dentro do país, porém a República Islâmica Iraniana criou um espaço para a intelectualidade e a política que não pode ser ignorado.

A sociedade modernizou-se e democratizou-se até o ponto em que se afastou muito da sociedade tradicional (WOLLACOTT, 2007, p.199). Antigamente, muitos iranianos iam estudar em Oxford, Harvard e Sorbonne. Hoje, o sistema educacional em expansão tem acolhido homens e mulheres que optam por se educar no próprio país. O regime iraniano sempre apresentou um bom número de pessoas treinadas tecnicamente e sábios clérigos. Como uma civilização muito antiga, houve continuidade, se não política, pelo menos de conhecimento e história.

No país, há muitos questionamentos acerca do regime político. Eshkevari é citado como aquele que tentou definir os limites do conhecimento religioso para provar que era falível e flexível. Para ele, na situação moderna, a preocupação islâmica com justiça leva à democracia (WOLLACOTT, 2007, p. 2002). Figuras como ele e Ebadi, por exemplo, nunca foram totalmente livres para se expressar, mas apesar de toda a repressão, suas ideias penetraram na cultura política islâmica. Hoje, existe uma percepção disseminada de que a religião e a repressão não combinam.

A democracia é defendida no próprio sistema islâmico. Ayatollah Hussein Mousavi Tabrizi afirma que em diversos lugares no Corão existe a afirmação de que a vontade do povo deve ser implementada e que qualquer outro caminho seria ilegal e contra o Islã, podendo levar o sistema à falência (TAROCK, 2003, p. 139). Os intelectuais iranianos começaram a enxergar

distorções no islamismo, que são utilizadas como instrumentos de dominação interna.

As autoridades iranianas também têm enfrentado a ascensão das mulheres como importantes atores, tanto na sociedade como um todo quanto na política em especial. Muitas mulheres protestam abertamente contra a primazia masculina (WOLLACOTT, 2007: 201).

Um desafio à sociedade iraniana, que luta pela democratização do Estado, é assimilar o conceito de sociedade civil. Para isso, a população precisa respeitar as diferenças étnicas, culturais e os direitos civis dos outros. Farhi (2005, 15) afirma que essa é uma brecha que pode ser usada pelos antidemocráticos. A sociedade iraniana, de certa forma, encontra-se unida contra a repressão, seja esta proveniente do próprio governo ou do sistema internacional, mesmo que existam divisões entre aqueles que defendem um poder mais conservador e religioso e aqueles que enfatizam a democracia.

Considerando esses fatores internos, percebe-se que a neutralização das forças externas não torna o regime livre de obstáculos à consolidação de suas estruturas. Uma vez que a sobrevivência do regime está associada, principalmente, à estabilidade da elite governante no poder, resta a essa optar pela repressão da sociedade ou pela busca de consenso e aceitação do regime. Contudo, Ayoob (2006, p.148-152) prevê que, sem a presença americana na região e com a ausência de ameaças estrangeiras ao regime islâmico, o Irã se consolidará significativamente nas próximas décadas. Com 11% das reservas de petróleo mundiais, uma sofisticada infraestrutura industrial e tecnológica e uma população quase totalmente alfabetizada, o Irã se colocará como um dos grandes poderes regionais. Nesse sentido, a posse de armas nucleares será importante para sua defesa em relação às intervenções externas. A dissuasão

causada pelas armas nucleares significará tempo e espaço para a construção iraniana. Seguindo um caminho distinto dos Estados que se consolidaram anteriormente, o regime iraniano terá de se abster do uso indiscriminado da força contra a própria sociedade se quiser se fortalecer e se manter. Com a autonomia necessária garantida, o desenvolvimento econômico do país e o sentimento de segurança em relação ao meio externo favorecerão a construção de um Irã marcado por estabilidade política, econômica e social, alcançada por meio do investimento contínuo na educação, na ciência e tecnologia e da exploração consciente de seus recursos naturais do país. O resultado então será a consolidação nacional e o apoio cada vez mais claro da sociedade a um regime mais aberto e transparente.

Conclusão

Depois de discorrer sobre a desordem interna do Irã e da relação dessa desordem com a política externa e o sentimento de vulnerabilidade, foi possível observar que a insegurança do Estado iraniano é em grande medida resultado de sua fraqueza institucional, mas que o isolamento das ameaças externas é uma condição necessária para o sucesso do processo de consolidação do Estado.

O Irã é um Estado de existência relativamente longa em relação ao restante do Terceiro Mundo, mas ainda não possui um arcabouço político e jurídico bem configurado e indissolúvel. Isso se deu, principalmente, em função das diversas intervenções externas que obrigaram o Irã a reiniciar várias vezes a construção de seu arcabouço institucional e a redefinição de suas regras. Apesar de possuir a 2ª maior reserva mundial de petróleo e gás, é economicamente dependente desses recursos e instável

em virtude das diversas sanções pelas quais foi submetido. Em razão de sua importância geoestratégica e econômica, o Irã está cada vez mais visado na região e no sistema internacional. É inegável a relevância das ameaças externas para um país como o Irã, que não conseguirá se constituir como um Estado consolidado se continuar passível de intervenções.

Além dessas pressões externas, possui uma população alfabetizada e profundamente crítica acerca de qualquer política que a afete. Esse fator é ainda intensificado pelo contato da sociedade iraniana com o restante do mundo, por intermédio dos meios de comunicação.

O Irã, diferentemente de outros muitos Estados do Terceiro Mundo, nunca foi colônia de país algum, o que não significou emancipação e autonomia. Entre os problemas apresentados por Ayoob à consolidação dos Estados do Terceiro Mundo, estão presentes, no Irã, as pressões externas por uma rápida consolidação, a demanda da sociedade por participação política, justiça social e econômica e a crítica ao regime que por ocasião ainda é autoritário, apesar de descentralizado.

Ao longo do artigo, foi possível perceber que um Estado fraco e pouco institucionalizado abre espaço para dissidências internas, instabilidade política, questionamentos de todas as ordens, que por sua vez o tornam suscetível a influências externas, seja por meios militares ou culturais. Se a segurança é definida pela capacidade de sobrevivência de um regime, o Irã tende a se tornar cada vez mais inseguro.

As previsões otimistas feitas por Ayoob em relação ao futuro do Irã só se concretizarão se levarem em consideração a satisfação da sociedade. Presumindo que o desenvolvimento nuclear isolaria as pressões internacionais e deixaria o regime iraniano livre para acumular e centralizar o poder, o que seria uma das etapas

de consolidação estatal, deve-se considerar a resistência da sociedade a esse regime de governo centralizador, típica do estágio primitivo de consolidação.

Como vimos, os caminhos apontam para a democratização, seja ela de dentro (por pressões da própria sociedade) ou de fora (por intervenções externas), independente de o Irã ter ou não armas nucleares. Se o Irã se tornar um Estado nuclear, uma tentativa de reprimir a sociedade não seria eficaz por muito tempo. Como argumentam Hassan-Yari e Kamrava, no Irã, já há uma institucionalização, no mínimo, de um processo regular de interação com a sociedade por meio de eleições (2004, p.495). Há um engajamento das forças sociais e uma divisão de poder definida pela Constituição, que, uma vez dissolvida, deixaria muitos insatisfeitos.

Se Irã for impedido ou desistir de desenvolver armamento nuclear, o regime islâmico também não poderá resistir às pressões externas. A alternativa mais viável e disponível atualmente ao regime religioso para se manter no poder é o estabelecimento de suas regras e a continuidade da solidificação institucional, levando em conta as demandas da sociedade.

A maturidade do regime iraniano dependerá de um processo mais autônomo de democratização daquele que comumente ocorre no Terceiro Mundo. Para tanto, o ideal seria que o diálogo ocorresse entre a sociedade e o Estado sem a interferência de atores externos.

Se o que falta ao Irã são tempo e proteção em relação às intervenções externas, o desenvolvimento do programa nuclear e a possível fabricação de armas nucleares são decisivos para que o processo seja concluído. Tal dissuasão, somada ao crescimento da massa iraniana intelectualizada, resultará em um Estado sólido e com fortes tendências à democratização e à abertura gradual e emancipada. ●

Referências

- AMUZEGAR, Jahangir. Nuclear Iran: Perils and Prospects. In: *Middle East Policy*, v. 13, n. 2, p. 90-112, jun. 2006.
- AYOUB, Mohammed. The Middle East in 2025: Implications for U.S. Policy. In: *Middle East Policy*, v. 13, n. 2, p. 148-161, jun. 2006.
- . *The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System*, Boulder: Lynne Rienner, cap. 1-2, 1995.
- BAHGAT, Gawdat. Nuclear proliferation: The Islamic Republic of Iran. In: *Iranian Studies*, v. 39, n.3, p. 307-327, set. 2006.
- BOWEN, Wyn Q.; Kidd, Joanna. The Iranian Nuclear Challenge. In: *International Affairs*, v. 80, n. 2, p. 257-276, mar. 2004.
- ENTEISSAR, Nader. Iran's Security Challenges. In: *The Muslim World*, v. 94, n. 4, p. 537-554, out.2004.
- FARHI, Farideh. Crafting a national identity amidst contentious politics in contemporary Iran. In: *Iranian Studies*, v. 38, n. 1, p. 7-22, mar. 2005.
- KAMRAVA, Mehran; Hassan-Yari, Houchang. Suspended Equilibrium in Iran's Political System. In: *Muslim World*, v. 94, n. 4, p. 495-524, out. 2004.
- SHAFAR, Seyed M. M. Globalization and Contradiction between the Nation and the State in Iran: The Internet Case. In: *Critique: Critical Middle Eastern Studies*, v. 12, n. 2, p. 189-195, 2003.
- TAROCK, Adam. Iran between religious hardliners and hawks in America. In: *Central Asian Survey*, v. 22, n. 2/3, p. 133-149, jun. 2003.
- WOLLACOTT, Martin. Iran Rising. In: *Asian Affairs*, v. 38, n. 2, p. 196-210, julho 2007. Cadernos de Relações Internacionais nº 1, em 8/10/2008.



Editorial 2009

Coleção General Benício

ACHTUNG PANZER

O desenvolvimento da guerra blindada

Heinz Guderian

A obra apresenta a gênese da doutrina de emprego das forças blindadas com princípios ainda hoje aceitos e respeitados. O autor faz uma descrição dos cenários da Frente Ocidental, durante a Primeira Guerra Mundial, e revela como um exército "atado" pelas mais severas restrições pôde sobrepujar difíceis obstáculos e desenvolver-se, técnica e doutrinariamente, graças ao profissionalismo e à criatividade de seus chefes.

Equipando a frota: como o Brasil adquiriu suas aeronaves de combate*

Euro Campos Duncan Rodrigues**

O Ministério da Aeronáutica, desde sua criação em 1941, recebera seus primeiros aviões de combate como legado da Aviação Naval e da Aviação do Exército, tendo, no seu início, praticamente repletado seu inventário com pequenas aquisições e depois sendo beneficiado pelo programa de “empréstimo e arrendamento” (*Lend & Lease*) dos Estados Unidos. Esse Programa fornecia aeronaves a preços muito baixos e praticamente qualquer necessidade poderia ser suprida dessa maneira.

Na sua formação, as prioridades do Ministério da Aeronáutica eram mais voltadas para a infraestrutura e a organização administrativa. O planejamento de emprego do avião como arma era quase inexistente. O Estado-Maior da Aeronáutica (EMAer) carecia de pessoal especializado, e as necessidades prementes de utilização da FAB no transporte aéreo ditavam a “política” em vigor.

O Brasil era um importador de aviões, embora, desde 1910, viesse projetando e construindo aviões, que quase sempre não passavam de protótipos. As pequenas indústrias que vingaram jamais conseguiram crescer ante a conjuntura pouco industrializada do País e à concorrência internacional. A FAB não tinha expe-

riência em especificar aviões. Bastava escolher no mercado o que se enquadrava em suas necessidades, fazer uma boa exposição de motivos e obter o numerário necessário para concretizar as compras.

No início do ano de 1952, os caças P-47 (Thunderbolt) mais novos, trazidos dos Estados Unidos em voo pelos veteranos no fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, estavam completando sete anos de existência. Os aviões P-40 (Hawk), todos recebidos de segunda mão, já ultrapassavam 10 anos de serviço na FAB.

Nessa época, estava ocorrendo uma grande revolução tecnológica na aviação: a maioria do motor turbojato.

Essa revolução era tão marcante que um piloto do primeiro caça operacional a jato, o Messerschmitt 262 alemão, relatou parte de uma de suas missões em 1944, com a seguinte observação: “Mustangs e Thunderbolts que estão acima da formação na posição certa para o ataque preparam-se para mergulhar sobre nós de todas as direções. É um quadro grotesco. Parecem balões parados no ar, pois nós temos uma vantagem de velocidade de 400 a 500km por hora!!!”

No contexto dessa revolução, as forças aéreas dos países mais avançados já fabricavam seus caças a jato, alguns com projetos próprios e outros sob licença. Muitos outros países

* Colaboração do autor.

** O autor é Coronel-Aviador.

também já os tinham comprados de terceiros para suas forças aéreas.

A motivação para aquisição de aeronaves de caça a jato já existia internamente na FAB, nossa aviação de combate estava muito atrás da época, e os vizinhos estavam se atualizando. Bastava o convencimento da área política.

O então Ministro da Aeronáutica, por coincidência do destino, era o ilustre Brigadeiro Nero Moura, antigo comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça (GpAvCa) na Itália.

Nero Moura levou a necessidade da compra de caças a jato ao Presidente Getúlio Vargas. Os assessores de Getúlio concordaram desde que a aquisição das aeronaves fosse por troca do grande estoque das sobras das safras de algodão que, por serem de qualidade inferior, o Brasil não estava conseguindo vender a preços razoáveis.

Consultados os possíveis fornecedores, a Inglaterra aceitou o escambo.

Os caças Gloster Meteor F-8 ingleses eram vistos com bons olhos pela oficialidade mais experiente da FAB, e sua qualidade já estava bastante consagrada por várias forças aéreas, mas o modelo "Mark VIII" também combatia, junto com os modernos aviões americanos (F-84 Thunder-Jet e F-86 Sabre-Jet), na Guerra da Coreia. O mais interessante é que, para a nossa proposta de compra, o preço de um F-8 girava em torno de 1/3 a 1/4 do preço de que cada uma dessas duas aeronaves.

Foi então escolhida uma comissão para concretizar a compra, e as condicionantes iniciais foram extremamente simples: 20% do valor da compra deveriam ser obrigatoriamente em material de apoio e sobressalentes, para permitir a manutenção sem maiores problemas por, pelo menos, 10 anos.

A comissão designada teve autonomia para determinar a quantidade de aeronaves a

ser comprada, o treinamento inicial de pessoal junto ao fabricante, a especificação do equipamento de radionavegação (ADF) e a melhor maneira de transportá-las para o Brasil. Apesar disso, a compra e a implantação dos aviões foram muito bem feitas.

Sendo assim, foram comprados os primeiros aviões a jato brasileiros, em um total de 70 aviões, sendo 10 TF-7 (biposto) e 60 F-8 (monoposto).

Convém ressaltar que os aviões eram fabricados na Inglaterra, depois desmontados, transportados por via marítima e remontados no Parque de Aeronáutica do Galeão (RJ).

Decorreu somente um ano e meio entre a concordância política para a aquisição dos aviões e a realização de um voo de 24 aviões do 1º GpAvCa, no dia do Aviador de 1953, na Base Aérea de Santa Cruz!

Alguns anos depois, em 1956, o Programa de Assistência de Defesa Mútua (PADM) Brasil-Estados Unidos proporcionou à FAB o recebimento, sem grandes esforços, dos primeiros jatos de treinamento biposto T-33A (T-bird) seguidos, dois anos depois, dos caças F-80C (Shooting Star). Essas aeronaves vieram suprir nossas necessidades quanto ao treinamento de emprego da aviação de caça.

Mais uma vez a área operacional ditava as necessidades e era seguida a reboque pela área logística.

Dando prosseguimento à renovação, em 1954 foram desativados os P-40, e, em 1957, os P-47. Quanto aos P-40 é interessante lembrar que a FAB foi a última Força Aérea do mundo a desativar os "tigres voadores".

No decorrer da década de 1960, a FAB entendeu que deveria ampliar sua atuação nas missões típicas de uma Força Aérea: as missões de cunho estratégico e de Defesa Aérea. Praticamente, seus esquadrões de combate

atuavam somente na área tática e em apoio a operações quer do Exército, quer da Marinha.

Ou melhor, as questões envolvendo a aviação embarcada levaram nossos estrategistas da guerra aérea a prever que, se no futuro não estivessemos voltados para as missões realmente de uma Força Aérea, desapareceríamos. Esse pensamento era encabeçado pelo Ministro Márcio de Souza e Mello, que enfatizava que os pilares de uma Força Aérea eram a aviação estratégica e a aviação de defesa aérea.

A desativação inesperada dos Gloster por fadiga e dos F-80 por questões logísticas, tudo no final dos anos 1960, foi um baque inesperado e muito grande para a Força.

Em 1968 foram comprados, em regime de urgência, vários TF-33 (treinadores com capacidade de tiro com metralhadora), descartados pela Força Aérea americana e revitalizados lá mesmo por empresa contratada pela FAB. Esses aviões foram incorporados aos esquadrões que antes operavam os Gloster, o 1º/14º Grupo de Aviação na Base Aérea de Canoas e 1º GpAvCa, na Base Aérea de Santa Cruz.

Nesses mesmos anos 1960, quase que independentemente, a área de Ciência e Tecnologia (Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento – DEPED), muito voltada para a capacitação de nossa indústria aeronáutica, preocupava-se em dar carga de encomendas para as pequenas fabricantes nacionais Neiva e Aerotec, bem como viabilizar a concretização da futura Embraer, o que acabou ocorrendo em 1969.

Podemos considerar que a entrada dos anos 1970 foi o coroamento da semente plantada pelo Marechal Montenegro ao idealizar o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Centro Técnico de Aeronáutica (depois Centro Técnico Aeroespacial – CTA).

Nessa época, passamos a aprender a fazer homologação aeronáutica nos padrões in-

ternacionais e a especializar, no exterior, nossos primeiros pilotos e engenheiros de ensaios em voo. A área de ciência e tecnologia estava galgando um importante patamar.

Antevendo o problema, também da desativação dos T-33A, já bastante surrados no esquadrão de treinamento de Fortaleza (1º/4º GAv), a própria Embraer, agora empresa fabricante de aviões vinculada diretamente ao Ministério e com a anuência do Estado-Maior, conseguiu um contrato para o fornecimento à FAB de aviões de treinamento e ataque a serem fabricados sob licença da empresa italiana Aeronáutica Macchi Spa (Aermacchi). Essas aeronaves, modelo MB-326 (AT-26 Xavante), começaram a ser entregues pela Embraer em 1971, preenchendo aos poucos também, e de maneira muito incipiente, parte do espaço deixado pela desativação dos Gloster.

Nesse projeto, a necessidade foi criada pela área de Ciência e Tecnologia, visando à solidificação da indústria, a qual praticamente conduziu o processo, ficando a área de logística da Força Aérea a ter que se adaptar ao fato. A área operacional evidentemente ficou muito grata por poder manter o seu treinamento de pilotos de caça e obter uma razoável capacidade de combate na área tática.

Há algum tempo, EMAer (doutrina e planejamento) já estudava a criação de uma unidade de defesa aérea.

Foram realizadas avaliações nas aeronaves disponíveis no mercado, ficando decidido que o famoso “herói da Guerra dos Seis Dias”, o Mirage III, seria a aeronave escolhida para o sistema de defesa aérea.

Levada a decisão à área política, tudo acertado, a conjuntura obrigou, porém, que o financiamento necessário para a compra de aviões deveria ser oriundo da Inglaterra, e, portanto, o produto deveria vir de lá. Dentro da “flexibilidade”

da Força Aérea, tudo foi refeito, e o avião ideal para interceptação passou então a ser o "Lightning P-1" da English Electric, segunda prioridade nos estudos realizados.

A área econômica do Governo, contudo, conseguiu desfazer suas amarras e a coisa retrocedeu. A Força Aérea poderia livremente comprar seus Mirage na França, e o Ministério da Aeronáutica montar o tão planejado SISDACTA (Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo) e o seu Grupo de Defesa Aérea (GDA).

Em 1972 tivemos os primeiros Mirage III D/EBR (F-103) voando.

Nessa aquisição, de modo correto, as nossas necessidades de aeronaves foram ditadas pelo mais alto escalão da Força, cujo planejamento e bom senso envolveram adequadamente a área operacional e a área de logística. A não ser por um pequeno tropeço na construção de pista da novíssima Ala de Defesa Aérea (ALADA), hoje Base Aérea de Anápolis, tudo correu como planejado.

Com esse projeto evoluímos bastante. Além de contarmos com um sistema de controle aéreo por radar bastante abrangente, passamos a ter capacidade de interceptação supersônica, de lançamento de míssil guiado por radiação infravermelha e de voltar a fazer aproximação de precisão por controlador no solo (*Precision Approach Radar* – PAR).

Nesse início da década, preocupamo-nos principalmente em completar o enxoval da Defesa Aérea, colocá-la em total estado operacional e iniciar a operação do Xavante.

O 1º GpAvCa transferiu seus TF-33 para o 1º/14º GAv e passou a receber os AT-26 recém-fabricados.

Em consequência, o Grupo teve que "amaciá-la" a nova máquina em todos os seus aspectos e tentar encaixá-la no *modus operandi* da

Caça, incluindo o sistema de treinamento e a manutenção nível esquadrão.

Essa fase, extremamente profícua em ensinamentos, tanto para o "usuário" quanto para o fabricante, durou cerca de três anos.

Premidas também pelo fim da era Gloster, as cabeças pensantes do EMAer continuavam seus planejamentos para a aquisição de mais vetores com capacidade de superioridade aérea.

Nesses tumultuados tempos, início dos anos 1970, sabe-se que o Governo da República indagou à Força Aérea qual seria a sua capacidade de dissuasão ante problemas internacionais na fronteira sul. A resposta foi: "quase nenhuma..."

Aproveitando o questionamento do governo e diante de argumentos irrefutáveis, a Aeronáutica obteve um crédito de mais de 300 milhões de dólares para reequipamento do material aéreo, resultando na aquisição de mais aeronaves de patrulha que operassem de porta-aviões; aeronaves turboélices para transporte; helicópteros à turbina e o programa mais importante: a aquisição dos F-5E/B e dos novos aviões de reabastecimento no ar para apoio a esses novos caças.

Vários tipos e modelos de aviões de caça já haviam sido avaliados por pilotos com grande experiência operacional, a área logística estava se adaptando à convivência com a indústria nacional e esta precisava também se firmar e desenvolver.

O F-5A (Freedom Fighter), modelo bem mais antigo dos F-5, já havia sido cogitado pela FAB, mas nossas pretensões foram barradas pelo Departamento de Defesa americano "para evitar uma corrida armamentista na América do Sul".

Dessa vez, porém, a "autorização" para a compra dos modernos F-5E fluiu com estranha facilidade. Talvez os "irmãos do norte"

imaginassem que, se não comprássemos aviões de sua fabricação, o fariamos em outro país, como havia ocorrido com os Mirage (e muito antes com os Gloster). Esse novo posicionamento abriu-nos as portas para fazer algumas exigências e efetuar o recebimento dos novos aviões F-5 sem qualquer interferência da Força Aérea Americana (USAF), o que nunca tinha acontecido antes!

Nossa Comissão de Fiscalização e Recebimento de Material (COMFIREM) atuou de modo independente da USAF, sendo responsável pelo controle de qualidade da produção, pela aceitação, pelo recebimento e pelo dimensionamento do material de apoio logístico.

O traslado das aeronaves também ficou a cargo da FAB. Esse fato, para um novo modelo de avião desenvolvido com verbas militares americanas, era inusitado.

A área logística, já com bastante experiência de aquisição de materiais no exterior, ciente dos problemas de manutenção e suprimento inerentes ao material importado e na linha de apoio à consolidação de nossa indústria aeronáutica, agregou ao contrato dos F-5 a contrapartida (*off-set*) e a chamada *single vendor integrity* – SVI (garantia de fabricante único de componentes).

A contrapartida, atualmente bastante conhecida, foi uma novidade na época e direcionada para melhora da capacitação da Embraer. Foram-nos repassadas novas tecnologias, entre elas as estruturas de material composto, tipo favo de mel (*honeycomb*), e feita uma encomenda pela Empresa Northrop (fabricante do F-5) para a fabricação pela Embraer de conjuntos de grandes componentes para esses aviões.

A *single vendor integrity* foi um ponto muito interessante.

Desejava-se com essa exigência que todos os nossos aviões fossem exatamente iguais e

padronizados em tudo. Isso normalmente não acontecia nos aviões de origem americana. Por exemplo, um rádio VHF do T-33 poderia ter sua aparência externa exatamente igual a outro e cumprir as mesmas funções (*military standard* – MIL STD), mas, às vezes, eram fabricados por empresas diferentes, e a diversidade de seus componentes deixava o nosso pessoal do Suprimento de cabelos brancos antes do tempo...

Infelizmente, o Brasil não conseguiu dar continuidade a essa padronização. Quando suprimentos de peças e equipamentos na América encerravam suas linhas de produção, ou a USAF não tinha mais o item em estoque, éramos obrigados a comprar itens alternados (não exatamente iguais) ou ficar na mão de atravessadores.

Muito sabiamente, junto com a compra dos aviões, adquirimos também um pacote de treinamento para um grupo de experientes pilotos. O pacote englobou os mais recentes conhecimentos das técnicas e táticas de emprego de aviões de caça. Nenhuma restrição nos foi feita e aprendemos tudo que um piloto de caça da Força Aérea Americana também poderia saber sobre o emprego do avião.

Esse fato propiciou-nos um enorme avanço no conhecimento do emprego bélico de aeronaves de combate, pois até essa época ainda utilizávamos as mesmas táticas e manobras empregadas na Segunda Guerra Mundial, 30 anos antes!

Já no ano seguinte, em 1976, os conhecimentos adquiridos começaram a ser disseminados pelo 1º GpAvCa aos demais esquadrões de combate da FAB.

Acrescente-se também que a especificação da configuração dos F-5E e o aumento no número de aviões de caça de alto desempenho da FAB permitiram outros ponderáveis avanços: a navegação inercial, o reabastecimento

em voo e o aumento do treinamento para controladores e pilotos, tanto nas interceptações quanto nas aproximações de precisão guiadas por controlador no solo.

A nossa indústria de armamento aerotransportado também passou para a “era supersônica”, e foram iniciados os projetos das bombas de alto-arrasto e do míssil por guia-gem infravermelha.

Mesmo tendo havido uma grande evolução na metodologia de aquisição dos aviões, ainda estávamos incipientes. A decisão da compra foi muito rápida, e a preparação dos diversos grandes comandos envolvidos deixou a desejar. Faltou infraestrutura de instalações, pista, oficinas, faltou treinamento de elevação de nível de pessoal de apoio e faltou o próprio pessoal de apoio.

Para a criação do Grupo de Defesa Aérea, alguns anos antes, foi necessária a transferência de militares que guarneciam outras unidades aéreas. Essas unidades agora se ressentiam sobremaneira da falta de pessoal para operação e apoio aos novos F-5.

No final dos anos 1970 e início dos 1980, já havíamos recobrado e ultrapassado nossa capacidade bélica das décadas anteriores. Tínhamos galgado o importante patamar na defesa aérea, o treinamento de pilotos de combate e os esquadrões de ataque estavam muito bem com o Xavante, e algumas missões estratégicas já podiam ser feitas. Os F-5 e os AT-26, pode-se dizer, estavam muito bem integrados a todos os sistemas da FAB.

Havia outras necessidades. O Estado-Maior debatia-se havia algum tempo com a falta de aeronave avançada para treinamento dos cadetes. O jato T-37 (Tweet) tinha sido desativado em 1973, por inesperadas razões de apoio logístico, e o T-25 (Universal), projetado e fabricado no Brasil para substituir o ines-

quecível North American T-6 (Texan), embora um avião robusto e eficiente, não era apropriado para o treinamento avançado dos cadetes de uma Força Aérea moderna.

Vários estudos estavam sendo feitos para aquisição externa ou fabricação nacional, pois já possuíamos tecnologia para tal.

Outra vez a indústria caseira (Embraer) influenciou nas decisões. Os cérebros do EMAer, por fortes argumentos da área de Ciência e Tecnologia (DEPED – CTA), decidiram que a “máquina” seria de projeto e fabricação nacionais.

A longa experiência adquirida pela FAB na instrução aérea e agora na homologação e ensaios em voo veio a se juntar à da engenharia aeronáutica para especificar o projeto.

Foi feito um contrato de desenvolvimento da aeronave, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e criada no CTA a Comissão de Desenvolvimento, Acompanhamento e Aceitação da Aeronave T-27 (CDAA T-27).

Posteriormente, o contrato de produção do avião desenvolvido foi realizado pela Diretoria de Material Aeronáutico, a qual, evidentemente, o fiscalizava por meio de sua COMFIREM.

A CDAA T-27, subordinada ao DEPED, continuou atuando tanto no gerenciamento das modificações e melhorias introduzidas em função de dificuldades encontradas em serviço quanto para a qualificação do avião como plataforma de armas.

Pela primeira vez, para aquisição de nova aeronave da FAB, foram cumpridas as fases de concepção, de viabilidade, definição e desenvolvimento sob o real comando da Força Aérea. Essa experiência, principalmente a da CDAA, seria de grande utilidade no futuro.

A Embraer há algum tempo tentara dar continuidade à sua “linha militar” e havia proposto à FAB uma aeronave de ataque ao solo, com

características bastante superiores ao AT-26 e que poderia entrar em produção depois deste. Para fazer o anteprojeto desse avião, obteve ajuda da sua parceira italiana, a Aermacchi.

Essa proposta, conhecida por A-X, não chegou a vingar em face de outros motivos e também porque a implantação dos F-5 e dos F-103 estava aliviando o problema bélico da FAB (e exaurindo os recursos existentes).

Por outro lado, nessa mesma época, ainda não se tinha uma aeronave que pudesse ser considerada realmente estratégica.

No início dos anos 1980, a Força Aérea Italiana (*Aeronautica Militare Italiana* – AMI) viu a necessidade de adquirir uma aeronave caça-bombardeio leve, subsônico, de *grande raio de ação e capacidade de carga*. Essa aeronave utilizaria tecnologia recentemente adquirida com a participação daquele país no desenvolvimento do avião trinacional Tornado e permitira a desativação dos seus Fiat G-91 (Gina).

A Aermacchi já possuía um esboço do nosso A-X, que serviu como ponto de partida para a necessidade italiana. Sendo assim, a própria empresa (talvez insuflada pela Embraer) aventou a hipótese de participação do Brasil no projeto, desenvolvimento e evidente aquisição do avião.

Os governos dos dois países se falaram e foi feita uma proposta de participação do Brasil no “empreendimento”.

A Embraer, o DEPED, o Comando Geral do Ar (COMGAR) e o COMGAP (Comando Geral de Apoio), todos viram suas chances. A primeira, aumentar a sua consolidação como fabricante de aviões militares; segunda, ver o Brasil progredir na tecnologia e no desenvolvimento da fabricação de aviões de caça; a seguinte, contar com o vetor estratégico adequado à nossas posses; e, a última, tornar-se mais independente na aquisição de material de su-

primento, de manutenção e bélico para suas aeronaves de combate.

Se o Projeto fosse lançado, o Comando Geral de Pessoal (COMGEP) também teria tempo de se adequar às necessidades de formação e elevação de nível técnico de pessoal.

Tudo se encaixava, e o Estado-Maior finalmente poderia concretizar o sonho de uma Força Aérea com vetores à altura de sua doutrina.

Era necessária a vontade política do Governo e esta foi conseguida, mais uma vez, por exposições muito claras e convincentes do Ministério da Aeronáutica.

Os preparativos para a assinatura dos contratos demandaram um enorme esforço de coordenação entre governos, a FAB e a AMI visando o acompanhamento e fiscalização do desenvolvimento e da produção das aeronaves em três empresas (Aeritalia, Aermacchi e Embraer) e com especificações um pouco diferentes entre os dois países (acrescidas das evidentes diferenças culturais).

Para gerir o Programa por parte da FAB, foi criada então uma comissão especial denominada Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC). A aeronave em pauta passou a ser chamada de AMX e depois “tipificada” pela FAB como A-1.

Com esse Programa, a FAB adquiriu importantes conhecimentos na parte de fiscalização e acompanhamento de contratos de desenvolvimento e fabricação e aperfeiçoou os que já possuía em função do Programa do Tucano T-27.

O AMX (A-1) levou a Embraer a aprender outras novas tecnologias (estruturas supersônicas, barramento de dados, integração de sistemas embarcados, métodos e processos de fabricação de produtos militares etc.) e também a lidar com programas de parceria de fabricação internacionais. Por outro lado, com esse Projeto,

também aumentamos o número de fabricantes e reparadores de “aeropeças” no Brasil.

Passamos a ter uma aeronave realmente com capacidade estratégica adequada à nossa realidade e com avionica e sistema de armas equiparado aos melhores aviões do mundo.

Tornamo-nos donos e senhores de todo o projeto e independentes para quaisquer modificações, adaptações e melhorias que se fizessem necessárias no nosso avião.

Com o passar dos anos, em 1988, a nossa frota de F-5 foi diminuindo pelo atrito natural, os A-1 ainda não estavam sendo entregues e necessitávamos, pelo menos, repor o número inicial de F-5E.

Convém lembrar também que os nossos F-5B (biposto), por serem de geração anterior aos modelos “E” e bastante diferentes destes, estavam apresentando muitos problemas na área de suprimento e manutenção.

Nesse ano, a USAF decidiu alienar os F-5 que ainda possuía e que operavam no Esquadrão Agressor (*Agressor Squadron*) como “inimigos” nos treinamentos de combate dissimilar com outros esquadrões de caça daquela força aérea.

Originalmente esses poucos aviões eram destinados ao Vietnã do Sul, todavia, com o fim da guerra, foram incorporados, meio a contragosto, pela própria USAF que também passou a ter alguns F-5F (biposto).

Em resumo, outra vez, a coincidência ajudou-nos e conseguimos comprar vários F-5E e alguns F-5F usados da USAF e, nessa época, pagamos por cada um pouco mais de 1/6 do preço dos que havíamos comprado em 1974!

O Programa AMX, dado ao seu vulto, foi demorado. Em uma análise resumida e dentro da linha de raciocínio deste artigo, pode-se dizer que tanto a indústria aeronáutica brasileira quanto a Força Aérea Brasileira (Coman-

do da Aeronáutica) passaram para a sua fase adulta a partir do marco balizado pelo Programa AMX (A-1).

A consolidação da experiência na aquisição de aeronaves fabricadas no exterior e principalmente no Brasil, aliada à nossa capacitação de pessoal gerada pela área de ciência e tecnologia, pela área de material e pela área operacional, está concretizada na Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 400-6) “Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica”.

Tal documento, de invejável clareza e abrangência, cujo conteúdo reflete a experiência adquirida pela Força Aérea Brasileira na área de Logística, pode ser tomado como base para qualquer entidade que venha a lidar com sistemas e materiais, seja militar ou não. Possivelmente, essa diretriz já tenha até sido copiada por outras forças aéreas.

A frutífera operação das aeronaves A-1 e dos F-5E atravessou os anos, e, conforme estabelece a própria DCA 400-6, esses aviões estão em fase de revitalização e melhoria.

No início dos anos 1990, com o já envelhecimento dos Xavantes, a Embraer veio a propor um substituto baseado no Tucano (T-27). Essa aeronave bem mais potente teria como base o avião de treinamento desenvolvido por ela para participar da concorrência lançada pelas Forças Armadas Americanas (*Joint Primary Aircraft Training System – JPATS*).

A área operacional não gostou muito da ideia, pois desejava que os treinadores da aviação de caça fossem aviões a jato e não turboélice.

Mais uma vez, a conjuntura nacional e fatores políticos influenciaram a escolha, e a FAB decidiu contratar o desenvolvimento e produção do que ficou conhecido como Super Tucano (A-29).

O Projeto SIVAM viabilizou a sua aquisição e também a das aeronaves de alarme

aéreo antecipado (R-99A) e de sensoramento remoto (R-99B).

Todo o programa do A-29 foi, e está sendo, conduzido dentro dos ditames da DCA 400-6.

Hoje os A-29 (A e B), equipados com atualizados aviônicos, operam no esquadrão de formação de Pilotos da Caça em Natal (2º/5º GAv), em dois esquadrões na área amazônica (1º/3º e 2º/3º GAv) e em um esquadrão no Noroeste do Brasil (3º/3º GAv).

Esse programa trouxe para a FAB a comunicação tipo *data-link* entre aeronaves, o alarme aéreo antecipado e forçou a promulgação da famosa Lei do Abate!

No início deste século, o EMAer tornou pública a necessidade de aquisição de aeronaves de interceptação para substituírem os F-103, visto estar decidido que essas aeronaves seriam desativadas. Para esse programa, denominado de F-X, foram avaliadas, no que estabelece a DCA 400-6, aeronaves estrangeiras já desenvolvidas.

Como é sabido no início do atual governo, o programa F-X, apesar de já ter tido aprovação político-financeira, foi postergado em virtude de fatores de ordem conjuntural. Dessa maneira, para suprir a necessidade iminen-

te de substituição dos F-103, foi realizada a aquisição dos Mirage 2000, de segunda mão, da Força Aérea Francesa.

A aquisição desses aviões, embora de geração posterior e bem mais avançados do que os nossos antigos Mirage III do GDA, no que concerne ao planejamento de longo prazo da FAB, pode ser considerada uma emergência que nos levou a procedimento similar ao da aquisição dos TF-33 lá nos idos de 1968.

Hoje é patente que a FAB sabe, e muito bem, prever as suas necessidades, adquirir e manter em estado operacional os materiais e equipamentos que lhe permitem dar cumprimento à sua doutrina, às hipóteses de conflito e à Política Nacional de Defesa.

Voltamos novamente a tratar do Programa F-X. O antigo compromisso governamental está de pé e o Comando da Aeronáutica adapta seus requisitos para se adequar às evoluções técnicas ocorridas.

O Programa com o objetivo de preencher as reais necessidades da FAB na defesa aérea está prestes a ser estabelecido. Nós temos capacidade de escolher um produto adequado e até de produzi-lo, que venha o Programa F-X2!

Sentemos a Pual ●

Índice Remissivo

Janeiro a dezembro de 2008

TÍTULOS

ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930, A,
Alcyr Lintz Geraldo, n. 812, p. 67.

AMAZÔNIA: DE QUEM É?, Paulo Nogueira Batista
Jr. n. 811, p. 15.

AMEAÇA DE BALKANIZAÇÃO DO BRASIL, A, Mar-
cos Coimbra n. 811, p. 25.

ANISTIA NO BRASIL, A, Amadeu de Almeida
Weinmann, n. 812, p. 78.

ATUAÇÃO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA DA 1ª
DIE: UM APRENDIZADO, Carlos Rocha Tho-
maz, n. 810, p. 55.

BÁLCãs NO JOGO DOS GRANDES IMPÉRIOS, OS
Therezinha de Castro, n. 812, p. 35.

BOERS – A GUERRA DO FIM DO MUNDO (Primei-
ra parte), César Augusto Nicodemus de Souza,
n. 810, p. 66.

BOERS – A GUERRA DO FIM DO MUNDO (Segun-
da parte – conclusão), César Augusto Nicodemus
de Souza n. 811, p. 45.

CASTELLO BRANCO – SEU PERFIL NA PROFISSIO-
NALIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E NA
CONSTRUÇÃO DA DOCTRINA MILITAR BRA-
SILEIRA, Octavio Costa, n. 812, p. 4.

COLÔMBIA – UMA NOVA REALIDADE, Ricardo
Vélez Rodrigues, n. 810, p. 9.

COMO DESCREVER O BRASIL? ENTREVISTA COM HÉ-
LIO JAGUARIBE, Leonardo Pimentel, n. 810, p. 90.

CONFLITO EM RORAIMA, O, Mauro Santayana n.
811, p. 16

DESAFIO DA AMAZÔNIA, O, Mario Cesar Flores n.
811, p. 13.

DIA EM QUE PORTUGAL FUGIU PARA O BRASIL,
O, Lilia Moritz Schwarcz, n. 810, p. 3.

DO CONGRESSO DE VIENA E DA PAZ DE VERSA-
LHES: DA CLEMÊNCIA SOBERANA AO OLHAR
DOS VENCIDOS, Alexandre de Lima Paniza,
n. 812, p. 94.

ENCLAVES NA FRONTEIRA, Ernesto Caruso, n. 811, p. 22.
ENTREVISTA COM O GOVERNADOR DE RORAIMA,
Correio Brasiliense n. 811, p. 27.

ESTADOS UNIDOS: O IMPÉRIO ENXERGA SEU
DECLÍNIO, Philip S. Golub, n. 810, p. 29.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO
EXÉRCITO – “ESCOLA MARECHAL CASTELLO
BRANCO” – 103 ANOS, Resumo Histórico, n. 812, p. 3.

ESTATUTA POLÍTICO-ESTRATÉGICA DO BRASIL E
O PODERIO BÉLICO NACIONAL: IDEIAS PARA
O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, A, Carlos
Alberto Pinto Silva, n. 810, p. 79.

FORÇAS ARMADAS E A SOBERANIA NACIONAL, AS,
Rodrigo Rollemberg, n. 812, p. 12

GRAMSCI E AS PALAVRAS-SENHA, Heitor De Paola,
n. 812, p. 97.

GUERRA DA QUARTA GERAÇÃO EVOLUI, A QUINTA
EMERGE, A, T. X. Hammes, n. 810, p. 34.

IMPÉRIO, HEGEMONIA E PODER COERCITIVO,
Manuel Cambeses Júnior, n. 810, p. 27.

IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA DO TERRORIS-
MO, A, Tiago Alexandre Maurício n. 811, p. 57.

INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO E O DIREITO IN-
TERNACIONAL, Marcelo Rech, n. 812, p. 45.

ÍNDIOS E NOSSAS FRONTEIRAS, OS, *Rubens Ricupero*
n. 811, p. 19.

MILITARES E AS FRONTEIRAS, OS, *Mauro Santayana*
n. 811, p. 18.

MILITARES E A SOCIEDADE CIVIL, OS, *Oliveiros S. Ferreira* n. 811, p. 37.

OPERAÇÕES NA MINUSTAH – ESTUDO DE CASO,
Cláudio Tavares Casali, n. 812, p. 61.

ORDEM INTERNACIONAL — UMA PERSPECTIVA
DIVERGENTE, A, *Oliveiros S. Ferreira*, n. 812, p. 17.

POLUIÇÃO AMBIENTAL E INTENSO CONSUMO
DOS RECURSOS NATURAIS – POSSÍVEIS CAU-
SAS DE CONFLITOS INTERNACIONAIS, *Vicente
Cavaliere*, n. 812, p. 29.

PROJETO AMAZÔNIA – ESBOÇO DE UMA PRO-
POSTA, *Roberto Mangabeira Unger*, n. 811, p. 3.

QUESTÃO INDÍGENA E A SOBERANIA NACIONAL,
A, *Carlos Alberto Pinto Silva* n. 811, p. 30.

REPENSANDO A OPERACIONALIDADE DA FOR-
ÇA TERRESTRE – CENÁRIOS, *Carlos Alberto Pin-
to Silva* n. 811, p. 70.

REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 31 DE MARÇO
DE 1964, *Ulisses Lisboa Perazzo Lannes*, n. 810, p. 48

SABRE CONTRA O FLORETE, O, *Oliveiros S. Ferreira*,
n. 812, p. 84

SCHWERPUNKT DE CLAUSEWITZ, O MAL TRA-
DUZIDO DO ALEMÃO, MAL-ENTENDIDO EM
INGLÊS, *Milan Vego*, n. 812, p. 47.

TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA, A, *Comando de Ope-
rações Terrestres – COTER*, n. 811, p. 74.

TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA E SUA APLICA-
ÇÃO NO BRASIL, A, *Comando de Operações Ter-
restres – COTER*, n. 812, p. 24.

VULNERABILIDADES DA LEGISLAÇÃO NA QUESTÃO
INDÍGENA, *Ernesto Caruso* n. 811, p. 20.

AUTORES

BATISTA JR, Paulo Nogueira – AMAZÔNIA: DE
QUEM É? n. 811, p. 15.

CAMBESES JÚNIOR, Manuel – IMPÉRIO, HEGE-
MONIA E PODER COERCITIVO, n. 810, p. 27.

CARUSO, Ernesto – ENCLAVES NA FRONTEIRA, n.
811, p. 22 – VULNERABILIDADES DA LEGIS-
LAÇÃO NA QUESTÃO INDÍGENA, n. 811, p. 20.

CASALI, Cláudio Tavares – OPERAÇÕES NA MI-
NUSTAH – ESTUDO DE CASO, n. 812, p. 61.

CASTRO, Therezinha de – BÁLCÃS NO JOGO DOS
GRANDES IMPÉRIOS, OS, n. 812, p. 35.

CAVALIERE, Vicente – POLUIÇÃO AMBIENTAL E
INTENSO CONSUMO DOS RECURSOS NATU-
RAIS – POSSÍVEIS CAUSAS DE CONFLITOS IN-
TERNACIONAIS, n. 812, p. 29.

COIMBRA, Marcos – AMEAÇA DE BALCANIZAÇÃO
DO BRASIL, A, n. 811, p. 25.

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES – COTER
– TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA, A, n. 811, p.
74 – TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA E SUA
APLICAÇÃO NO BRASIL, A, n. 812, p. 24.

CORREIO BRASILIENSE – ENTREVISTA COM O
GOVERNADOR DE RORAIMA, n. 811, p. 27.

COSTA, Octavio – CASTELLO BRANCO – SEU PER-
FIL NA PROFISSIONALIZAÇÃO DAS FORÇAS
ARMADAS E NA CONSTRUÇÃO DA DOUTRI-
NA MILITAR BRASILEIRA, n. 812, p. 4.

GERALDO, Alcyr Lintz – ALIANÇA LIBERAL E A
REVOLUÇÃO DE 1930, A, n. 812, p. 67.

GOLUB, Philip S. – ESTADOS UNIDOS: O IMPÉRIO
ENXERGA SEU DECLÍNIO, n. 810, p. 29.

HAMMES, T. X. – GUERRA DA QUARTA GERAÇÃO
EVOLUI, A QUINTA EMERGE, A, n. 810, p. 34.

FERREIRA, Oliveiros S. – MILITARES E A SOCIEDA-
DE CIVIL, OS, n. 811, p. 37. – ORDEM INTER-

- NACIONAL – UMA PERSPECTIVA DIVERGENTE, A, n. 812, p. 17 – SABRE CONTRA O FLORETE, O, n. 812, p. 84.
- FLORES, Mario Cesar – DESAFIO DA AMAZÔNIA, O, n. 811, p. 13.
- MAURÍCIO, Tiago Alexandre – IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA DO TERRORISMO, A, n. 811, p. 57.
- LANNES, Ulisses Lisboa Perazzo – REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 31 DE MARÇO DE 1964, n. 810, p. 48.
- PAOLA, Heitor De – GRAMSCI E AS PALAVRAS-SENHA, n. 812, p. 97.
- PANIZA, Alexandre de Lima – DO CONGRESSO DE VIENA E DA PAZ DE VERSALHES: DA CLEMÊNCIA SOBERANA AO OLHAR DOS VENCIDOS, n. 812, p. 94.
- PIMENTEL, Leonardo – COMO DESCREVER O BRASIL? ENTREVISTA COM HÉLIO JAGUARIBE, n. 810, p. 90.
- RECH, Marcelo – INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO E O DIREITO INTERNACIONAL, n. 812, p. 45.
- RESUMO HISTÓRICO ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO – “ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO” – 103 ANOS, n. 812, p. 3.
- RICUPERO, Rubens – ÍNDIOS E NOSSAS FRONTEIRAS, OS, n. 811, p. 19.
- RODRIGUES, Ricardo Vélez – COLÔMBIA – UMA NOVA REALIDADE, n. 810, p. 9.
- ROLLEMBERG, Rodrigo – FORÇAS ARMADAS E A SOBERANIA NACIONAL, AS, n. 812, p. 12.
- SANTAYANA, Mauro – CONFLITO EM RORAIMA, O, n. 811, p. 16. – MILITARES E AS FRONTEIRAS, OS, n. 811, p. 18.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz – DIA EM QUE PORTUGAL FUGIU PARA O BRASIL, O, n. 810, p. 3.
- SILVA, Carlos Alberto Pinto – ESTATURA POLÍTICO-ESTRATÉGICA DO BRASIL E O PODERIO BÉLICO NACIONAL: IDEIAS PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, A, n. 810, p. 79. – QUESTÃO INDÍGENA E A SOBERANIA NACIONAL, A, n. 811, p. 30. – REPENSANDO A OPERACIONALIDADE DA FORÇA TERRESTRE – CENÁRIOS, n. 811, p. 70.
- SOUZA, César Augusto Nicodemus de – BOERS – A GUERRA DO FIM DO MUNDO (Primeira parte), n. 810, p. 66. – BOERS – A GUERRA DO FIM DO MUNDO (Segunda parte – conclusão), n. 811, p. 45.
- THOMAZ, Carlos Rocha – ATUAÇÃO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA DA 1ª DIE: UM APRENDIZADO, n. 810, p. 55.
- WEINMANN, Amadeu de Almeida – ANISTIA NO BRASIL, A, n. 812, p. 78.
- UNGER, Roberto Mangabeira – PROJETO AMAZÔNIA – ESBOÇO DE UMA PROPOSTA, n. 811, p. 3.
- VEGO, Milan – SCHWERPUNKT DE CLAUSEWITZ, O MAL TRADUZIDO DO ALEMÃO, MAL-ENTENDIDO EM INGLÊS, n. 812, p. 47.

- NACIONAL – UMA PERSPECTIVA DIVERGENTE, A, n. 812, p. 17 – SABRE CONTRA O FLORETE, O, n. 812, p. 84.
- FLORES, Mario Cesar – DESAFIO DA AMAZÔNIA, O, n. 811, p. 13.
- MAURÍCIO, Tiago Alexandre – IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA DO TERRORISMO, A, n. 811, p. 57.
- LANNES, Ulisses Lisboa Perazzo – REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 31 DE MARÇO DE 1964, n. 810, p. 48.
- PAOLA, Heitor De – GRAMSCI E AS PALAVRAS-SE-NHA, n. 812, p. 97.
- PANIZA, Alexandre de Lima – DO CONGRESSO DE VIENA E DA PAZ DE VERSALHES: DA CLEMÊNCIA SOBERANA AO OLHAR DOS VENCIDOS, n. 812, p. 94.
- PIMENTEL, Leonardo – COMO DESCREVER O BRASIL? ENTREVISTA COM HÉLIO JAGUARIBE, n. 810, p. 90.
- RECH, Marcelo – INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO E O DIREITO INTERNACIONAL, n. 812, p. 45.
- RESUMO HISTÓRICO ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO – “ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO” – 103 ANOS, n. 812, p. 3.
- RICUPERO, Rubens – ÍNDIOS E NOSSAS FRONTEIRAS, OS, n. 811, p. 19.
- RODRIGUES, Ricardo Vélez – COLÔMBIA – UMA NOVA REALIDADE, n. 810, p. 9.
- ROLLEMBERG, Rodrigo – FORÇAS ARMADAS E A SOBERANIA NACIONAL, AS, n. 812, p. 12.
- SANTAYANA, Mauro – CONFLITO EM RORAIMA, O, n. 811, p. 16. – MILITARES E AS FRONTEIRAS, OS, n. 811, p. 18.
- SCHWARCZ, Lília Moritz – DIA EM QUE PORTUGAL FUGIU PARA O BRASIL, O, n. 810, p. 3.
- SILVA, Carlos Alberto Pinto – ESTATURA POLÍTICO-ESTRATÉGICA DO BRASIL E O PODERIO BÉLICO NACIONAL: IDEIAS PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, A, n. 810, p. 79. – QUESTÃO INDÍGENA E A SOBERANIA NACIONAL, A, n. 811, p. 30. – REPENSANDO A OPERACIONALIDADE DA FORÇA TERRESTRE – CENÁRIOS, n. 811, p. 70.
- SOUZA, César Augusto Nicodemus de – BOERS – A GUERRA DO FIM DO MUNDO (Primeira parte), n. 810, p. 66. – BOERS – A GUERRA DO FIM DO MUNDO (Segunda parte – conclusão), n. 811, p. 45.
- THOMAZ, Carlos Rocha – ATUAÇÃO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA DA 1ª DIE: UM APRENDIZADO, n. 810, p. 55.
- WEINMANN, Amadeu de Almeida – ANISTIA NO BRASIL, A, n. 812, p. 78.
- UNGER, Roberto Mangabeira – PROJETO AMAZÔNIA – ESBOÇO DE UMA PROPOSTA, n. 811, p. 3.
- VEGO, Milan – SCHWERPUNKT DE CLAUSEWITZ, O MAL TRADUZIDO DO ALEMÃO, MAL-ENTENDIDO EM INGLÊS, n. 812, p. 47.



BIBLIOTECA DO EXERCITO

Missão

Contribuir para o provimento,
a edição e a difusão de
meios bibliográficos e informações
necessárias ao desenvolvimento
e ao aperfeiçoamento da cultura
profissional-militar e geral
dos públicos interno e externo

Visão do futuro

Ser referência nacional e
internacional pela excelência na
publicação de acervos bibliográficos
que sejam instrumentos de
promoção de cultura e de cidadania
para públicos interno e externo

Princípios, crenças e valores

Culto aos valores e às
tradições militares;
Competência técnico-profissional;
Confiabilidade; Planejamento

